



ISABEL HARRIET GOURGEL GAVIÃO

**A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO SEIO DA RELAÇÃO CONJUGAL E  
A SUA RELAÇÃO COM O ESTATUTO DA MULHER NA  
SOCIEDADE: O CASO DE ANGOLA**

Dissertação com vista à obtenção do grau  
de Mestre em Direito Público

Orientadora

Professora Doutora Maria Teresa Pizarro Beleza

Julho de 2015

Julho de 2015

### **Declaração de compromisso antiplágio**

Declaro por minha honra que o trabalho que apresento é original e que todas as minhas citações estão corretamente identificadas. Tenho consciência de que a utilização de elementos alheios não identificados constitui uma grave falta ética e disciplinar.

## **Dedicatória**

À memória do meu pai que sempre viu em mim algo que nem sempre sou capaz de ver.

À minha mãe e aos meus irmãos porque sem eles seria tudo mais difícil.

## **Agradecimentos**

À Professora Doutora Maria Teresa Pizarro Beleza pela orientação e apoio.

Às funcionárias do Ministério da Família e Promoção da Mulher e da Organização da Mulher Angolana pela oportunidade de acompanhar o seu trabalho e assim recolher elementos para esta dissertação.

À minha família e aos meus amigos pela presença e apoio constantes.

## **Lista de Abreviaturas**

CRA	– Constituição da República de Angola
DNDM	– Direção Nacional para os Direitos das Mulheres
DNIC	– Direção Nacional de Investigação Criminal
INAC	– Instituto Nacional da Criança
MINFAMU	– Ministério da Família e Promoção da Mulher
SADC	– Southern African Development Community

Julho de 2015

### **Declaração com o número de Carateres**

Declaro que, nos termos do nº2 do artigo 31º do Regulamento do 2º Ciclo de Estudos Conducentes ao Grau de Mestre em Direito, a presente dissertação contém no seu corpo 198 268 carateres, incluindo notas e espaços.

**ASSINATURA:**

---

*“(…) We must raise our daughters differently. We must also raise our sons differently. We do a great disservice to boys in how we raise them. We stifle the humanity of boys. We define masculinity in a very narrow way. Masculinity becomes this hard small cage and we put boys inside the cage. We teach boys to be afraid of fear. We teach boys to be afraid of weakness, of vulnerability. (...). But by far the worst thing we do to males, by making them feel that they have to be hard, is that we leave them with very fragile egos. The more “hard man” a man feels compelled to be, the weaker his ego is. And then we do a much greater disservice to girls because we raise them to cater to fragile egos of men. We teach girls to shrink themselves, to make themselves smaller. We say to girls, “You can have ambition, but not too much. You should aim to be successful, but not too successful, otherwise you would threaten the man. (...)”*

*Because I am female, I am expected to aspire to marriage. I am expected to make my life choices always keeping in mind that marriage is the most important. Now, marriage can be a good thing. It can be a source of joy and love and mutual support, but why do we teach girls to aspire to marriage and we don’t teach boys the same? (...)*

*A woman at a certain age who is unmarried, our society teaches her to see it as a deep personal failure. And a man, after a certain age isn’t married, we just think he hasn’t come around to making his pick. (...)*

*Some people will say that a woman being subordinate to a man is our culture. But culture is constantly changing (...). So, what is the point of culture? I mean, there is the decorative — the dancing — but also culture is really about the preservation and continuity of a people. (...)*

*Culture does not make people. People make culture.*

*So if it is in fact true that the full humanity of women is not our culture, then we must make it our culture”.*

*We should all be feminists, Chimamanda Ngozi Adiche*

*at TEDxEuston, disponível na Internet em*

*<https://vialogue.wordpress.com/?s=we+should+all+be+feminists>*

## **Resumo**

A violência doméstica é um dos problemas mais graves com que a sociedade atual se depara. A violência conjugal, sendo um caso específico de violência doméstica, tem provocado um elevado número de vítimas – na sua maioria mulheres – colocando, deste modo, um enorme desafio aos estados no que concerne ao combate a este problema.

Nesta dissertação pretendemos proceder ao estudo deste fenómeno no contexto angolano. Assim, o objetivo deste trabalho é tentar perceber de que modo este tipo de violência se manifesta em Angola, quais os fatores que poderão estar na sua origem e que efeitos podemos observar na vítima, na sua família e na própria sociedade.

Sendo o povo angolano um povo fortemente ligado às suas tradições e costumes, pareceu-nos também interessante abordar a questão da violência conjugal no âmbito do direito costumeiro.

Para além do estudo do problema em si, procedemos à exposição e análise da forma como o Estado e a própria sociedade civil têm intervindo nesta matéria.

No final deste estudo, concluímos que apesar do problema da violência doméstica receber, nestes últimos anos, mais atenção por parte das entidades públicas e da sociedade em geral, há ainda um longo caminho a percorrer. Esse caminho envolve não só mais atuação da parte do Estado como também uma mudança de mentalidade que se poderá traduzir no rompimento com estereótipos sociais, na adoção de um comportamento diferente face ao problema em análise e na interiorização de que a dignidade da pessoa humana é o princípio básico de todo e qualquer estado de direito democrático.

Palavras-Chave: Violência Conjugal, Direito Costumeiro, Estereótipos Sociais

### **Abstract**

Domestic violence is one of the most serious problems that contemporary society faces. Domestic violence that specifically occurs between spouses is a particular case of domestic violence that has caused a high number of victims - mostly women - putting thus an enormous challenge to states with regard to combating this problem.

In this thesis we intend to proceed with the study of this phenomenon in the Angolan context. The objective of this study is trying to understand how such violence is manifested in Angola, what factors may be at its source and what effects can be observed on the victims, their families and in society itself.

Being the Angolan people strongly linked to traditions and customs, it seemed interesting to also address the issue of domestic violence under customary law.

In addition to the problem of the study itself, we proceed to exposure and analysis of how the state and civil society have intervened in this matter.

At the end of this study, we conclude that despite the fact that the issue of domestic violence has received more attention in recent years from the public entities and society in general, there is still a long way to go. This path involves not only more actions of the state but also a change of mentality, which can enable the break with social stereotypes in adopting a different behavior over the issue under review and internalizing that human dignity is the basic principle of any state that proclaims democratic rights.

**Key Words:** Domestic Violence, Customary Law, Social Stereotypes



## **Introdução**

A violência doméstica é um flagelo social que se traduz numa grave violação dos direitos humanos e verifica-se em todos os países do mundo, em todas as culturas e religiões. Trata-se de um problema que contribui para a desestruturação e instabilidade emocional das famílias e consequentemente da sociedade.

Tendo em conta as sérias consequências que a violência doméstica traz consigo, a mesma tem vindo a ser considerada um problema de saúde pública. A própria Organização Mundial de Saúde tem considerado este tipo de violência “como uma doença de interação entre duas pessoas, mas que arrasta consigo tantas outras que coexistem naquele contexto familiar”<sup>1</sup>.

As vítimas deste tipo de violência podem ser mulheres, crianças, idosos e homens. No entanto, tem-se verificado uma maior incidência deste fenómeno sobre as mulheres. Apesar de existirem muitos fatores que contribuem para a prática de violência na família, quando falámos especificamente da violência praticada contra a mulher no seio da relação conjugal, é preciso não esquecer que tal facto está relacionado com a questão da igualdade de género que, por sua vez, influencia o estatuto que a mulher ocupa na sociedade.

De facto, “mulheres e homens representam, respetivamente, cerca de metade da população mundial. Porém, apesar deste dado objetivo, têm sido reservados para ambos papéis bem desiguais na sociedade. Os progressos alcançados são significativos, mas persistem ainda flagrantes assimetrias quanto a oportunidades, direitos e deveres entre as mulheres e os homens, que urge corrigir pela implicação que têm no desenvolvimento da sociedade”<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Manuel Matias, Mauro Paulino – *O Inimigo em Casa – Dar voz aos silêncios da violência doméstica*, 1ª ed., Prime Books, 2013, p. 19.

<sup>2</sup> Resolução do Conselho de Ministros nº 184/2003, de 6 de novembro, publicado no *Diário da República*, 1ª série-B, nº 273, de 25 de novembro de 2003, p. 8018.

Deste modo, pretendemos nesta dissertação abordar não só a violência doméstica em geral, como a violência conjugal em particular, demonstrando também que, esta última, quando praticada contra a mulher, está intrinsecamente associada ao estatuto que a mesma ocupa na sociedade.

Angola não é exceção a estes problemas, tendo-se verificado, nos últimos anos, um aumento significativo de casos de violência na família, o que também pode significar que se tem desenvolvido cada vez mais uma cultura de denúncia por parte das vítimas. No entanto, ainda há um longo caminho a percorrer no que diz respeito à interiorização dessa cultura.

Dado que a intervenção efetiva em matéria de violência doméstica em Angola é recente, pareceu-nos interessante perceber de que forma o Estado angolano e a própria sociedade civil têm lidado com este problema, bem como entender quais são os obstáculos que se colocam no caminho para um melhor tratamento do fenómeno em questão.

Para isso, dividimos a presente dissertação em quatro partes. Na parte I, apresentamos o contexto social, económico e cultural sobre o qual se debruça o nosso estudo de forma a que se perceba que o mesmo influencia, de certa forma, o entendimento e o tratamento que é dado pela sociedade civil e pelo Estado à questão da violência, permitindo perceber a conjuntura que envolve tal problema.

Na parte II, debruçamo-nos pelo problema da violência doméstica em geral e também sobre a violência conjugal como sendo um caso específico daquela. Referimo-nos nesta parte à situação da mulher enquanto vítima, aos fatores que podem contribuir para este tipo de violência e aos efeitos que a mesma provoca na vítima e na sua família, nomeadamente aos filhos, remetendo-nos assim para a questão da exposição à violência interparental. Para além disso, abordamos ainda a questão da violência conjugal no direito costumeiro.

A parte III consiste na exposição e análise da intervenção do Estado em matéria de violência conjugal. Primeiramente fizemos referência à legitimidade

do Estado – a nível constitucional e a nível do direito internacional – para proceder a essa intervenção e depois especificamos que tipos de intervenção podem ser levadas a cabo por aquele. Como veremos essa intervenção pode ser concretizada no plano da prevenção da violência doméstica e também já numa fase pós-conflitual em que se procede à aplicação da legislação existente para o efeito. Ainda nesta parte mencionaremos outras entidades que têm atuado ativamente no que concerne a esta problemática, destacando neste âmbito a atuação da OMA – Organização da Mulher Angolana – e o MINFAMU – Ministério da Família e Promoção da Mulher.

Por último, na parte IV procedemos à apresentação de algumas considerações sobre a questão da relação da violência doméstica no seio da relação conjugal e o estatuto da mulher na sociedade – questão que se insere no objeto do nosso estudo – e de alguns instrumentos que podemos encontrar em outros ordenamentos jurídicos (nomeadamente o português e o espanhol) para uma melhor prossecução da intervenção do Estado angolano nesta matéria.

## **Parte I**

### **Enquadramento Social, Cultural e Económico**

#### **I.1. Enquadramento Social, Cultural e Económico**

Para percebermos melhor o problema da violência doméstica em Angola e também a sua relação com o estatuto da mulher, é preciso saber sobre que contexto o nosso estudo se debruça. É necessário entendermos que existem aspetos sociais, económicos e culturais importantes e que influenciam, não só o entendimento da sociedade, as suas opiniões e formas de encarar o referido problema, como também as próprias autoridades e as soluções que as mesmas encontram para resolvê-lo.

Relativamente à cultura, podemos dizer que o povo angolano tem uma ligação forte com as suas tradições, apesar de já não ser tão perceptível aos olhos de quem só observa. Para percebermos essa ligação é necessário ter um contacto mais pessoal, seja através do diálogo ou mesmo de um certo tempo de convívio. Não queremos com isto dizer que a sociedade angolana na sua generalidade se rege de acordo com os usos e costumes tradicionais, uma vez que Angola não é exceção ao fenómeno de globalização e que, portanto, têm surgido outros tipos de pensamento e outras formas de entender a vida em sociedade. O que pretendemos esclarecer é que, segundo aquilo que nos foi possível observar, existem certos traços tradicionais que se encontram ainda presentes na vida quotidiana dos cidadãos, traços esses que, consoante o local ou família, podem verificar-se com maior ou menor intensidade.

Podemos dizer que existe uma ligação considerável dos cidadãos angolanos às suas tradições que se exteriorizam em modos de comportamento, nomeadamente no que diz respeito à família, à educação na sociedade em geral e no seio familiar em particular, ao modo como socialmente se tratam os homens e as mulheres e que, por sua vez é muitas vezes o reflexo daquilo que

se vive no seio da família. Deste modo, podemos desde já perceber que a família é o ponto de referência, ou seja, é o núcleo de onde vão surgir algumas das questões que se pretendem abordar neste trabalho.

De facto, a família é de extrema importância para a sociedade angolana, não só porque é considerada a célula da sociedade, como nos ensinam as ciências sociais, mas também porque

“em Angola, como é em geral em África, aquela é considerada o ponto de referência de todas as relações entre as pessoas em todas as dimensões da vida. O sistema de parentesco neste continente estende-se para além da consanguinidade e da afinidade”<sup>3</sup>.

Em Angola existe um conceito de família alargada, não deixando de existir a família em sentido restrito (nuclear) que engloba o pai, a mãe e os filhos. A questão é que esta família em sentido restrito não forma um grupo autónomo, pois está inserida tanto na família alargada, como no clã, ou seja, na comunidade. Sendo assim, “o banto<sup>4</sup> não pode viver sem família nem clã, os dois grupos primários, fundamentais e vitais que dão sentido e consistência à sua vida. Não se pode conceber nem explicar o indivíduo banto isolado de uma comunidade”<sup>5</sup>. Daqui resulta o facto de que, de acordo com esta cultura, o casamento não se traduz apenas da união entre duas pessoas, sendo antes de mais o fundamento da união entre famílias. “O carácter comunitário e social desta instituição sobrepõe-se ao individual e privado. O contrato comunitário antecede e condiciona o individual. É mais união de grupos que de indivíduos, um facto social que compromete sobretudo duas comunidades (...)”<sup>6</sup>. Esta concepção tradicional de família está presente na vida dos angolanos até aos

---

<sup>3</sup> AVELINO WALILE – *A problemática da Violência Doméstica em Angola: o caso de Benguela*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2012, p. 14. Tese de Mestrado, disponível na Internet em <http://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/3385>.

<sup>4</sup> Os bantos constituem um grupo etnolinguístico localizado na África subsariana e que engloba cerca de 400 subgrupos étnicos diferentes. A unidade desse grupo é mais notória no âmbito linguístico, uma vez que esses grupos e subgrupos têm como língua materna, uma língua da família banta.

<sup>5</sup> R. R. A. ALTUNA – *Cultura Tradicional Banto*, Luanda, Secretariado Arquidiocesano de Pastoral, 1985, *apud* Avelino Walile, *ob. cit.*, p. 14.

<sup>6</sup> *Ibidem*, p. 60.

dias de hoje (embora de forma mais suave, não tão tribal), uma vez que família não são apenas o pai, a mãe e os filhos. São também os tios, os avós, os primos, os cunhados, os sogros, os amigos e até os vizinhos, ou seja, a comunidade. São família, no sentido em que têm um papel ativo na vida uns dos outros, nomeadamente no que diz respeito aos mais velhos. Estes últimos têm que ser respeitados, eles é que possuem a sabedoria, é a eles que se recorre quando se precisa tomar uma decisão importante, quando há qualquer tipo de conflito na família, quando há um problema a ser resolvido, entre outras situações. São também os mais velhos que perpetuam a tradição no seio familiar, passando por via oral os ensinamentos para os mais jovens da família. Esses ensinamentos ganham particular importância quando se trata de se ensinar aos rapazes e raparigas adolescentes os papéis que ambos devem desempenhar na comunidade. Anteriormente, existiam na família tradicional instituições que tinham esse mesmo propósito. Assim, através do instituto do *Ekwendje* ensinava-se aos rapazes a enfrentar os desafios da vida adulta, sendo também iniciados em atividades próprias de um homem responsável. Às raparigas por sua vez, era através do instituto do *Efeko*, que recebiam das mais velhas as instruções e a educação próprias de futuras donas de casa, sendo por isso iniciadas em atividades domésticas, recebendo também educação moral feminina<sup>7</sup>. Podemos assim perceber que os papéis sociais de homem e mulher sempre estiveram bem delimitados na sociedade angolana e, apesar de na atualidade já não se recorrer àqueles institutos (pelo menos não de forma obrigatória), o entendimento destes papéis é ainda o da família tradicional e continua bem presente nas famílias angolanas. Este entendimento traduz-se no facto de o homem ser socialmente considerado o provedor da casa, o chefe da família, enquanto que a mulher é responsável pelas questões domésticas e pelos filhos, mesmo que porventura esteja inserida no mercado de trabalho.

---

<sup>7</sup> AVELINO WALILE – *A problemática da Violência Doméstica em Angola: o caso de Benguela*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2012, p. 71. Tese de Mestrado.

Ainda no que diz respeito à família tradicional, há dois aspetos que precisam de ser referidos e que, de certo modo, ainda se verificam na atual sociedade angolana, estando ambos relacionados entre si. O primeiro aspeto prende-se com o facto de em Angola vigorar o sistema familiar patrilinear, ou seja, pode-se dizer que o que constitui a linhagem familiar é um grupo de parentes, cujo critério fundamental de pertença é de filiação patrilinear. Sendo assim, “o filho pertence à família do pai, sendo que, o sistema reagrupa os descendentes por via masculina de um antepassado”<sup>89</sup>. É neste contexto que cumpre fazer referência ao segundo aspeto que é a questão da poligamia. O tipo de poligamia que existe em Angola é a poliginia que se traduz na aliança matrimonial de um homem com várias mulheres. Apesar de ser oficialmente proibido, este tipo de casamento persiste até aos dias de hoje, sendo muito frequente nas aldeias e localidades mais afastadas das cidades. Nestas últimas, pode não se verificar de modo formal e tão evidente como nas aldeias mas acontece que muitos homens acabam por ter mais do que uma mulher, sendo que há casos em que umas não sabem da existência das outras e outros casos que têm tal conhecimento. Ora, a poligamia relaciona-se com o sistema familiar patrilinear na medida em que, ao ter várias mulheres, o homem tem consequentemente um maior número de filhos (tendo também mais probabilidade de ter filhos do sexo masculino), o que lhe permite eternizar-se através dos mesmos e também dar continuidade à sua linhagem. Para além disso,

“os filhos numerosos outorgam autoridade, influência, respeito, admiração, inveja e veneração patriarcal, para além de que a posse de várias mulheres – a sua qualidade – representa um estatuto de prestígio

---

<sup>8</sup> R. R. A. ALTUNA – *Cultura Tradicional Banto*, Luanda, Secretariado Arquidiocesano de Pastoral, 1985, *apud* Avelino Walile, *ob. cit.*, p. 16.

<sup>9</sup> A sociedade hodierna não encara esta ideia de forma tão linear como a sociedade tradicional, apesar de continuar a ser muito comum pensar-se que os filhos do sexo masculino são mais bem vindos, na medida em que permitem dar continuidade ao nome e à linhagem familiar.

social pelo facto deste homem poder controlar , submeter um certo número de mulheres e poder sustentá-las”<sup>10</sup>.

Sendo assim, a poligamia permite que exista uma predominância da família paterna na comunidade, levando a que a vida social grave à volta da mesma. Podemos assim dizer que a cultura e a tradição angolanas atribuem ao homem uma maior importância na comunidade e na sociedade, uma vez que é ao mesmo que se atribui o poder de *controlar, submeter e sustentar* a sua ou suas mulheres, ganhando com isso um maior prestígio social perante aquelas. Por outro lado, o respeito e a importância que são reservados à mulher pela tradição estão relacionados com a maternidade pois é ela que gera a vida e que educa os filhos. Por esse motivo, a mulher é tida como um complemento do homem aos olhos da sociedade, ao invés de serem ambos o complemento um do outro enquanto cônjuges. Assim como a poligamia e a atribuição dos papéis sociais consoante se é homem ou mulher, existem ainda outras regras do direito costumeiro que influenciam a sociedade angolana ainda hoje e que teremos oportunidade de discutir. Assim sendo, em Angola, tal como em outros países com outras culturas, a tradição e a cultura abriram caminho a muitos problemas que enfrentamos até à atualidade que se prendem com a discriminação baseada no género, como é o caso da violência doméstica e da questão do estatuto da mulher na sociedade, que são o ponto central do nosso trabalho.

Por outro lado, apesar de a tradição e de o costume ainda serem pilares bem assentes na sociedade angolana, ocorreram algumas mudanças, que tiveram como um dos fatores principais a guerra civil. De facto, Angola enfrentou uma longa e desgastante guerra civil que, na sua fase final, além das destruição de infraestruturas, provocou a deslocação de muitas famílias que viviam em áreas de confronto para países vizinhos e também de zonas do interior para as cidades, onde podiam encontrar maior segurança militar e mais

---

<sup>10</sup> AVELINO WALILE – *A problemática da Violência Doméstica em Angola: o caso de Benguela*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2012, p. 20. Tese de Mestrado.



alternativas de sobrevivência. Ora, para além do grande desgaste físico e psicológico pelo qual estas famílias passaram, o facto de terem que se deslocar levou a que muitas delas ficassem sem as suas casas, sem alimento, sem roupa e sem medicamentos. Com efeito, foi nesta situação que a maioria das famílias chegou às cidades, deparando-se com um mundo um pouco diferente daquele a que estavam acostumadas, onde existe uma população em maior escala, muito diferente dos pequenos aglomerados do interior do país. Essa mudança trouxe consigo implicações de vária ordem. Em primeiro lugar passou-se de uma economia doméstica para uma economia de mercado, o que provocou alguns constrangimentos, dado que as populações estavam habituadas a servirem-se da agricultura e da criação de gado como fontes de rendimento. Agora, essas populações teriam que enfrentar os desafios da urbanização, uma vez que a industrialização e o trabalho assalariado implicam algum tipo de formação e conhecimentos que não estavam ao alcance das mesmas. Este cenário desencadeou uma certa competição para se aceder aos recursos e, começaram também a tornar-se mais evidentes as desigualdades sociais, agravando problemas como a pobreza e a desestruturação socioeconómica das famílias. De facto,

“a competição pelo acesso aos recursos, empregos e serviços básicos, geralmente escassos, nas cidades e vilas hospedeiras colocam até hoje um enorme desafio de sobrevivência para a maioria das famílias angolanas: a razão do surgimento do fenómeno da criança de e na rua, da mulher *zungueira*, do homem *roboteiro* *vulgo trabalhador* e, mendigos nas ruas das principais cidades do país – é a desagregação familiar”.<sup>1112</sup>

Para além disso, o desmembramento da família alargada originou algumas alterações, nomeadamente no que diz respeito aos hábitos culturais e regras da

---

<sup>11</sup> MINISTÉRIO DA FAMÍLIA E PROMOÇÃO DA MULHER, Programa Conjunto de Género – *Relatório de Estudo sobre a Violência Baseada no Género em Angola*, 2007, p. 9.

<sup>12</sup> As *zungueiras* e os homens *roboteiros* são mulheres e homens que, rodeiam as cidades dedicando-se ao comércio informal dos mais variados artigos (desde alimentos a livros escolares).

família tradicional. Isto porque o modo de vida das cidades difere daquele que se vive nas aldeias, nas comunidades e apesar da tradição e costumes estarem também presentes naquelas, a forma de os transmitir, de entender e de os por em prática são diferentes. É também através da vida nas cidades que se entra em contacto com outras culturas e com outros tipos de pensamento, sendo talvez mais difícil a assimilação da cultura tal como acontecia na comunidade, onde existiam determinadas estruturas que permitiam a perpetuação das regras e dos valores tradicionais. Esta situação pode também ter contribuído para a desagregação de algumas famílias, na medida em que o desaparecimento das referidas estruturas e o contato com novas formas de pensar a vida vieram trazer alguma confusão ao seio familiar, pois abraçar a novidade não era e não é de fácil aceitação para todos os seus membros.

Do exposto, podemos dizer que Angola é um país fortemente ligado às suas tradições e costumes, apesar das várias mudanças por que passou desde a guerra civil, ao contato com outras culturas (nomeadamente a cultura ocidental), logo, com outras formas de pensar a vida em sociedade. Como vimos, essas mudanças trouxeram consigo problemas de ordem económica, social e cultural, tendo assim um impacto considerável nas relações familiares. É neste âmbito que se insere o objeto do nosso estudo – a violência doméstica, nomeadamente a violência no seio da relação conjugal. Com efeito, pretendemos com este trabalho analisar de que forma a intervenção do estado angolano tem contribuído para um melhor tratamento da questão da violência conjugal, tendo em conta todas as transformações sociais e económicas sofridas, para além do facto de estarmos perante uma sociedade agarrada a certos traços da educação e valores tradicionais que, por sua vez, estão estreitamente ligados aos papéis sociais dominantes desempenhados pelas mulheres e pelos homens na sociedade. É neste sentido que visamos abordar a questão do estatuto da mulher na sociedade, relacionando-o também com o fenómeno da violência doméstica/conjugal.

Parece-nos também importante referir que estamos conscientes de que este tipo de contexto é comum a muitos países, mas queremos apenas demonstrar que, tal como nesses países, em Angola a tradição, a cultura e a guerra civil também tiveram um impacto significativo em determinadas questões, como é o caso da violência doméstica. Sendo assim, pensámos ser importante reconhecermos e falarmos deste contexto, não deixando de ter atenção às particularidades do país em questão.

É então neste contexto social, cultural e económico que se vai debruçar a presente dissertação, sendo que trataremos de seguida da análise da violência doméstica em Angola.

## **Parte II**

### **A Violência Doméstica no Seio da Relação Conjugal em Angola**

#### **II.1.1. A Violência Doméstica**

A violência doméstica é o tipo de violência que ocorre entre os membros de uma mesma família ou que ocupam o mesmo espaço de habitação, ou seja, estamos perante a violência ao nível familiar. Assim sendo, a violência doméstica abrange um conjunto de situações ligadas à esfera da vida privada das pessoas sendo, por isso, um problema extremamente difícil de combater. Trata-se de um crime com dimensões alarmantes em quase todos os países do mundo, o que requer cada vez mais atenção e empenho por parte dos estados e dos seus cidadãos na procura de melhores soluções para, pelo menos, se minimizar o problema.

De um modo geral, a violência doméstica pode ser praticada entre os cônjuges, entre quem conviva em condições análogas às dos cônjuges, contra as crianças, contra os idosos e contra progenitor de descendente comum em 1º grau. É também considerada violência doméstica a praticada contra ex-cônjuge e contra ex-convivente em condições análogas às dos cônjuges.

Em Angola, país sobre o qual se debruça o nosso estudo, a violência doméstica tem apresentando um quadro indiscutivelmente grave merecendo, desta forma, uma atenção particular do Estado e da própria sociedade civil, daí a aprovação em 2011 da Lei nº 25/11, de 14 de julho – Lei Contra a Violência Doméstica<sup>13</sup> – que estabelece o regime jurídico de prevenção da violência doméstica e de proteção e assistência às vítimas. Dado o agravamento da situação no âmbito da violência em geral e da violência doméstica em particular, a referida lei considera violência doméstica não só aquela que é praticada no seio familiar, como também a que tem lugar em infantários, asilos,

---

<sup>13</sup> Disponível na Internet em <http://www.cidadao.gov.ao/VerLegislacao.aspx?id=539>, a 14 de julho de 2015.

hospitais, escolas, internatos e outros espaços equiparados (artigo 2º). Isto porque a violência é praticada não só na habitação familiar, como também em outros locais onde existem relações de proximidade e de afeto. Com efeito, a mesma lei estabelece no seu artigo 3º o seguinte: *“entende-se por violência doméstica, toda a ação ou omissão que cause lesão ou deformação física e dano psicológico temporário ou permanente que atente contra a pessoa humana no âmbito das relações previstas no artigo anterior”*. Podemos então concluir que, para além da violência praticada entre membros da mesma família, o ordenamento jurídico angolano considera também violência doméstica aquela que é praticada no seio de outras relações que se verificam nos espaços sociais acima referidos. De acordo com o nº 2 do mesmo artigo, este tipo de violência pode traduzir-se em violência sexual, patrimonial, psicológica, verbal, física e abandono familiar, como teremos oportunidade de ver mais adiante.

Ao longo desta dissertação vamos debruçar-nos principalmente sobre a violência conjugal e sobre a violência contra a criança no âmbito da exposição à violência interparental. Prosseguiremos, então, com a análise da violência conjugal propriamente dita.

## **II.2. A Violência Conjugal**

A violência conjugal é aquela que é praticada no seio da relação conjugal podendo ser praticada tanto contra a mulher como contra o homem ou entre pessoas do mesmo sexo que se encontrem numa relação conjugal. Contudo, uma das formas de violência mais comum em Angola, tal como acontece na maior parte dos países, é a exercida contra a mulher, sobretudo no âmbito das suas relações de intimidade. Esta realidade está relacionada com diversos fatores, “mas entre eles destaca-se, seguramente, o facto de ser este o grupo com maior número de vítimas (ou pelo menos com maior visibilidade) e

o que regista consequências porventura mais severas no que se refere aos níveis de violência e ao seu desfecho fatal”<sup>14</sup>.

Por estes motivos, e tendo em conta a questão do estatuto da mulher, que também faz parte do objeto de estudo desta dissertação, iremos debruçar-nos com maior incidência sobre a violência praticada contra a mesma. Isto sem deixar de fazer referência à violência praticada contra o homem quando tal se afigurar necessário.

Considerando a violência conjugal um caso específico de violência doméstica, podemos dizer que a mesma se enquadra na definição apresentada no artigo 3º da Lei 25/11, traduzindo-se também numa “*ação ou omissão que cause lesão ou deformação física e dano psicológico temporário ou permanente que atente contra a pessoa humana*”. Neste caso específico, trata-se de uma ação ou omissão praticada por um cônjuge contra o outro, ou por ambos reciprocamente. A primeira situação é aquela em que na relação conjugal existe um só agressor e uma só vítima e a segunda, por outro lado, é a situação em que as condutas violentas são recíprocas entre ambos<sup>15</sup>.

Tendo em conta a definição em causa, conclui-se que “poderá ser considerada violenta tanto a conduta ativa de um agente (um *fazer*) como uma conduta omissiva do mesmo (um *não fazer*), quando exista um dever jurídico de agir.”<sup>16</sup> Relativamente à primeira, podemos apresentar como exemplo a agressão física como um ato de violência, ou a agressão verbal, mediante a utilização de palavras ofensivas ou impropérios que provoquem humilhação à vítima<sup>17</sup>. É aqui notória a ideia de um *fazer* que se traduz num comportamento violento<sup>18</sup>. No que diz respeito à conduta omissiva, podemos dar como exemplo a situação em que um dos cônjuges se recusa a contribuir para os encargos da vida familiar violando, assim, o dever de assistência estabelecido

---

<sup>14</sup> MANUEL MATIAS, MAURO PAULINO – *O Inimigo em Casa: dar voz aos silêncios da violência doméstica*, Prime Books, 2013, p. 19-20.

<sup>15</sup> Nesse sentido, MARIA ELISABETE FERREIRA – *Da Intervenção do Estado na Questão da Violência Conjugal em Portugal*, Coimbra, Edições Almedina, 2005, pp. 25-26.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 24.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 25.

<sup>18</sup> *Ibidem*.

pelos artigos 43º e 45º do Código da Família (referentes aos deveres recíprocos dos cônjuges e aos deveres de cooperação e de assistência respetivamente) conjugados com o artigo 3º nº2 al. f)<sup>19</sup> da Lei Contra a Violência Doméstica que diz respeito ao abandono familiar. Desta forma, a conduta omissiva terá que desrespeitar, de forma grave e reiterada, a prestação de assistência nos termos dos referidos artigos 43º e 45º. Desta feita, estaremos perante a prática de um ato de violência de um cônjuge para com o outro, na medida em que o primeiro “omite um comportamento que lhe é juridicamente imposto”<sup>20</sup>.

Outro aspeto relevante é o facto de tanto as condutas ativas como as omissivas poderem ter como resultado ofensas à integridade física e psicológica da vítima. No nosso entendimento, mesmo não se verificando danos físicos, o facto de, potencialmente, os mesmos virem a concretizar-se já é suficiente para se considerar a conduta violenta. Para além disso, tal como defende Maria Elisabete Ferreira, quando ocorre uma violação da integridade física do cônjuge vítima, a mesma surge associada à violação da própria integridade psicológica; ou seja, apesar de não se concretizar o dano físico, a integridade psicológica é afetada reconhecendo-se, assim, o cariz violento da conduta. Por outro lado, só o facto de o agressor querer provocar um dano físico ao cônjuge já é por si um ato consideravelmente grave<sup>21</sup>. Para além disso, a referida autora defende que:

“para que possamos afirmar a existência de uma conduta violenta, ela terá, pelo menos, que causar dano na integridade psicológica do ofendido. Tal elemento interno afigura-se imprescindível, tendo que traduzir-se, pelo menos, na criação no espírito da vítima de um sentimento de medo, infelicidade ou depressão. Isto é, terá que produzir-se a alteração do estado psicológico normal do ofendido, em virtude do comportamento violento. Esta exigência deriva do facto de

---

<sup>19</sup> “*abandono familiar* – qualquer conduta que desrespeite, de forma grave e reiterada, a prestação de assistência nos termos da lei.”

<sup>20</sup> MARIA ELISABETE FERREIRA, *ob. cit.*, p. 24.

<sup>21</sup> *Ibidem*, p. 26

que, se o cônjuge agressor adoptou determinado comportamento, tendencialmente violento, mas, ainda assim, não provocou no outro cônjuge, tão pouco, uma alteração do seu estado psicológico normal, inexistente qualquer tipo de dano, faltando um pressuposto essencial para a qualificação daquela conduta como conjugalmente violenta”<sup>22</sup>.

Este entendimento resulta do facto de o crime de violência doméstica ser considerado um crime de dano, o que, por vezes, “implica a prova de factos que muitas vezes é impossível, tendo em conta a natureza contextual deste crime”<sup>23</sup>. De facto, “muitas vezes a vítima é impedida pelo agressor de se dirigir ao médico ou Hospital em momentos de crise, ou de pedir outro auxílio, não existindo relatórios médicos ou psicológicos que comprovem as marcas físicas e emocionais da violência... aliado ao isolamento da vítima imposto pelo agressor (...)”<sup>24</sup>. Deste modo, é de considerar a ideia de que para haver condenação bastaria demonstrar-se a prática do ato violento<sup>25</sup> pois, de outro modo, pune-se o ato violento “em função do seu dano e não da violência praticada”<sup>26</sup>. Assim, “para ser adequado, o tipo legal de crime de violência doméstica deveria constituir não crime de dano – dado que o dano aqui constitui elemento objetivo do tipo – mas, sim, crime de perigo concreto, no qual para a subsunção dos factos à norma e condenação bastaria a verificação do ato violento, sendo os danos físicos ou psíquicos apenas um agravante na condenação (...), dado que o que se rejeita pelo direito e sociedade, é a violência. O dano não é mais do que uma mera consequência biopsicofisiológica do ato violento”<sup>27</sup>.

Para concluir, é preciso ainda dizer que as lesões físicas e psicológicas provocadas pela conduta ativa ou omissiva do agressor tanto podem ser temporárias ou permanentes, ou seja, basta que tais lesões efetivamente se

---

<sup>22</sup> *Ibidem*, p. 27

<sup>23</sup> SANDRA INÊS FEITOR – *Análise Crítica do Crime de Violência Doméstica*, Lisboa, 2012, p. 4, disponível na Internet em <http://www.fd.unl.pt/Anexos/5991.pdf>.

<sup>24</sup> *Ibidem*.

<sup>25</sup> *Ibidem*.

<sup>26</sup> *Ibidem*.

<sup>27</sup> *Ibidem*, pp. 4-5.



verifiquem (pelo menos as lesões psicológicas), não tendo obrigatoriamente que se prolongar para todo o sempre.

Feita a análise do conceito de violência doméstica preceituado pelo artigo 3º da lei supra citada, cumpre-nos agora analisar mais detalhadamente a situação da violência conjugal em Angola, mais especificamente a violência praticada contra a mulher. Passaremos então a essa análise nos pontos seguintes.

### **II.2.1. A Mulher enquanto vítima**

Como acima referimos, a violência perpetrada contra a mulher é a mais comum no que à violência conjugal diz respeito. Segundo o relatório anual da Direção Nacional de Investigação Criminal (DNIC) foram registados, em 2014, 3680 casos de violência doméstica nas esquadras de polícia, dos quais 2712 dizem respeito à violência contra as mulheres, ou seja, mais de metade dos casos. Conclusões semelhantes podemos retirar das queixas que foram apresentadas a nível do Ministério da Família e Promoção da Mulher (de agora em diante MINFAMU) pois, segundo a Direção Nacional para os Direitos da Mulher (DNDM), entre Janeiro e Setembro de 2014 registaram-se 6351 casos de violência doméstica, sendo que 5084 dos casos dizem respeito à violência praticada contra a mulher. Ora, tendo em conta este cenário, é cada vez mais urgente perceber as percepções, as crenças e as necessidades das mulheres que vivem estas situações, até porque estamos perante uma forma de violência que infalivelmente acaba por afetar outros grupos, nomeadamente as crianças e idosos. É também preciso ter em conta que na maioria dos casos o agressor é o marido ou companheiro da vítima tornando-se, por isso, urgente um estudo cada vez mais aprofundado sobre o comportamento do mesmo de modo a que se previna o surgimento de novos agressores e se evite a reincidência daqueles já assim considerados. É necessário olhar tanto para a vítima como para o

agressor, pois só assim haverá uma compreensão mais completa do problema, permitindo-se, desta forma, encontrar mais e melhores soluções para o resolver.

A violência praticada pelo marido contra a sua esposa é também por vezes referida como “abuso conjugal”<sup>28</sup>. Desta feita, o abuso conjugal pode revestir-se na forma de diversos comportamentos tais como a exploração sexual da mulher, outras agressões físicas, a retenção de dinheiro, a recusa de abrigo e de alimento, não aceitar que a mulher trabalhe e as agressões verbais<sup>29</sup>. O agressor pode ainda aproveitar-se das crenças espirituais e religiosas da vítima para assim poder dominá-la, ou, até, impedi-la de praticar essas crenças, ridicularizando-a<sup>30</sup>. Daqui podemos retirar que na violência contra a mulher no seio da relação conjugal se trata sobretudo de um exercício de poder e controlo do agressor sobre a vítima, recorrendo assim a este tipo de comportamento. Com efeito, o resultado almejado pelos agressores é na maioria das vezes conseguido. Tal resultado traduz-se numa grave afetação da saúde física e psíquica das vítimas, tratando-se de danos muitas vezes irreversíveis que destroem por completo a vida dessas mulheres e não só, pois como veremos a vida das crianças expostas à violência interparental é também gravemente afetada. Por tudo isto importa perceber, cada vez melhor, as causas e os fatores que desencadeiam e perpetuam este tipo de violência, bem como as consequências que a mesma transporta para as vítimas, para as suas famílias e para a sociedade em geral. Importa também perceber se há efetivamente uma relação direta entre cada uma dessas causas e a violência conjugal, ou se é antes a conjugação de diversas situações que conduzem aos comportamentos violentos. São estas questões que trataremos de seguida.

---

<sup>28</sup> ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DROGAS E CRIME – *Manual sobre Respostas Policiais Eficazes à Violência contra as Mulheres*, Nações Unidas, Nova Iorque, 2011, p. 6.

<sup>29</sup> *Ibidem*.

<sup>30</sup> *Ibidem*, pp. 6-7.

## **II.2.2. Fatores que podem contribuir para a violência conjugal**

Antes de mais, pensamos ser necessário explicar aqui como se desencadeia todo o processo de violência.

Segundo os especialistas deste fenómeno, o processo de violência apresenta um cariz cíclico que se divide em três fases. A primeira fase, denominada de *fase da tensão*<sup>31</sup>, traduz-se na ocorrência de pequenos episódios geradores de conflito, como por exemplo crises de ciúmes, agressões verbais e ameaças. Aqui, a mulher tenta acalmar o agressor, evitando discussões e ao mesmo tempo vai-se tornando mais submissa e amedrontada. No entanto, estes comportamentos do agressor passam a verificar-se com mais frequência e intensidade gerando-se um clima de ansiedade e hostilidade<sup>32</sup>. Na segunda fase – *a fase da explosão* – dá-se, tal como o nome indica, a explosão de toda a tensão, hostilidade e ansiedade que vinha sendo acumulada na primeira fase<sup>33</sup>. Esta fase é marcada por agressões verbais e físicas graves e constantes, provocando ansiedade e medo crescente. Relativamente à terceira fase – *a fase da lua de mel* – o agressor demonstra um certo arrependimento, fazendo a vítima acreditar que se sente culpado, com remorsos e que se compromete a não voltar a ter comportamentos agressivos, o que provoca na vítima um sentimento de esperança e uma certa negação dos episódios de violência que viveu. Contudo, “ a curto ou médio prazo, repetir-se-á o ciclo, sendo que, à medida que o tempo passa, os ciclos tendem a ser cada vez mais voláteis, muito mais próximos entre si e a fase de ataque cada vez mais violenta ”<sup>34</sup>.

Uma vez esclarecido o modo como se desenrola todo o processo de violência, é importante perceber quais os fatores que podem contribuir para a mesma.

---

<sup>31</sup> MARIA ELISABETE FERREIRA, *ob. cit.*, p. 45.

<sup>32</sup> *Ibidem*.

<sup>33</sup> *Ibidem*.

<sup>34</sup> MARIA ELISABETE FERREIRA, *ob. cit.*, p. 45.

Em Angola, são vários os fatores que podem contribuir para o surgimento e perpetuação da violência contra as mulheres. Podemos verificar fatores de cariz social, como por exemplo a desagregação familiar que, desde a guerra civil, tem vindo a intensificar-se, originando um certo desinteresse pelo instituto da família, deixando esta de ser tão valorizada; os desequilíbrios no sistema de educação, nomeadamente no que diz respeito à deficiente educação cívica dos cidadãos, o que resulta em cidadãos cada vez menos preparados para a vida em sociedade e, conseqüentemente, com menos respeito pela pessoa humana; o desemprego ou sub-emprego que contribuem para o surgimento de conflitos entre os membros do agregado familiar, havendo, por um lado, alguém que sempre contribui para as despesas familiares e, por outro lado, quem pouco ou nada contribui, verificando-se neste sentido um certo desequilíbrio. Existem também fatores de ordem económica tais como a dependência económica das mulheres em relação aos seus maridos, o que as impede muitas vezes de abandonar um lar violento pois, uma vez sem poder económico, não têm como se sustentar a si e nem aos seus filhos, agravando-se a sua situação devido a um acesso limitado das mesmas à educação, à formação, ao emprego e ao crédito. Não se quer com isto dizer que não se tem trabalhado neste sentido, apenas que não tem sido suficiente, sendo necessário um impulso mais significativo, tanto para a adesão das mulheres a determinadas soluções que possam existir, como para se pôr em prática outros projetos. Outro fator que está também associado à violência conjugal é a própria economia doméstica, ou seja, a escassez de dinheiro nas famílias de baixa renda e a má gestão das receitas familiares nas famílias economicamente mais estáveis. Quer isto dizer que, se por um lado, a falta de receita origina problemas porque a família não consegue satisfazer as suas necessidades básicas, por outro lado, a estabilidade financeira faz com que o cônjuge marido assuma outras responsabilidades, nomeadamente a constituição de outras famílias, o que nos remete para o fenómeno da poligamia, anteriormente tratado. Ora, este fenómeno vai impedir a plena satisfação das necessidades da

primeira família e da outra ou outras, o que se traduz muitas vezes em fuga à paternidade e abandono familiar que, por sua vez, é uma forma de violência conjugal muito comum na sociedade angolana. Podíamos dizer, neste caso, que se trata mais ainda de violência contra a criança do que de violência conjugal, mas o que acontece na maior parte dos casos, tal como foi possível testemunhar em alguns aconselhamentos no MINFAMU, o marido não tem dinheiro suficiente para sustentar todos os filhos ou simplesmente não quer que a mãe dos filhos tenha acesso ao dinheiro. Neste sentido, o marido pretende atingir a mulher e acaba também por prejudicar os próprios filhos, daí se tratar também de violência conjugal. Para além disso, a falta grave e reiterada da prestação de assistência – prevista pelo artigo 3º nº2 f) da lei contra a violência doméstica, referente ao abandono familiar - diz respeito aos encargos da vida familiar (artigo 43º e 45º código da família) e não apenas a encargos com as crianças.

Relativamente à esfera política, é possível apontar alguns fatores que contribuem para a falta de atenção pública ao fenómeno em causa que, por sua vez, também contribui para a sua prática e perpetuação. Em primeiro lugar, podemos dizer que há uma representação diminuta das mulheres no poder político e na ocupação de cargos públicos, apesar de ser mais significativa do que há cinco ou dez anos atrás. Com efeito, segundo os dados estatísticos do ano de 2012<sup>35</sup>, disponibilizados pela DNDM, podemos verificar que existem diferenças significativas entre a representação dos homens e das mulheres angolanas nos órgãos de decisão política. Assim sendo, no que diz respeito à participação nos órgãos de decisão do poder executivo, existem desde 2012, um total de 86 membros, sendo 68 homens para apenas 18 mulheres. Quanto à participação nos órgãos de decisão ao nível do poder local – governadores e vice-governadores – existe um total de 59 membros, dos quais apenas 10 são mulheres. Em relação a outros cargos do poder local há um total de 1656 homens para 148 mulheres. Relativamente à representação parlamentar, num

---

<sup>35</sup> Ministério da Família e Promoção da Mulher, Direção Nacional para os Direitos da Mulher – Dados Estatísticos sobre a Participação nos Órgãos de Tomada de Decisão do ano de 2012.

total de 220 deputados, 82 são mulheres, existindo aqui uma maior representação das mulheres relativamente aos outros órgãos de decisão. A nível ministerial, nas categorias de secretário-geral, diretores nacionais e chefes de departamento, existem 652 membros, dos quais 453 são homens e apenas 199 são mulheres. No que diz respeito à diplomacia, existem em efetividade de funções 314 homens e apenas 124 mulheres. Por último, quanto à magistratura pública, existem 64 membros, dos quais 22 são mulheres, enquanto que na magistratura judicial, há um total de 303 membros, sendo que apenas 94 são mulheres.

Ora, como podemos ver, na maior parte dos órgãos de decisão política o número de mulheres em exercício de funções não chega nem a metade do total dos membros, o que pode dificultar a aprovação, a adoção e o cumprimento de determinadas medidas respeitantes a problemas como a igualdade de género e a violência doméstica. Estamos perante uma sociedade machista cujos representantes no poder político e em outros cargos públicos – sendo na sua maioria homens – muitas vezes não encaram de forma séria e imparcial estas questões. Por exemplo, quando algumas mulheres se dirigem a uma esquadra de polícia ou a alguma repartição do Ministério Público para apresentar uma queixa, não lhes é dado o devido crédito, ou seja, é como se não tivessem esse direito. Isto acontece porque a sociedade angolana é extremamente tolerante para com os homens em geral, principalmente no que diz respeito a determinados comportamentos que adota perante a sua família. Por isso, para grande parte da sociedade não é admissível à esposa apresentar uma queixa contra o seu marido pois, tal como vimos a propósito do enquadramento cultural, os problemas têm que ser resolvidos em casa e, caso os cônjuges não se entendam, deve-se chamar a família – os mais velhos – para que se encontre uma solução para o problema. E o agravante é que esta ideia é profundamente interiorizada não só pelos homens como pelas próprias mulheres, o que as impede de atuar devidamente quando são alvo de violência por parte dos maridos. É devido a situações como estas que se torna necessário e urgente

uma maior participação das mulheres na vida pública. É preciso que se criem mais e iguais oportunidades para as mesmas, para que possam ter efetivamente uma palavra a dizer sobre os problemas que enfrentam na sociedade. São precisas mais mulheres para decidir e para fazer cumprir aquilo que já foi decidido. É necessário que façam valer os seus direitos e, ainda mais importante, que tenham conhecimento dos mesmos pois temos um nível de literacia jurídica muito baixo entre as mulheres, o que também explica o seu comportamento passivo quando sofrem algum tipo de violência.

Tendo em conta o que foi exposto, podemos afirmar que o facto de alguns membros das instituições públicas adotarem este tipo de comportamento pode ser considerado um fator que contribui e perpetua a violência praticada contra as mulheres. Com efeito, pelo facto de não ser dado o devido crédito à sua intenção de denunciar o marido, a mulher pode sentir-se desmotivada para dar prosseguimento à denúncia, o que faz com que, na maior parte dos casos, a mesma permaneça numa situação de violência. Outra questão que já foi também levantada é a ideia de que os problemas conjugais devem resolver-se no seio familiar. Sendo assim, outro fator que pode originar este tipo de violência é o facto de a noção de família ser considerada matéria privada, estando fora do controlo do Estado. Tal entendimento resulta por vezes numa total ignorância da mulher em relação aos seus direitos enquanto cidadã e enquanto ser humano, ou seja, muitas destas mulheres não têm o conhecimento ou a coragem para poderem realmente fazer algo por si próprias, não tendo que recorrer sempre aos seus familiares para obter algum parecer relativamente à sua própria vida. Este aspeto está diretamente relacionado com a questão dos valores culturais e tradicionais sendo, por isso, importante analisar outros fatores de cariz cultural que promovam a violência conjugal.

A tradição e a cultura têm funcionado, por um lado, como um fator encorajador da prática de violência doméstica por parte dos homens para com as suas mulheres e, por outro lado, como fator inibidor para as mesmas

denunciarem essa prática<sup>36</sup>. Em primeiro lugar, podemos falar de uma socialização específica de género, ou seja, há papéis veiculados pela sociedade que regem comportamentos predeterminados como sendo apropriados e característicos de homens ou de mulheres. Como vimos, este entendimento vem já desde a família tradicional, um entendimento que se funda na ideia de patriarcado, em que o homem é o chefe de família e o seu provedor. Está aqui patente a crença na superioridade inerente ao sexo masculino, o que permite a existência de determinados privilégios concedidos pela sociedade aos homens, como por exemplo o direito de poderem ter mais do que uma esposa (poligamia), a tolerância para com os homens que têm mais do que uma parceira sexual e a obrigatoriedade de a mulher e os filhos “trabalharem” para o marido e pai e obedecerem às suas ordens<sup>37</sup>. Tais privilégios remetem-nos para a ideia de esposa enquanto propriedade do marido, existindo várias práticas culturais que servem de base a tal ideia. É o caso de alguns costumes maritais, como por exemplo a questão do *lembamento* em Angola. Trata-se do “dote por excelência e consiste no ato de entrega, por parte da família do pretendente, de diversos artigos em espécie e em moeda à família da pretendida, e representa, nos termos do Direito Ancestral Divino e no do Direito Ancestral Político-Civil (Profano), o meio jurídico de assunção do compromisso, por um lado, da família da noiva de que aceita a transferência definitiva da sua filha para a família, sanzala, sobado e tribo do noivo (...)”<sup>38</sup>. Ora, o *lembamento* é muitas vezes entendido como sendo o preço da noiva, o que pode reforçar a ideia de que aquela passa a ser propriedade do noivo bem como da família deste, pois há uma transferência de uma família para a outra. É a ideia de que antes de se casarem as filhas pertencem à família do pai e, depois disso, passam a pertencer à família do marido. Trata-se, neste caso, de uma objetificação da

---

<sup>36</sup> Neste sentido, MINISTÉRIO DA FAMÍLIA E PROMOÇÃO DA MULHER, Programa Conjunto de Género – *Relatório de Estudo Sobre a Violência Baseada no Género em Angola*, 2007, p. 33.

<sup>37</sup> *Ibidem*.

<sup>38</sup> CHICO ADÃO – *Direito Costumeiro e Poder Tradicional dos Povos de Angola*, Luanda, 1ª edição, Mayamba Editora, 2010, p. 135.



mulher, o que tem contribuído em grande escala para a violência praticada contra a mesma.

De facto, as práticas culturais têm tido um grande impacto no que à violência conjugal diz respeito e na cultura angolana, como em muitas outras, existe a questão relacionada com as funções sexuais no seio da relação conjugal. São, efetivamente, encaradas como funções, tratando-se mesmo de um dever e, por isso mesmo, a mulher tem a obrigação de “não faltar aos deveres sexuais”<sup>39</sup>. Por seu lado, o homem tem também o dever de “fornecer à mulher o carinho e a vida sexual satisfatórios”<sup>40</sup> mas não lhe é imposta a obrigação de não faltar aos referidos deveres. Podemos assim entender que estamos perante uma situação mais grave quando a esposa falta aos seus deveres sexuais, o mesmo não acontecendo com o marido. Ora, este facto permite a ocorrência de violações no âmbito da conjugalidade, sendo esta uma forma de violência muito comum em Angola, precisamente porque as relações sexuais são encaradas como um direito dos cônjuges que se adquire com o casamento. A mulher é a principal vítima deste tipo de violência, mas para alguma parte da população a violação no seio da relação conjugal continua a não ser vista como um abuso, considerando-se antes o cumprimento de uma obrigação por parte daquela.

Como estas, existem outras questões de âmbito cultural que são prejudiciais ao bom funcionamento da relação conjugal, às quais faremos referência mais adiante.

Ainda relativamente aos fatores culturais há uma outra questão que pode surgir e que nos parece importante colocar. Trata-se da questão de saber se os valores e costumes tradicionais terão um grande valor explicativo, tendo em conta que existem outras sociedades menos tradicionais que a de Angola e que têm igualmente níveis altos de violência doméstica. Para responder a esta questão é preciso, antes de mais, perceber que não queremos dizer que os

---

<sup>39</sup> *Ibidem*, p.139.

<sup>40</sup> *Ibidem*.

costumes e as práticas tradicionais explicam, por si, os comportamentos que se traduzem em violência doméstica, ou seja, não pretendemos explicar este fenómeno recorrendo àquelas práticas e costumes. Na realidade, acontece que em muitos casos a tradição é utilizada para se justificar a violência intrafamiliar e, por conseguinte, acaba por constituir um entrave para o desenvolvimento da consciência social no que diz respeito a temas como a igualdade de género, o estatuto das mulheres e a própria violência doméstica. É neste sentido que queremos que se perceba a importância de abordarmos, aqui, os fatores culturais. Com efeito, não é verdadeiro dizer que a tradição e os costumes são a causa para os elevados níveis de violência doméstica em Angola, mas também não é errado dizer que os mesmos servem de escudo protetor para quem comete atos que violam princípios e direitos fundamentais que são inerentes à vida humana. É certo que Angola não é o único país onde ocorrem situações como estas, mas é importante que se saiba que neste país, em concreto, também nos deparamos com este tipo de constrangimento.

Para além dos vários fatores analisados acima, é preciso ainda ter em conta as particularidades de cada família, ou seja, a situação familiar que cada casal está a atravessar num determinado momento, bem como as personalidades e outros problemas de foro individual que possam verificar-se. São, por isso, considerados fatores de risco que podem conduzir ao aumento da vulnerabilidade à violência. Como exemplo, podemos indicar a presença de abuso de álcool e/ou drogas, um passado de violência tanto do agressor como da vítima, a presença de uma doença de foro psicológico e outros fatores familiares emergentes ou crónicos.

Do exposto, podemos afirmar que todos os fatores aqui mencionados estão de algum modo ligados a situações de violência conjugal mas, por outro lado, parece-nos que para se compreender este fenómeno em toda a sua complexidade é necessário que haja uma certa interação entre os mesmos, não devendo, por isso, ser considerados de forma isolada<sup>41</sup>. Este entendimento

---

<sup>41</sup> Neste sentido, MARIA ELISABETE FERREIRA, *ob. cit.*, p. 54.

remete-nos para um dos modelos que tentam explicar o fenómeno da violência intrafamiliar – o modelo ecológico – adaptado por JORGE CORSI<sup>42</sup> e exposto de forma muito clara por MARIA ELISABETE FERREIRA<sup>43</sup>. Assim sendo, existem quatro dimensões inter-atuantes e explicativas da violência conjugal: o *Macrossistema*, o *Exossistema*, o *Microsistema* e o *Nível Individual*.

“O *Macrossistema* é formado pelo conjunto de crenças e valores culturais acerca do homem, da mulher, dos filhos, da família e bem assim, as concepções sociais vigentes acerca do poder e da obediência”<sup>44</sup>. Estamos aqui perante os fatores de ordem cultural, como a tradição e costume que, como vimos, influenciam diretamente essas crenças e valores. O *Exossistema*, por seu lado, “consiste no contexto social em que se insere o casal em cujo seio se manifesta a violência”<sup>45</sup>, ou seja, está relacionado com fatores de ordem social, económica e política acima referidos.

“O *Microsistema* é composto pela família e respectivos padrões de interação familiar”<sup>46</sup>. Esta dimensão tem a ver com a forma como os membros de uma família se relacionam entre si, dependendo daquilo que é transportado do *Macrossistema* para o seio da mesma. “Com efeito, como salienta CORSI, é mais provável a ocorrência de violência entre famílias de tipo autoritário, onde a distribuição assenta em estereótipos culturais e numa lógica de verticalidade”<sup>47</sup>. Ou seja, famílias em que se verifica uma maior absorção de valores, crenças e costumes tradicionais, existindo, por isso, uma maior probabilidade da prática de atos violentos. É o que acontece em muitas famílias angolanas onde a tradição ainda está muito presente, permitindo, deste modo, a prática de violência que, por sua vez, é justificada pelos estereótipos criados por essa mesma tradição.

---

<sup>42</sup> JORGE CORSI (Comp.) - *Violencia Familiar, una mirada interdisciplinaria sobre un problema social*, Buenos Aires, Paidós, 1999, *apud* MARIA ELISABETE FERREIRA, *ob.cit.*, p. 54.

<sup>43</sup> *Ob. Cit.*, p. 54.

<sup>44</sup> *Ibidem*, p. 54.

<sup>45</sup> *Ibidem*, p. 55.

<sup>46</sup> *Ibidem*, p. 56.

<sup>47</sup> *Ibidem*.

Por último, o “*Nível Individual* corresponde à esfera do agressor, às diversas condicionantes biopsicológicas, sociológicas e inter-acionais que condicionam o seu comportamento, propiciando a ocorrência de atos violentos”<sup>48</sup>. São casos em que, por exemplo, “o cônjuge agressor poderá padecer de deficiências mentais que afetem as suas capacidades de discernimento e de relacionamento com os outros, *máxime* com o seu cônjuge (...)”<sup>49</sup>.

Em síntese, podemos dizer que estamos perante quatro dimensões que vão se encaixando umas nas outras e que é esse encaixe, analisado como um todo, que pode explicar o fenómeno da violência conjugal. É verdade que não é em todas as situações de violência que estamos perante uma família de tipo autoritário, ou não é sempre que o agressor padece de algum problema de foro psicológico, como também, nem sempre estamos perante uma família em que exista uma deficiente formação educacional. Mas, existem quase sempre vários fatores que se conjugam entre si e podem contribuir para o surgimento ou perpetuação de situações de violência. Contudo, é preciso salientar que os referidos fatores não assumem aqui um papel de justificações para a existência da violência conjugal. São antes o resultado de estudos realizados a nível das ciências sociais e que nos permitem compreender este problema. Podem efetivamente contribuir para situações de violência mas não a justificam, uma vez que quando se pratica um ato violento contra qualquer pessoa trata-se, antes de mais, de uma violação da dignidade da pessoa humana. Deste modo, antes de o agressor desrespeitar a sua esposa, está a desrespeitar um ser humano. Por isso, independentemente de se verificarem no seio familiar fatores que possam contribuir para a prática de violência, é preciso que esteja presente a ideia de que a vida humana deve ser valorizada em todas as suas dimensões.

---

<sup>48</sup> *Ibidem*, p. 57.

<sup>49</sup> *Ibidem*.

### **II.2.3. Efeitos da violência conjugal**

Como se sabe, a violência conjugal praticada contra a mulher traz consigo consequências graves para as suas vítimas e também para a própria sociedade.

Para além das consequências relativas a problemas físicos, estas mulheres sofrem também de problemas psicológicos. “Sofrem de ansiedade, depressão e problemas psicossomáticos em doses significativamente mais elevadas do que as que não são alvo do mesmo tipo de atos de violência. Vivem em constante estado de stress e de medo perante a agressão iminente”<sup>50</sup>. Contudo, os efeitos deste tipo de violência não atingem apenas as vítimas do abuso. “O próprio agressor pode sofrer consequências do seu comportamento. Há estudos que indicam que, na maioria dos casos, as mulheres que acabam por assassinar os maridos, fazem-no em resposta a um ataque imediato ou ameaça de ataque”<sup>51</sup>.

Outras vítimas da violência conjugal são os familiares e outras pessoas que tentam intervir perante a situação em causa. São vítimas, na medida em que também se expõem, colocando-se numa situação de perigo pois correm, igualmente, o risco de serem agredidas. Para além disso, sofrem elas próprias com a situação, uma vez que se trata de uma situação que pode ser traumatizante para qualquer pessoa envolvida.

Ainda em relação a estas vítimas, parece-nos importante dar maior destaque àquelas que presenciam este tipo de agressão de forma mais intensa. Referimo-nos, neste sentido, às crianças, ou seja, aos filhos do casal que lidam diariamente com este problema. Estamos, portanto, no âmbito da exposição à violência interparental, da qual falaremos de seguida.

---

<sup>50</sup> GABINETE DAS NAÇÕES UNIDAS DE VIENA: Centro para o Desenvolvimento Social e Assuntos Humanitários – *Estratégias de Combate à Violência Doméstica – Manual de Recursos*, Lisboa, Direção-Geral da Saúde, 2003, p.16, disponível na Internet em <http://www.dgs.pt>.

<sup>51</sup> *Ibidem*.

Por último, é também importante referir que, para além dos custos pessoais deste tipo de violência, existem também custos de ordem social e económica. “Os custos sociais incluem o estigma do núcleo familiar, o isolamento social e a dependência de grupos de apoio ou da segurança social; essa dependência pode ser temporária ou crónica, psicológica e económica”<sup>52</sup>.

### **II.2.3.1. Exposição à Violência Interparental**

Tendo em conta a pesquisa realizada no Centro de Aconselhamento Familiar do MINFAMU e numa das direções da Organização da Mulher Angolana (de agora em diante OMA), podemos constatar que grande parte das queixas apresentadas estavam diretamente relacionadas com os filhos do casal. Daí pensarmos ser necessário abordar o tema da exposição à violência interparental.

Este tipo de violência ocorre no espaço doméstico que deveria ser um local seguro onde, supostamente, a criança estaria protegida. Ora, tal não pode acontecer quando estamos perante um ambiente familiar violento e hostil, no qual a criança presencia comportamentos abusivos, como conflitos verbais, físicos e emocionais.

Aquando da investigação nas referidas instituições, verificou-se que havia, na maior parte dos casos, um clima de tensão entre os cônjuges, sendo que muitos dos casais tinham que ser ouvidos em separado. Esta situação de animosidade entre os pais já é, por si, suficientemente ameaçadora do bem estar da criança. Para além disso, temos as queixas propriamente ditas que, na sua maioria, dizem respeito a questões como o abandono familiar e a fuga à paternidade. Quanto ao abandono familiar, estamos perante situações em que o pai deixa a casa onde mora com a esposa e os filhos juntando-se, por vezes, a outra família, deixando de prestar qualquer tipo de apoio àqueles. É uma

---

<sup>52</sup> *Ibidem*.

situação muito frequente e que normalmente está associada à falta de prestação de alimentos. Estamos aqui a falar de casos em que o pai não cumpre as suas obrigações de sustento da criança, fazendo com que a mãe suporte todas as responsabilidades, desde as despesas com a educação a despesas com a alimentação. Todavia, esta situação também acontece em casais que vivem juntos, em que é a mulher que mais contribui para as despesas domésticas. Em grande parte das vezes, estas situações acontecem porque o marido ou ex-marido não quer entregar o dinheiro à mulher ou ex-mulher ou porque põe os seus interesses pessoais à frente dos interesses familiares, acabando por prejudicar os próprios filhos.

A fuga à paternidade, por sua vez, está relacionada com o facto de o pai não registar a criança, sendo que muitas crianças estão registadas como tendo pai desconhecido e outras não são registadas de todo. Isto acontece normalmente quando o pai quer eximir-se de qualquer responsabilidade, afirmando que o filho não é seu. No entanto, há também casos em que o pai não procede ao registo, impedindo também a mãe de o fazer. Um dos casos de que tomamos conhecimento aquando da nossa pesquisa no Instituto Nacional da Criança (de agora em diante INAC), retrata exatamente esta situação. Tratava-se de um casal com sete filhos, não estando nenhum deles registado e, consequentemente, não frequentavam a escola. Para além disso, a mulher e os filhos eram alvo constante de agressões e abusos por parte do marido e pai. Aliás, a senhora chegou a afirmar que os seus sete filhos surgiram devido aos abusos que havia sofrido por parte do marido e que, para além disso, o mesmo não lhe permitia trabalhar. Quando a equipa do INAC esteve na residência da família deparou-se com uma família completamente desestruturada a residir numa casa sem qualquer tipo de condições habitacionais. Havia apenas uma cadeira que pertencia ao pai das crianças, sendo que a restante família tinha que se sentar sempre no chão. Não havia nem água nem alimentos, ou seja, esta família estava a viver em condições precárias. Podemos dizer que, em Angola, existem muitas famílias que vivem numa situação de pobreza extrema mas não

era este o caso. Na verdade, este pai é professor numa universidade e auferia, na altura, um salário suficiente para, pelo menos, prover as necessidades básicas dos filhos.

Estamos assim perante um caso de grande complexidade que evidencia a violência doméstica em diferentes vertentes<sup>53</sup> e que só chegou ao conhecimento do INAC por denúncia de vizinhos que se aperceberam da situação.

Situações como esta provocam graves danos na vida das crianças, podendo ter implicações tanto a curto como a longo prazo. Com efeito,

“a investigação mostra que as crianças que assistem à violência interparental ou que meramente a conhecem, sofrem de problemas comportamentais, intelectuais, físicos e emocionais, somatização, regressão no desenvolvimento, alterações do sono (por exemplo, pesadelos) e do apetite, baixa autoestima, insucesso escolar, isolamento e depressão, fazendo da violência uma forma de abuso sobre as crianças. O sofrimento causado por este facto provoca, quando não devidamente intervencionado, danos na saúde psíquica da criança que se estendem pela idade adulta”<sup>54</sup>.

Deste modo, podemos dizer que quando uma criança é exposta à violência interparental estão a ser violados vários dos seus direitos. Por exemplo, no caso acima descrito está a ser violado o direito à família e ao nome daquelas sete crianças, previstos pelos artigos 133º e 21º do Código da Família e da Lei nº 25/12, de 22 de agosto – Lei Sobre a Proteção e Desenvolvimento Integral da Criança – respetivamente. Com efeito, “a criança tem direito de ter uma família, a conhecer e conviver com os seus pais e demais membros da família de forma sã e harmoniosa”<sup>55</sup>, tendo também “o direito a

---

<sup>53</sup> Violência física, psicológica, fuga à paternidade, abandono familiar e falta de prestação de alimentos.

<sup>54</sup> MANUEL MATIAS, MAURO PAULINO, *ob. cit.*, p. 140.

<sup>55</sup> Lei nº 25/12, de 22 de agosto - Lei Sobre a Proteção e Desenvolvimento Integral da Criança, artigo 21º nº1.



uma identidade, um nome e a usar os apelidos dos pais”<sup>56</sup>, sendo que, para assegurar tal direito, “o Estado garante o registo de nascimento da criança, logo após o seu nascimento”<sup>57</sup>. Para além disso, “a criança tem o direito de crescer rodeada de amor, afecto, carinho e compreensão, num ambiente de harmonia familiar, segurança e paz”<sup>58</sup>. Este direito da criança é legítimo mas é muitas vezes ignorado. Grande parte das vezes os pais só se lembram que a criança tem de vestir, comer e ir à escola. Mas esquecem-se da sua formação enquanto ser humano e que aquelas ferramentas vão ser essenciais para o desenvolvimento integral da sua personalidade.

Por outro lado, os pais, principalmente o pai, no caso angolano, quando adotam um tipo de comportamento violento, estão também a faltar aos seus deveres enquanto responsáveis pelos filhos. Isto porque “o pai e a mãe devem cooperar na prestação de cuidados, proteção e assistência aos filhos, exercendo com igual responsabilidade os seus direitos e deveres, e devem contribuir, com o seu bom exemplo, para a formação dos filhos”<sup>59</sup>. Ora, como vimos, é bastante notória a falta de cooperação e de igualdade dos pais no que diz respeito ao exercício da responsabilidade parental. Existem efetivamente muitos casos de mães que sustentam os seus filhos sem qualquer tipo de apoio. Esta situação ainda se agrava mais quando o casal ou ex-casal tem mais do que um filho, provocando uma grande sobrecarga sobre aquele com quem os filhos vivem (que é a mãe na maioria dos casos), uma vez que para dar proteção e assistência aos filhos é necessário arcar com despesas referentes à saúde, educação, segurança e desenvolvimento integral da criança, até à altura que a mesma se possa sustentar.

Por outro lado, esta cooperação e responsabilidade mútua relativamente à criação dos filhos pode permitir a continuação da prática de violência contra a mãe e conseqüentemente contra aqueles. De facto,

---

<sup>56</sup> *Ibidem*, artigo 21º nº2.

<sup>57</sup> *Ibidem*, artigo 21º nº3.

<sup>58</sup> *Ibidem*, artigo 26º nº1.

<sup>59</sup> Lei nº 1/88, de 20 de fevereiro – Código da Família de Angola, artigo 131º.

“a experiência tem mostrado de forma clara que a violência continua depois da separação ou do divórcio e que as crianças são diretamente atingidas quando procuram proteger a mãe ou indiretamente assistem à violência. Num enquadramento legislativo que privilegia o exercício conjunto das responsabilidades parentais, as mulheres sujeitam-se a ter que entrar em contato com o agressor, para tomadas de decisões em relação aos filhos e a cumprir regimes coercivos de visitas, mesmo perante a recusa da criança”<sup>60</sup>.

Para evitar que a violência continue e para proteger as crianças, “o regime de visitas do progenitor masculino, nas situações de indícios ou de suspeita de violência doméstica, deve ser suspenso ou pelo menos equacionar o supervisionamento, enquanto medida de proteção”<sup>61</sup>. Com efeito, tal como estabelece o artigo 155º do Código da Família, o tribunal pode decretar a inibição total ou parcial da autoridade paternal quando o progenitor, pelo seu comportamento em relação ao filho ou à sociedade, mostre que carece de idoneidade para a exercer, ou quando o mesmo negligencie reiteradamente os seus deveres paternais, que é exatamente o que acontece quando estamos perante situações de exposição à violência interparental.

Assim sendo, “as decisões judiciais devem estar orientadas para a proteção da criança e não pela manutenção da relação desta com ambos os progenitores, até porque, não raras as vezes, a relação com o progenitor é disfuncional/inexistente”<sup>62</sup>. Ou seja, “na interpretação e aplicação da lei e na composição dos litígios que envolva a criança, deve-se ter em conta o superior interesse da criança, os bens e os fins sociais que ela representa e a condição especial da criança como pessoa em desenvolvimento”<sup>63</sup>.

Concluindo, podemos dizer que a exposição de crianças à violência interparental é uma questão que merece cada vez mais a atenção das

---

<sup>60</sup> MANUEL MATIAS, MAURO PAULINO, *ob. cit.*, p. 140-141.

<sup>61</sup> *Ibidem*, p. 141.

<sup>62</sup> *Ibidem*.

<sup>63</sup> Lei nº 25/12 – Lei sobre a Proteção e Desenvolvimento Integral da Criança, artigo 6º nº1.

instituições públicas, em ordem não só a perceber como se processa todo o fenómeno, como também de forma a encontrar-se melhores soluções para o resolver. Isto porque, não são apenas as crianças vítimas diretas da violência doméstica e de maus tratos físicos que estão em perigo, estando também aquelas que assistem à violência, nomeadamente a violência conjugal. Torna-se, por isso, imperativo que os pais (principalmente o progenitor masculino no caso de Angola) percebam que adotar condutas violentas, bem como estar constantemente ausentes ou não mostrarem qualquer interesse em relação aos filhos, constituem ofensas graves ao desenvolvimento físico, psíquico e emocional dos mesmos. É importante que percebam também que o facto de uma criança estar registada como sendo filho/a de pai desconhecido ou, simplesmente, não ter uma certidão de nascimento porque não se procedeu ao seu registo tem igualmente um impacto grave na vida da mesma. No caso que abordamos supra, para além de os sete filhos do casal não estarem registados, também não frequentavam a escola, estando portanto inibidos do exercício do seu direito à educação. Este tipo de comportamento por parte de um pai impede não só o desenvolvimento da personalidade dos filhos, como também a possibilidade de os mesmos se tornarem adultos autossuficientes e cidadãos produtivos. Deste modo, este problema afeta não só aquela família em particular, mas também a sociedade em geral. Prova disso é o flagelo social que se verifica em Angola e que decorre do fenómeno da criança de e na rua. Parte significativa destas crianças traz consigo histórias de violência que têm um impacto considerável nas suas vidas, levando-as para caminhos, como por exemplo, delinquência juvenil e a gravidez precoce.

É de realçar que o facto de enfatizarmos o agressor como sendo o progenitor masculino não significa que não existam também mães negligentes e agressoras. Contudo, em grande parte dos casos que nos foi possível aceder e testemunhar, o agressor era efetivamente o pai das crianças. Mas também é preciso dizer que algumas progenitoras têm também responsabilidade sobre o modo como tudo se processa. É preciso que se tornem mais ativas e que se

imponham mais porque muitas têm a possibilidade de resolver a situação em que elas e os filhos se encontram mas mantêm-se presas a valores culturais e tradicionais, apegando-se ao medo, contribuindo, ainda que de forma involuntária, para as situações que temos vindo a analisar.

É preciso ter em conta que estamos aqui a falar de crianças cujo futuro lhes é retirado, muitas vezes, pelos próprios pais. Por isso mesmo, a prática de violência conjugal na presença dos filhos deveria constituir na legislação angolana uma agravante do tipo de ilícito, o que ainda não é possível verificar-se.

#### **II.2.4. A violência conjugal no direito costumeiro: compatibilidades e incompatibilidades com o direito estadual**

Como temos visto ao longo deste trabalho, a sociedade angolana é fortemente influenciada pelas suas tradições e costumes. A incidência e a aplicação das regras tradicionais e costumeiras podem variar consoante a família ou a zona do país. Há famílias que são mais tradicionais do que outras e há zonas do país em que o costume se faz sentir mais do que em outras. Por exemplo, nas aldeias e povoações aplica-se de forma mais intensa as regras de direito costumeiro e há uma maior recorrência da população às autoridades tradicionais. Já nas cidades, apesar de as pessoas terem consciência do que representa a tradição, não aplicam aquelas regras de forma tão categórica, a não ser, tal como dissemos, em algumas famílias mais tradicionais. Deste modo, pensamos ser pertinente dar a conhecer aquilo que é considerado violência conjugal segundo o direito costumeiro. Assim, de acordo com o *Manual de Direito Costumeiro e Poder Tradicional dos Povos de Angola*<sup>64</sup>, são considerados atos de violência conjugal do marido contra a sua esposa os seguintes comportamentos:

---

<sup>64</sup> É preciso ter em atenção que estas regras podem não se verificar de igual forma em todas as comunidades, podendo variar consoante as mesmas.

“espancar a mulher, com ou sem razão; abandonar o lar, dando lugar a que a sua mulher lhe seja infiel; bater a sogra; injuriar a mulher e apodá-la de feiticeira; seduzir mulher alheia com perseguições sucessivas, ainda que infrutíferas; não participar com a mulher no amanho da terra e colheita dos produtos agrícolas; exigir relações sexuais depois do quarto mês de gravidez da mulher e antes da criança atingir entre dois a três anos, exigir relações sexuais e confecção de alimentos pela mulher durante o período menstrual desta e recusar-se a *lundular* e a ser *lundulado*”<sup>65</sup>.

Por outro lado, parece-nos também importante referir quais os comportamentos da mulher que se traduzem em violência conjugal, permitindo-nos assim, posteriormente, proceder a uma análise global da questão. Desta forma, consideram-se atos de violência conjugal praticados pela mulher os seguintes:

“cometer adultério seja qual for o pretexto; confeccionar alimentos durante o período menstrual; bater na sogra; injuriar as irmãs do marido, sobretudo a irmã mais velha da mãe deste; desobedecer às ordens e faltar ao respeito à “*Mãe-ya-kota*”(itálico nosso), ou seja, à primeira mulher do marido; recusar-se a ser *lundulada* e ficar desleixada, não cuidar da higiene pessoal e de não se aprontar para atrair o marido”<sup>66</sup>.

A questão da proibição da prática de relações sexuais entre os cônjuges, desde que a mulher atinge o quarto mês de gravidez até a criança completar pelo menos dois anos, e quando está no seu período menstrual, bem como a questão de não poder confeccionar os alimentos durante aquele mesmo período, encontram-se previstas no manual acima citado, mais propriamente, na subsecção respeitante às leis que protegem a saúde e o bem estar físico da mulher<sup>67</sup>. Quando se verifica uma violação destas regras incorre-se em

---

<sup>65</sup> CHICO ADÃO, *ob. cit.*, p. 255-256.

<sup>66</sup> *Ibidem*, p. 256.

<sup>67</sup> *Ibidem*, p. 140.

violência conjugal. Estas regras podem estar relacionadas com algum tipo de crença, não nos cabendo a nós fazer qualquer tipo de juízo de valor.

Como podemos ver, também no direito costumeiro é considerada violência conjugal a agressão física contra a mulher, seja porque razão for, existindo, por isso, uma compatibilidade com o direito estadual. No entanto, importa ter em atenção que se utiliza aqui a expressão “espancar”, o que nos coloca a questão de saber se, de acordo com o direito costumeiro, só se considera agressão física o ato de espancar, ou se aquela expressão abrange outras formas de agressão física. Parece-nos ser uma questão importante, uma vez que o ato de espancar revela um nível elevado de violência infligida sobre outrem, o mesmo não acontecendo, por exemplo, com o ato de empurrar ou dar uma bofetada a alguém. Não queremos com isto dizer que estes últimos não sejam graves e, por isso mesmo, coloca-se a questão de saber se tais condutas também se traduzem em violência conjugal. Com efeito, é necessário que se especifique o que se quer dizer com “espancar” pois, ao fazer-se uma interpretação literal da palavra em questão, pode-se estar a abrir o caminho para a prática de agressão física, desde que não se verifique o espancamento.

Outra conduta que é considerada violência conjugal e que encontra um paralelo no direito estadual é o abandono do lar. Poderíamos equipará-lo ao *abandono familiar* - tipo de violência previsto pela alínea f) do nº2 do artigo 3º da Lei Contra a Violência Doméstica. De acordo com este preceito, o abandono familiar traduz-se em “qualquer conduta que desrespeite, de forma grave e reiterada, a prestação de assistência nos termos da lei”. Ora, não existindo no direito costumeiro, qualquer definição do que é o abandono do lar, parece-nos plausível equipará-lo ao abandono familiar que, como vimos, abrange uma fatia considerável das queixas apresentadas em sede de violência doméstica. Contudo, há ainda um aspeto a considerar pois, a letra da regra costumeira estabelece que é violência conjugal o marido abandonar o lar, dando lugar a que a mulher lhe seja infiel. Assim sendo, será que o abandono do lar configura uma conduta de violência conjugal por razões idênticas às que levam o

abandono familiar a ser assim considerado no direito estadual? Ou antes pelo facto de tal conduta poder resultar em infidelidade por parte da esposa? Parece-nos que ambas as questões poderiam ter, aqui, uma resposta positiva. De qualquer forma, se estamos efetivamente perante uma situação de abandono do lar, pensamos ser despropositado considerar a questão da infidelidade. Porém, olhando para esta regra, parece-nos claro que o direito costumeiro entende que o facto de o homem abandonar o seu lar não significa que a sua esposa deixe de ter obrigações para com ele devendo, neste caso, manter-se fiel, uma vez que aquele continua a ser o seu marido. Só assim se compreende a referência à questão da infidelidade sendo, aliás, um entendimento que se coaduna com os papéis sociais dominantes dos homens e das mulheres que, como vimos, têm origem na família e sociedade tradicional. Ainda assim, entendemos que esta regra está pouco clara e pode originar alguns equívocos na sua interpretação. Ou seja, é necessário que se esclareça do que se trata o abandono do lar e quais as suas implicações a nível da relação conjugal.

Relativamente ao ato de “bater na sogra” praticado por qualquer dos cônjuges, pensamos que possa estar relacionado com o facto de se tratar de uma conduta desrespeitosa relativamente ao outro cônjuge, daí a mesma estar inserida “na vertente conjugal”<sup>68</sup> da violência doméstica. No entanto, não nos parece ser correta essa inserção, uma vez que quando nos referimos à violência conjugal, estamos a falar de violência entre os cônjuges e não entre estes e os restantes membros do agregado familiar, apesar de estes, como temos visto ao longo desta dissertação, acabarem por ser infalivelmente afetados. Deste modo, pensamos que este comportamento relativamente à sogra deveria estar inserido na subsecção que diz respeito à violência doméstica “na vertente dos demais membros que compõem a família”<sup>69</sup>. Por outro lado, é importante referir que na família tradicional, a partir do momento em que se sela o compromisso entre o casal, a mãe do noivo passa a ser mãe da noiva e a mãe da noiva passa a ser a

---

<sup>68</sup> *Ibidem*, p. 255.

<sup>69</sup> *Ibidem*, p. 256.

mãe do noivo, havendo assim uma troca de filhos. Por conseguinte, bater na sogra é tão grave como bater na própria mãe.

Podemos também verificar alguma compatibilidade com o direito estadual relativamente à questão das injúrias perpetradas pelo marido contra a sua esposa, nomeadamente no que diz respeito à violência verbal. Esta última pode ser considerada “toda a ação que envolva a utilização de impropérios, acompanhados ou não de gestos ofensivos, que tenha como finalidade humilhar e desconsiderar a vítima, configurando calúnia, difamação ou *injúria*”<sup>70</sup> (itálico nosso). Deste modo, tanto o direito costumeiro como o direito estadual consideram a injúria um ato que configura violência doméstica na vertente conjugal. Pensamos igualmente ser injúria o facto de o marido apodiar a sua mulher de feitiçeira. No entanto, temos para nós que o autor desta compilação de regras quis evidenciar aqui a questão da feitiçaria. Não nos cabe a nós abordar aqui esta questão, mas parece-nos importante dizer que se trata de um assunto consideravelmente sério e que pode trazer graves consequências para quem é acusado da sua prática, não só a nível familiar, como também perante a comunidade.

Considera-se também violência conjugal o facto de o marido não participar com a mulher no amanho da terra e colheita dos produtos agrícolas. Isto porque se trata da violação de uma das obrigações do cônjuge marido, inserida na secção respeitante aos direitos e obrigações dos cônjuges e que diz respeito à colheita e fornecimento de alimentos à esposa que, por sua vez, terá que prepará-los e confecioná-los<sup>71</sup>. Podemos fazer aqui um paralelismo com a questão da violação dos deveres conjugais de cooperação e assistência previstos nos artigos 43º e 45º<sup>72</sup> do Código da Família e cuja reiteração, como já tivemos oportunidade de ver, é um pressuposto para se incorrer em abandono familiar.

---

<sup>70</sup> Lei nº 25/2011, de 14 de julho – Lei Contra a Violência Doméstica, artigo 3º, nº2, f).

<sup>71</sup> CHICO ADÃO, *ob. cit.*, p. 139.

<sup>72</sup> “O dever de cooperação e assistência importa para os cônjuges a participação solidária em todos os atos da vida familiar, a contribuição para os encargos da vida familiar e a comparticipação nos trabalhos domésticos.”



Quanto à questão da sedução de mulher alheia com perseguições sucessivas, não encontramos nenhum paralelismo com o crime de violência doméstica no direito estadual. Assim sendo, a dúvida que surge em relação a esta questão prende-se com o facto de saber quem realmente é o ofendido perante esta situação. Será a mulher que é perseguida? Será o marido desta, uma vez que a regra refere-se especificamente a “mulher alheia”? Ou será a esposa de quem persegue, dado que é uma situação desrespeitosa para si? Por outro lado, se não se tratasse de mulher alheia seria permitido ao homem persegui-la? É aqui, novamente notória uma certa ambiguidade das regras do direito costumeiro. Em nossa opinião, para que se tratasse realmente de violência doméstica na vertente conjugal, o mais lógico seria que a esposa fosse a ofendida. Contudo, não nos parece que esta situação específica se traduza em violência conjugal, sendo que a única vítima deveria ser a mulher que é perseguida, caso a situação não seja do seu consentimento e possa ter proporções negativas. Mas, como vimos, a regra faz referência a “mulher alheia”, o que reforça a ideia de que o marido desta seja também lesado. Mais uma vez, está aqui presente a ideia de superioridade masculina e de que as mulheres são propriedade dos seus maridos, ideia esta que, como tivemos oportunidade de ver, está ainda muito presente em algumas camadas da sociedade angolana.

No nosso entendimento, parece-nos que estamos diante de uma situação de *stalking*, não sendo relevante o facto de a vítima ser ou não comprometida. O *stalking* abrange “um padrão de comportamentos de assédio persistente, que se traduz em formas diversas de comunicação, contacto, vigilância e monitorização de uma pessoa-alvo”<sup>73</sup>. A conduta do *stalking* é bastante variada, podendo ter como indivíduo ativo ou passivo qualquer pessoa. Este tipo de comportamento varia entre atos violentos – insultos, ameaças, violações – e

---

<sup>73</sup> RITA BRAGA CRUZ – *Stalking e Convenção de Istambul*, Porto, Associação Portuguesa de Mulheres Juristas, Dezembro de 2014, disponível na Internet <http://www.oa.pt/upl/%7B9913353f-e4c6-4d68-9c2e-e1174d0b61de%7D.pdf>.

atos aparentemente menos violentos – mensagens amorosas, abordagens persistentes, entre outros<sup>74</sup>.

Contudo, esta situação não se encontra tipificada no Código Penal angolano, nem se subsume a nenhum dos crimes tipificados. Ainda assim, podemos referir o artigo 34º da Convenção de Istambul de 2011 que vem estabelecer que “as partes tomarão as medidas legislativas ou outras necessárias para assegurar a criminalização da conduta intencional de ameaçar repetidamente outra pessoa, fazendo-a temer pela sua segurança”.

No que concerne à questão de o homem recusar-se a *lundular* e a ser *lundulado* e, no caso da mulher, recusar-se a ser *lundulada* é preciso, antes de mais, perceber o que está aqui em causa. O ato de *lundular* (do Kimbundu – *Ku Lundula*) ou ser *lundulado* – instituto sucessório por excelência – consiste no facto de um homem ou mulher, ao ficarem, respetivamente, viúvo ou viúva passarem a estar totalmente disponíveis para herdarem ou serem herdados pelos familiares diretos do cônjuge falecido. Este instituto tem por objeto a perpetuação dos laços sanguíneos perdidos por morte de um dos cônjuges, ou seja, por um lado a garantia de que os filhos órfãos não vão ser objetos de maus tratos pelo substituto de ente perdido e, por outro lado, manter em cada uma das famílias o lugar do ente perdido, depois de tantos anos de comunhão conjugal e familiar são. Assim sendo, a viúva deverá ser *lundulada* por um dos parentes do sexo masculino do seu falecido marido, podendo ser os seus irmãos, sobrinhos ou primos respetivamente. O mesmo se aplica ao viúvo que deverá ser *lundulado* pelas parentes do sexo feminino da sua falecida esposa<sup>75</sup>. Portanto, se o homem ou a mulher recusarem-se a ser herdados e, no caso particular do homem, recusar-se a herdar, incorrem em violência conjugal. Daqui podemos presumir que a norma é de cariz obrigatório, sendo irrelevante a vontade da viúva ou do viúvo. No entanto, como dissemos, aqueles podem

---

<sup>74</sup> ALEXANDRA ANDRADE – *Violência Doméstica: Estudo da Participação e Opinião dos Magistrados do Departamento de Investigação e Ação Penal do Porto*, Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2012, p. 15. Tese de Mestrado, disponível na Internet em <http://bdigital.ufp.pt/handle/10284/3618>.

<sup>75</sup> CHICO ADÃO, *ob. cit.*, p. 138-139.

recusar-se a cumprir esta regra o que pode trazer consequências negativas tanto para um como para o outro, desde logo a acusação da prática de violência conjugal.

Ao analisarmos esta norma, podemos dizer que a sua razão de ser pode não se aplicar a todos os casos que venham a surgir neste âmbito. Em primeiro lugar porque, no nosso entendimento, não há forma de garantir que o substituto do ente perdido vai ou não infligir maus tratos aos filhos órfãos, mesmo que seja seu parente próximo. Em segundo lugar, porque nos parece que não é o facto de um dos parentes diretos passar a ser esposo ou esposa do cônjuge sobrevivente que faz com que se mantenha o lugar do ente perdido na família. Para além disso, não podemos admitir, de antemão, que existe uma comunhão conjugal e familiar sã em todas as famílias, mesmo tratando-se de famílias que se regem por costumes e valores tradicionais.

Apesar de entendermos a razão de ser da norma, queremos apenas demonstrar que, na prática, essa mesma razão de ser pode perder todo o sentido.

No que respeita à violência conjugal perpetrada exclusivamente pela mulher, podemos começar pela questão do adultério. De facto, de acordo com o direito costumeiro, a mulher não pode cometer adultério seja qual for o pretexto. Antes de mais, cumpre-nos prestar atenção à palavra “pretexto”. O pretexto é a razão aparente que se alega para encobrir o verdadeiro motivo porque se fez ou deixou de se fazer algo. Ora, tendo em conta esta definição, entendemos que a regra em causa prevê que seja qual for o motivo que leve a mulher a cometer adultério, este será entendido como sendo um pretexto, ou seja, a razão aparente e não o verdadeiro motivo. Desta forma, é fundamental que se perceba qual é aqui o sentido que se quer dar à palavra em questão pois, se esta regra for interpretada literalmente, nunca existirá um motivo suficientemente aceitável para que a mulher se predisponha a uma outra relação. Fazemos esta afirmação a propósito da situação do abandono do lar acima descrita pois, como vimos, mesmo que o marido abandone o lar, a

esposa continua a dever-lhe fidelidade e se a mesma violar este dever, será infiel, ou seja, cometerá adultério. Sendo assim, o abandono do lar, por parte do marido, não será encarado como o motivo verdadeiro para que a mulher estabeleça uma relação com outra pessoa, sendo antes encarado como um pretexto. Será, portanto, um pretexto no sentido em que houve um aproveitamento da situação (de abandono do lar), por parte da mulher, para que pudesse relacionar-se com outrem. Deste modo, verificamos que a autonomia e a dignidade da mulher são desvalorizadas pois a mesma vê-se praticamente obrigada a permanecer fiel ao seu cônjuge, não podendo prosseguir com a sua vida, sob pena de ser acusada de adultério.

Outra questão que importa aqui colocar é a de saber que situações o direito costumeiro configura como sendo adultério. Isto porque de um modo geral, o adultério traduz-se na situação em que um dos cônjuges viola o seu dever de fidelidade para com o outro. Todavia, parece que para o direito costumeiro essa situação só se aplica em relação à mulher pois, a violação do referido dever por parte do homem não é assim denominada. Podemos dar o exemplo da questão da sedução de mulher alheia com perseguições sucessivas: se o cônjuge marido se relacionar com essa pessoa está a violar o seu dever de fidelidade. No entanto, a letra da lei costumeira não nos remete para a figura do adultério nem tão pouco refere que tal comportamento se traduz em infidelidade. Como vemos, no direito costumeiro as mulheres e os homens não são tratados de igual forma, sendo que os seus comportamentos, mesmo sendo semelhantes, são julgados de forma diferente. Trata-se de uma diferenciação baseada no género que pode originar questões de discriminação, sejam ou não aceites pela comunidade ou pela sociedade em geral.

Olhando para o direito estadual, o adultério não se enquadra no crime de violência doméstica previsto pela Lei nº 25/2011 estando, no entanto, previsto no Código Penal angolano. Primeiramente é preciso dizer que o referido código data de 1886, tendo sido aprovado por decreto de 16 de setembro do mesmo ano, não sendo, portanto, de estranhar que nessa altura tal conduta fosse

considerada crime, dada a sociedade da época. No entanto, não faz qualquer sentido que na sociedade hodierna ainda se considere o adultério um tipo de crime. Deste modo, mesmo que ainda não se tenha procedido à feitura de um novo código penal, os preceitos que prevêm tal crime deveriam, em nossa opinião, já ter sido revogados.

Sendo assim, o código prevê o adultério por parte da mulher e por parte do marido. De acordo com o artigo 401º do Código Penal o adultério cometido pela mulher é punido com pena de prisão de dois a oito anos. Por outro lado, o artigo 404º do Código Penal estabelece que “o homem casado, que tiver manceba teúda e manteúda na casa conjugal, será condenado na multa de três meses a três anos”. Olhando para a letra da lei percebemos logo que existem diferenças relativamente ao adultério praticado pela mulher. Em primeiro lugar, o marido só é considerado adúltero se mantiver uma outra pessoa, que não a sua mulher, na casa conjugal, existindo aqui uma clara restrição do que geralmente costuma ser considerado adultério. Isto significa que em outras situações em que há também uma violação do dever de fidelidade por parte do marido, tal conduta não é considerada adultério. Em segundo lugar, a pena aplicada ao marido é significativamente mais leve se comparada com a da mulher. Ora, tendo em conta a diferença com que cada situação é tratada consoante se é homem ou mulher e a disparidade evidente entre as penas, podemos concluir que estamos perante uma clara violação do princípio da igualdade previsto pelo artigo 23º da Constituição da República Angolana (daqui em diante CRA) que estabelece que todos são iguais perante a lei e que “ninguém pode ser prejudicado, privilegiado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão da sua ascendência, sexo (...)”<sup>76</sup>. Com efeito, podemos constatar que, neste caso, o marido foi claramente privilegiado em razão do sexo e a mulher prejudicada pelo mesmo motivo. Mais uma vez somos remetidos para os privilégios que os homens gozam na sociedade angolana relativamente ao facto de terem mais do que uma mulher.

---

<sup>76</sup> Constituição da República de Angola - artigo 23º nº2.

Ainda no que é respeitante a esta questão, importa dizer que mesmo que atualmente seja pouco frequente ou até inexistente a aplicação deste artigo, o mesmo continua a poder ser aplicado e constitui uma incompatibilidade com os princípios consagrados na CRA. Para além disso, de acordo com esta última, o estado está encarregue de promover a igualdade entre o homem e a mulher<sup>77</sup>, o que não parece estar a ser respeitado com a permanência deste tipo de crime no Código Penal, acabando por dar credibilidade aos preconceitos que existem na sociedade no que concerne às questões de género.

Comete ainda violência conjugal a mulher que injuriar as irmãs do marido e a irmã mais velha da mãe deste e também aquela que desobedecer às ordens e faltar com respeito à primeira mulher do marido.

Quanto ao primeiro caso, está evidente a importância que a família do marido tem na comunidade, não podendo, por isso, a sua esposa injuriar as suas irmãs e a sua tia mais velha. Está aqui uma vez mais patente a questão da predominância da família paterna na comunidade e de que a vida social gravita à volta da mesma<sup>78</sup>. Contudo, não nos parece que estamos aqui perante violência conjugal, pelo menos, não no sentido em que temos abordado esta questão. Por isso pensamos que esta regra, tal como a referente ao ato de bater na sogra, deveria estar enquadrada na subsecção respeitante à violência doméstica na vertente dos demais membros que compõem a família. De qualquer forma, não pomos de parte o facto de poder existir um motivo para que tal regra esteja incluída na vertente de violência conjugal.

Relativamente ao segundo caso, é notório que existe uma certa hierarquia quanto à autoridade que cabe a cada uma das esposas do marido. Deste modo, a primeira mulher está no topo da hierarquia, não podendo as outras desobedecer às suas ordens nem faltar-lhe com o respeito. A nosso ver, deveriam ser impostos alguns limites quando se criam regras que conferem poder e autoridade de uma pessoa em relação a outras, pois não se sabe até que

---

<sup>77</sup> Neste sentido, Constituição da República de Angola – artigo 21º k).

<sup>78</sup> *Vide* o que supra se referiu a propósito do enquadramento social, económico e cultural no ponto I.1 desta dissertação.

ponto as outras esposas têm que obedecer à primeira e quais os comportamentos que se traduzem numa falta de respeito para com mesma.

Deste modo, nestes dois casos, são atribuídos diferentes graus de importância e autoridade, consoante se é esposa, irmã, tia mais velha ou primeira esposa, o que pode gerar alguns conflitos e por conseguinte injustiças na resolução dos mesmos.

No que diz respeito à compatibilidade com o direito estadual, podemos apenas dizer que as injúrias podem ser consideradas como agressão verbal, como foi referido acima e estão também tipificadas no código penal no seu artigo 410º. No entanto, este preceito não se refere especificamente ao parentesco, podendo ser aplicado a qualquer pessoa. Quanto à questão de desobedecer à ordens e desrespeitar a primeira mulher do marido, não há qualquer tipo de compatibilidade com o direito estadual dado que, oficialmente, não é permitido um homem ter mais do que uma mulher. Com efeito, é impedimento absoluto, “obstando ao casamento da pessoa a que respeitam com qualquer outra, o casamento ou a união de facto legalmente reconhecida, enquanto o casamento ou união anterior não forem dissolvidos”<sup>79</sup>.

Por último, é considerada violência conjugal o facto de a mulher ficar desleixada, não cuidar da higiene pessoal e de não se aprontar para atrair o marido. Estamos, neste caso, perante violações de algumas regras respeitantes à higiene e limpeza corporal da mulher, nomeadamente no que concerne à higiene dos órgãos genitais e do corpo<sup>80</sup>. De facto a higiene é uma questão muito séria e a falta da mesma traz consequências graves tanto para homens como para mulheres, sendo uma delas a expulsão da comunidade. Quanto à relação conjugal, a falta de higiene pode constituir justa causa para a outra parte acionar o pedido de separação definitiva<sup>81</sup>, o que raramente acontece na família tradicional.

---

<sup>79</sup> Lei nº 1/88 – Código da Família de Angola, artigo 25º, alínea b).

<sup>80</sup> CHICO ADÃO, *ob. cit.*, pp. 132 e 133.

<sup>81</sup> *Ibidem*, p. 133.

Quanto ao direito estadual, não existe qualquer compatibilidade em relação a esta regra, nem poderia haver, pois trata-se de uma questão muito distinta daquela que é considerada a violência conjugal na legislação estadual. Para além disso, trata-se de uma situação que não está prevista pelo direito estadual.

#### **II.2.4.1. Considerações acerca da violência conjugal no direito costumeiro**

Podemos concluir, do que foi exposto, que as condutas que configuram violência conjugal podem traduzir-se em violações de outras regras de direito costumeiro – é o que acontece relativamente à questão da confecção dos alimentos, da questão da higiene e em relação ao amanho da terra e colheita dos produtos agrícolas – ou estão relacionadas com os valores e regras da família tradicional, estando estreitamente ligados às construções sociais que existem à cerca dos papéis desempenhados por homens e mulheres na sociedade. Foi-nos também possível estabelecer um certo paralelismo entre as regras de direito costumeiro e o direito estadual, apesar de existirem algumas diferenças.

Olhando para estas regras, constatamos que apenas nos é dito quais os comportamentos que configuram violência conjugal, mas nada é dito em relação à natureza dos mesmos e quais as suas consequências. Ou seja, não se percebe se a violência conjugal é tratada como crime pelo direito costumeiro e, assim sendo, também não se sabe que tipo de penas são aplicadas a quem adota tais comportamentos. Por outro lado, mesmo que a violência conjugal não seja considerada crime, terão que existir outras soluções para que se possam resolver os conflitos que surjam nesta matéria. Tal situação faz-nos questionar que tipo de tratamento se dá a estes casos.



Para responder a esta questão é necessário saber quem tem competência para decidir sobre este tipo de conflitos, ou seja quais são as autoridades competentes para decidir conflitos em matéria de violência conjugal.

Tais conflitos são dirimidos em sede de Conselhos de Família perante tribunal cível (profano) competente<sup>82</sup>. É preciso dizer que este tribunal nada tem a ver com os tribunais estaduais comuns. Tratam-se, aqui, dos tribunais da Ordem Jurídica Tradicional que são constituídos pelos próprios Conselhos de Família.

Os Conselhos de Família, por sua vez, são constituídos pelos membros da família de cada uma das partes litigantes, da qual também fazem parte os Anciãos – os membros mais velhos – que são os conselheiros e transmissores da cultura, tal como referimos no ponto I. É portanto aos mesmos que compete a tomada de decisão quando se verifica qualquer uma das situações acima descritas.

Como dissemos, nada é dito em relação às penas aplicáveis aos comportamentos que se traduzem em violência conjugal, nem em relação à sua natureza, ou seja, de que tipo de infrações se trata. Deste modo, entendemos que, provavelmente, as situações deverão ser analisadas caso a caso pelo Tribunal – em sede de Conselho de Família – que decidirá se o caso em apreço se trata ou não de violência conjugal e qual deverá ser a pena aplicada.

Tendo em conta que estamos no âmbito da relação conjugal, a decisão do Tribunal raramente passa pela ruptura da união entre os cônjuges, dado que para o direito costumeiro o casamento é indissolúvel. De facto, “a palavra divórcio não tem equivalente em nenhuma das línguas nacionais da África negra”<sup>83</sup>, precisamente porque o Direito Divino e o Direito Profano protegem a manutenção, *ad aeternum*, da união entre marido e mulher<sup>84</sup>. Assim, quando se verificam certos comportamentos por parte dos cônjuges, estando neles incluídos aqueles que configuram violência conjugal, “ocorre, por vezes, uma

---

<sup>82</sup> Nesse sentido, CHICO ADÃO, *ob. cit.*, p. 257.

<sup>83</sup> *Ibidem*, p. 138.

<sup>84</sup> *Ibidem*, p. 137.

ou outra separação temporária, denominada *Ku Senga* (verbo Kimbundu – *Sengar*)”<sup>85</sup>. Ora,

“qualquer ameaça à união conjugal, no casos de ocorrência de *sengamento*, é objeto de maratonas negociais de manutenção dessa união até à aquiescência das partes litigantes e o acordo obtido é selado por via de Decisão do Conselho de Anciãos e de Sentença conjunta do Tribunal Profano”<sup>86</sup>.

Contudo, pode acontecer que um dos cônjuges não concorde com a decisão tomada relativamente à questão de violência conjugal e, conseqüentemente, não se chega a acordo relativamente à manutenção da união. Esta situação pode originar uma separação definitiva do casal, uma situação muito rara de acontecer que, como vimos, não tem qualquer apoio no direito costumeiro.

Estamos, portanto, diante de uma situação em que uma das partes (esposa ou marido) não concorda com a solução encontrada pela Ordem Jurídica Tradicional. Diante deste cenário o que, por vezes, acontece é que a parte que não concordou com aquela solução resolve recorrer às instituições estaduais para fazer valer os seus direitos. É neste âmbito que se coloca a questão do conflito entre o direito estadual e o direito costumeiro ou consuetudinário. Esta situação origina algumas dúvidas relativamente à questão de saber se haverá alguma possibilidade de coabitação entre um direito e o outro.

A Constituição responde a esta questão reconhecendo a validade e a força jurídica do costume, bem como o estatuto, o papel e as funções das instituições de poder tradicional constituídas de acordo com o direito consuetudinário<sup>87</sup>. “O reconhecimento das instituições do poder tradicional obriga a que as entidades públicas e privadas a respeitem, nas suas relações com aquelas instituições, os valores e normas consuetudinários observados no

---

<sup>85</sup> *Ibidem*.

<sup>86</sup> *Ibidem*.

<sup>87</sup> Constituição da República de Angola, artigo 7º e artigo 223º nº1.

seio das organizações político-comunitárias tradicionais”<sup>88</sup>. No entanto, esse reconhecimento tem como limite a conformidade do costume, das instituições do poder tradicional e dos valores e normas consuetudinárias com a própria Constituição e com a dignidade da pessoa humana<sup>89</sup>. Com efeito, as autoridades tradicionais ao exercerem o seu poder terão que respeitar a Constituição e a lei.

O interesse desta questão para o nosso estudo está relacionado com a questão de saber se o direito costumeiro, em matéria de violência conjugal, respeita o limite de conformidade com a Constituição e com o princípio da dignidade da pessoa humana. Colocamos esta questão porque, como vimos, algumas das normas consuetudinárias supra referidas violam, em nossa opinião, alguns direitos da mulher e dos homens que estão constitucionalmente protegidos. É o que podemos verificar, por exemplo, a propósito do ato de *lundular* e ser *lundulado* em que o cônjuge sobrevivente vê-se obrigado a “casar” com o irmão ou irmã do cônjuge falecido tendo em vista, principalmente, o bem estar familiar, tornando-se evidente que o direito costumeiro atribui mais importância à família como um todo do que aos seus elementos enquanto pessoas individuais. Ora, condenar uma mulher por não querer que o seu cunhado passe a ser seu marido e privá-la de se relacionar com alguém à sua escolha é algo contrário ao princípio da dignidade da pessoa humana e consequentemente contrário à Constituição. Por conseguinte, estão a ser violados, entre outros, o direito dessa pessoa à sua liberdade pessoal, ao livre desenvolvimento da sua personalidade e à sua integridade moral. Está também a ser violado um dos direitos de viuvez das mulheres e dos homens proclamado no artigo 10º do Protocolo da SADC<sup>90</sup> sobre Género e Desenvolvimento<sup>91</sup> que, uma vez ratificado pelo Estado angolano, faz parte integrante da sua ordem

---

<sup>88</sup> *Ibidem*, artigo 223º nº 2.

<sup>89</sup> *Ibidem*, artigo 7º e artigo 223º nº1 e 2.

<sup>90</sup> Southern African Development Community - Comunidade de Desenvolvimento da África Austral.

<sup>91</sup> Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento, 2008, publicação: Ministério da Família e Promoção da Mulher.

jurídica<sup>92</sup>. Com efeito, a alínea f) do nº1 do referido artigo estabelece que “ os Estados Partes deverão promulgar legislação e fazê-la cumprir, de modo a garantir que a viúva tenha direito de voltar a casar-se com qualquer pessoa da sua escolha”, o mesmo se aplicando ao viúvo ( nº 2 do artigo 10º)<sup>93</sup>.

Em alguns casos pode acontecer que a viúva ou viúvo queiram cumprir com a tradição ou costume e por isso acabam por não se insurgir contra esta regra. Não queremos com isto dizer que é de sua livre vontade casar com o cunhado ou cunhada. Apenas significa que querem agir em conformidade com o que está tradicionalmente estabelecido, ou seja, não querem desrespeitar a tradição. Neste sentido existe uma manifestação de vontade em agir de acordo com essa tradição. Por outro lado, há casos em que não existe qualquer manifestação de vontade, nem sequer em cumprir com o que está tradicionalmente estipulado.

Para além disso, em algumas situações, quando um determinado caso é decidido a nível do poder estadual e a decisão é contrária ou diferente daquela que seria tomada pelas autoridades tradicionais, a pessoa sobre a qual diz respeito a decisão da causa fica numa situação complicada perante a sua comunidade que, por sua vez, não aceita aquela decisão. A vítima pode até sofrer represálias, sendo que, em alguns casos, a comunidade insiste em exigir um julgamento tradicional. Trata-se de uma situação complexa e que, não raras as vezes, escapa ao controlo do poder estadual. Desta forma, como poderá ser resolvida esta questão?

Podemos, de facto, perceber que estamos perante uma Ordem Jurídica plural, onde habitam o direito costumeiro/consuetudinário dos vários povos de Angola e o direito estadual. Esta realidade não pode ser ignorada e como tal, é preciso encontrar uma forma de adaptação não só do direito estadual ao direito costumeiro como vice-versa. Do mesmo modo é necessário que a sociedade em

---

<sup>92</sup> Constituição da República da Angola, artigo 13 nº 1.

<sup>93</sup> É compreensível que o protocolo em questão faça menção a esta questão, pois esta é uma prática comum a muitos países da África Austral.

geral entenda e aprenda a conviver com esse pluralismo. Mas mais importante e urgente é o facto de as comunidades em particular, da sociedade em geral e da ordem jurídica no seu todo deverem valorizar, antes de mais, a pessoa humana, a sua liberdade e dignidade.

Não pretendemos com esta dissertação discutir eventuais soluções relativamente à questão da coabitação do direito estadual com o direito costumeiro. Apenas queremos evidenciar que se trata de uma questão que afeta uma multiplicidade de fenómenos e problemas sociais, um dos quais a violência conjugal que, por sua vez, atinge uma pluralidade de direitos, constitucionalmente protegidos, dos cidadãos.

### **Parte III**

#### **A Intervenção do Estado na Questão da Violência Conjugal**

##### **III.1. A legitimidade da intervenção do Estado**

###### **III.1.1. Na Constituição da República de Angola**

Encontramos fundamento para a intervenção estadual em sede de violência conjugal nas imposições constitucionais respeitantes à família e em outros princípios fundamentais consagrados na lei fundamental.

Antes de mais, “a família é o núcleo fundamental da organização da sociedade e é objeto de especial proteção do Estado”<sup>94</sup>. De facto, o nº2 do artigo 35º da CRA proclama que todos têm direito de livremente constituir família e o seu nº 3 estabelece que tanto o homem como a mulher são iguais perante a família, a sociedade e o Estado, gozando dos mesmos direitos e cabendo-lhes os mesmos deveres. Mais ainda, a Constituição estabelece que são tarefas fundamentais do Estado, entre outras, assegurar os direitos, liberdades e garantias fundamentais<sup>95</sup>, promover a igualdade entre homens e mulheres<sup>96</sup> e de defender a democracia, assegurar e incentivar a participação democrática dos cidadãos e da sociedade civil na resolução dos problemas nacionais<sup>97</sup>.

Relativamente a estas tarefas fundamentais do Estado, parece-nos importante determo-nos um pouco sobre a questão da promoção da igualdade entre homens e mulheres. De facto, a atuação do Estado no sentido de promover essa igualdade é por si uma intervenção relevante em matéria de violência conjugal. Isto porque, como temos visto ao longo desta dissertação,

---

<sup>94</sup> Constituição da República de Angola, artigo 35º nº1.

<sup>95</sup> *Ibidem*, artigo 21º b).

<sup>96</sup> *Ibidem*, artigo 21º k).

<sup>97</sup> *Ibidem*, artigo 21º l).

as vítimas mais afetadas por este tipo de violência são as mulheres (não desvalorizando outras vítimas: crianças, idosos, homens), o que resulta muitas vezes de comportamentos discriminatórios em relação às mesmas, tratando-se, em algumas situações, de uma discriminação em razão do sexo, violando-se assim o princípio da igualdade consagrado na CRA, no seu artigo 23º<sup>98</sup>. Sendo assim, é através da promoção da igualdade entre homens e mulheres que se vai verificar, efetivamente, a igualdade entre os cônjuges, que tal como vimos está também prevista na lei fundamental no seu artigo 35º.

Para além disso, podemos verificar, através da análise feita ao fenómeno da violência conjugal, que os comportamentos conjugalmente violentos afetam a integridade física, psicológica e moral das vítimas, para além da sua liberdade, autodeterminação, a dignidade e por vezes até o bem vida. Todos estes bens gozam de proteção constitucional e sendo considerados direitos fundamentais, estão integrados na categoria de direitos, liberdades e garantias. Estão aqui em causa os artigos 30º (direito à vida) e 31º (direito à integridade pessoal) da Constituição “decorrentes da concretização do princípio da dignidade humana”<sup>99</sup>.

O legislador constitucional vem ainda estabelecer no nº 1 do artigo 28º que “os preceitos constitucionais respeitantes aos direitos liberdades e garantias fundamentais são diretamente aplicáveis e vinculam todas as entidades públicas e privadas”. Desta forma, cabe às entidades públicas assegurar o respeito por aqueles direitos e intervir, deste modo, em matéria de violência conjugal. Sendo assim, “no domínio concreto da violência conjugal, caberá ao legislador adotar as medidas legislativas que tiver por convenientes, para assegurar a plena realização dos direitos, liberdades e garantias de cada um dos cônjuges”<sup>100</sup>. Cabe também a outras entidades públicas como o governo, a administração pública e os tribunais procederem à concretização e à aplicabilidade daquelas medidas, porque “ao falar-se de violência doméstica é a

---

<sup>98</sup> Neste sentido MARIA ELISABETE FERREIRA, *ob. cit.*, p.67.

<sup>99</sup> *Ibidem*, p. 65.

<sup>100</sup> *Ibidem*.

dignidade do ser humano que é posta em causa de forma intensa e, frequentemente, de um modo dramático, cabe ao Estado, em constante articulação com as respostas, válidas mas insuficientes, que têm sido dadas pela sociedade civil, um papel fundamental na sua identificação, prevenção e combate.”<sup>101</sup>

É ainda preciso ter em conta que existem outros direitos fundamentais que gozam de igual proteção do Estado e que, no que toca à intervenção em matéria de violência doméstica podem ser afetados. Referimo-nos aos direitos de privacidade e intimidade da vida privada e familiar previstos no artigo 32º da Constituição. Com efeito, o nº 2 do mesmo artigo proclama que “a lei estabelece as garantias efetivas contra a obtenção e a utilização, abusivas ou contrárias à dignidade humana, de informações relativas às pessoas e às famílias”. Contudo, quando nos referimos à intervenção estadual relativamente à violência conjugal, não se trata de uma intervenção abusiva nem contrária à dignidade humana pois, o que se pretende é precisamente salvaguardar essa mesma dignidade e outros bens supra citados como a integridade pessoal e o próprio direito à vida. Assim, “os direitos, liberdades e garantias, não são absolutos nem ilimitados (...) visto que a comunidade (...) liga os direitos a uma ideia de responsabilidade social e integra-os no conjunto dos valores comunitários”<sup>102</sup>. “Por essa razão, deveremos entender que a reserva da vida privada tem um âmbito de proteção constitucional determinado, havendo pois esferas de ação no exercício deste direito que se encontram a descoberto desta proteção”<sup>103</sup>.

Em jeito de conclusão podemos dizer que o Estado tem efetivamente o dever de intervir em matéria de violência conjugal, estando esta intervenção constitucionalmente prevista, tendo em vista a proteção dos direitos supra citados de cada um dos cônjuges.

---

<sup>101</sup> NELSON LOURENÇO e Mª JOÃO LEOTE DE CARVALHO – *Violência Doméstica*, Themis, ano II, nº3, 2001, *apud* Maria Elisabete Ferreira, *ob. cit.*, p.65.

<sup>102</sup> JOSÉ CARLOS VIEIRA DE ANDRADE – *Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976*, 2ª edição, Coimbra, Almedina, 2001, *apud* Maria Elisabete Ferreira, *ob. cit.*, p. 66.

<sup>103</sup> MARIA ELISABETE FERREIRA, *ob. cit.*, p. 66.



### **III.1.2. No Direito Internacional**

No que diz respeito ao Direito Internacional, Angola já ratificou alguns acordos que são também importantes ferramentas para combater o problema da violência conjugal. De acordo com a cláusula de recepção consagrada no artigo 13º da CRA, todos esses tratados e convenções fazem parte da Ordem Jurídica angolana.

Cabe-nos primeiramente falar da Declaração Universal dos Direitos do Homem que foi, sem dúvida, o grande passo que se deu relativamente aos direitos humanos.

“À luz dos artigos 1º, 3º e 5º desta Declaração, seria ilícito para qualquer dos cônjuges exercer qualquer tipo de violência sobre o outro. Porquanto tais atos poderiam pôr em causa o direito deste último à vida, liberdade e/ou segurança pessoal, comportamento esse por vezes contrário à proibição da tortura e de tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes”<sup>104</sup>.

Dado que a violência conjugal está também, por motivos já referidos, relacionada com a questão da discriminação da mulher em razão do sexo, Angola ratificou alguns documentos que versam precisamente sobre a violência praticada contra as mulheres em virtude dessa mesma discriminação.

Quanto a essa questão, tem especial importância a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres, de 1979. Esta Convenção tem como objetivo principal combater todas as formas de discriminação contra as mulheres que se traduzam em “qualquer distinção, exclusão ou limitação imposta com base no sexo que tenha como consequência ou finalidade prejudicar ou invalidar o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das mulheres, independentemente do seu estado civil, com base na igualdade de homens e mulheres, dos direitos humanos e liberdades

---

<sup>104</sup> *Ibidem*, p. 68.

fundamentais no domínio político, económico, social, cultural e civil, ou em qualquer outro domínio”<sup>105</sup>.

Em 1993 teve lugar a III Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, “cuja Declaração e Programa de Ação apontavam para o reconhecimento dos direitos humanos da mulher como parte integrante, inalienável e incindível dos direitos humanos universais, defendendo a incompatibilidade da violência em razão do género com a dignidade e o valor da pessoa humana e, como tal, devendo ser eliminada”<sup>106</sup>. Angola ratificou também a Declaração para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, adotada pela Assembleia Geral da Nações Unidas em Dezembro do mesmo ano. Nesta declaração são enunciadas as várias tarefas que são incumbidas aos Estados para que se combata este tipo de violência. O artigo 4º enuncia algumas tarefas que podem ser relevantes para o combate à violência conjugal, em particular, quando se refere não só à violência perpetrada pelo Estado como também aquela que é perpetrada por particulares. Assim, a alínea c) do mesmo artigo estabelece que “os Estados devem atuar com a devida diligência a fim de prevenir, investigar e, em conformidade com a legislação nacional, punir os atos de violência contra as mulheres perpetrados, quer pelo Estado, quer por particulares”. É também feita uma alusão à violência doméstica/conjugal a propósito da definição do conceito de violência contra a mulher apresentada no artigo 1º quando, o mesmo, se refere aos comportamentos violentos que ocorrem quer na vida pública, quer na vida privada.

Angola adotou também a Plataforma de Ação de Beijing, da IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres. Também nesta Conferência foram apontadas várias medidas para a eliminação da violência contra as mulheres, sendo algumas delas: “a adoção e/ou reforço pelos Governos nacionais de sanções e legislação adequada para a prevenção da violência contra as mulheres e a punição dos seus responsáveis, tal como a

---

<sup>105</sup> Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres, artigo 1º, publicação: Ministério da Família e Promoção da Mulher.

<sup>106</sup> MARIA ELISABETE FERREIRA, *ob. cit.*, p. 68.

garantia às vítimas do acesso à justiça, de forma a obterem a reparação dos danos sofridos, entre outras”<sup>107</sup>.

A nível de África, Angola ratificou a Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, de 1981, a Declaração da SADC sobre Género e Desenvolvimento, de 1997 e o respetivo aditamento sobre Prevenção e Erradicação da Violência contra a Mulher e a Criança, de 1998, o Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento, de 2008 que engloba também aquelas duas e também o Protocolo de Maputo, de 11 de Julho de 2003.

A Carta Africana vem também proclamar a inviolabilidade da pessoa humana no seu artigo 1º, estabelecendo o mesmo artigo que “todo o ser humano tem o direito ao respeito e à integridade física e moral da sua pessoa”, acrescentando ainda que “ninguém pode ser arbitrariamente privado desse direito”. Este documento vem fazer, igualmente, referência à importância da família como sendo o elemento natural e a base da sociedade, devendo o Estado velar pela sua saúde física e moral<sup>108</sup>. Para além disso, a Carta faz também alusão às declarações e convenções internacionais relativamente à questão da discriminação contra a mulher, devendo o Estado velar pela eliminação deste tipo de discriminação, bem como assegurar a proteção dos direitos da mulher e da criança<sup>109</sup>. A intervenção em matéria violência conjugal é, por sua vez, uma das formas de levar a cabo a proteção desses direitos.

Quanto à Declaração sobre Género e Desenvolvimento e ao aditamento referente à Prevenção e Erradicação da Violência contra Mulher e a Criança, os Estados Membros reconhecem que a violência contra a mulher e a criança refletem as relações desiguais de poderes entre o homem e a mulher. Deste modo, são algumas as preocupações que aí se evidenciam, nomeadamente: o facto de “ainda existirem disparidades entre a mulher e o homem nas áreas dos direitos fundamentais, na partilha do poder e processo de tomada de decisão,

---

<sup>107</sup> *Ibidem*, p. 69.

<sup>108</sup> Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, artigo 18º nº1, *in* Legislação Penal de Angola, Plural Editores, outubro de 2012.

<sup>109</sup> *Ibidem*, artigo 18º nº3.

no acesso ao controle dos recursos produtivos, à educação, à saúde, entre outras; o facto de a mulher constituir a maioria da população pobre e o facto dos esforços para integrar os aspetos ligados ao género nos programas sectoriais da SADC não terem suficientemente incidido sobre o género de uma forma coordenada e abrangente”<sup>110</sup>. Tendo em conta estas preocupações os Estados membros comprometeram-se, entre outras medidas, a “promulgar as leis tais como legislação sobre ofensas sexuais e *violência doméstica*”<sup>111</sup>, tornando várias formas de violência contra as mulheres em atos de crime claramente definidos, e tomando medidas adequadas para impor penas, castigo e outros mecanismos de coação para a prevenção e erradicação da violência contra a mulher e criança”<sup>112</sup>.

O Protocolo de Maputo<sup>113</sup> vem, essencialmente, versar sobre os direitos das mulheres em África, consagrando no seu artigo 2º a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher. O artigos 6º e 7º prevêm a atuação dos Estados-Partes em assegurar que homens e mulheres gozem de iguais direitos tanto no casamento como em caso de separação ou divórcio. O referido protocolo prevê a atuação dos Estados em prol da igualdade entre mulheres e homens no acesso à Justiça e perante a lei (artigo 8º); do direito das mulheres à participação na esfera política e nos processos de tomada de decisão (artigo 9º) e da igualdade de oportunidades no acesso à educação e formação (artigo 12º), no acesso ao emprego e ao avanço na carreira (artigo 13º). Para além destes direitos, o protocolo vem estabelecer os direitos das viúvas (artigo 20º), devendo os Estados adotar medidas que assegurem a atribuição às mesmas da guarda e custódia dos seus filhos, bem como o direito de poderem voltar a casar com alguém à sua escolha. Cabe também aos Estados-Partes assegurar o

---

<sup>110</sup> Declaração da SADC sobre Género e Desenvolvimento, *in* Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento – Adenda, publicação: Ministério da Família e Promoção da Mulher, p. 64.

<sup>111</sup> Itálico nosso.

<sup>112</sup> Declaração da SADC sobre Género e Desenvolvimento, *in* Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento – Adenda, publicação: Ministério da Família e Promoção da Mulher, p. 65.

<sup>113</sup> Protocol to the African Charter on Human and Peoples’ Rights on the Rights of Women in Africa, 11 de julho de 2003, disponível na Internet em [http://www.achpr.org/files/instruments/women-protocol/achpr\\_instr\\_proto\\_women\\_eng.pdf](http://www.achpr.org/files/instruments/women-protocol/achpr_instr_proto_women_eng.pdf).

direito das viúvas a uma partilha equitativa da herança do seu marido (artigo 21º), o direito de permanecer na mesma casa onde viveu com aquele, mesmo que se volte a casar – se a casa lhe pertencer ou a tiver herdado.

No entanto, nem todos os objetivos foram alcançados, sendo que em alguns países não foram tomadas as medidas necessárias e suficientes na sequência daqueles compromissos. Devido a esta situação, os Estados Membros da SADC, acordaram e ratificaram, em 2008, o Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento com o objetivo de “elaborar um plano de ação que fixe metas e prazos específicos para a obtenção da igualdade e equidade de género em todas as áreas, bem como para a monitorização e avaliação efetivas dos progressos alcançados”<sup>114</sup>.

No que respeita à intervenção do Estado angolano em matéria de violência doméstica em geral e violência conjugal em particular, estes acordos só tiveram efeitos significativos após a entrada em vigor, em 2011, da Lei Contra a Violência Doméstica, da qual falaremos mais adiante. Todavia, apesar da aprovação desta lei e dos esforços que têm sido levados a cabo por várias instituições estaduais – principalmente o MINFAMU e a OMA – em matéria de violência doméstica, ainda há um longo caminho a percorrer. Não basta a implementação destas medidas no ordenamento jurídico dos Estados, sendo necessária e urgente a sua total aplicabilidade, que, por sua vez, deverá ser eficiente e eficaz.

Cabe-nos agora analisar o tratamento que é dado, pelo Estado Angolano, à problemática da violência conjugal, sem deixar de ter em conta o contexto constitucional e internacional em que o mesmo se enquadra.

---

<sup>114</sup> Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento, Preâmbulo, publicação: Ministério da Família e Promoção da Mulher, p. 2.

## **III.2. Espécies de intervenção do Estado**

### **III.2.1. Intervenção preventiva primária**

A intervenção preventiva primária ocorre quando ainda não se manifestou qualquer tipo de violência entre os cônjuges. Este tipo de intervenção pode ser também denominada por intervenção preventiva em sentido estrito, “porque assente exclusivamente num escopo preventivo”<sup>115</sup>.

A intervenção preventiva primária é, assim, “o domínio privilegiado da educação, do ensino, da sensibilização para o respeito e defesa dos direitos e liberdades basilares da pessoa humana, seja ela homem, ou mulher”<sup>116</sup>. Estamos aqui a falar da sensibilização para a questão da violência conjugal e doméstica, nos estabelecimentos de ensino, nos meios de comunicação social e também pelo próprio Estado.

Pode-se dizer que, em Angola, os meios de comunicação social têm tido uma atuação positiva relativamente à temática da violência conjugal. Tanto a televisão como a rádio têm tido um papel muito importante na divulgação, à sociedade em geral e às vítimas em particular, sobre os direitos e formas de reação em caso de violência. Para além disso são por vezes realizados debates televisivos e radiofónicos sobre a temática em questão. Os jornais também procedem a este tipo de divulgação e sensibilização, expondo também alguns casos concretos.

A intervenção estadual também tem evoluído no que diz respeito à prevenção<sup>117</sup>, principalmente no que toca à atuação do MINFAMU<sup>118</sup>. Deste

---

<sup>115</sup> MARIA ELISABETE FERREIRA, *ob. cit.*, p. 72.

<sup>116</sup> *Ibidem*.

<sup>117</sup> Podemos verificar a respeito, o artigo 8º da Lei 25/11 – Lei Contra a Violência Doméstica, referente precisamente à sensibilização e informação.

<sup>118</sup> MINISTÉRIO DA FAMÍLIA E PROMOÇÃO DA MULHER – Relatório de Balanço de Execução do Plano Nacional – III Trimestre de 2014, pp. 4-5.

modo, têm sido realizadas algumas palestras e conferências<sup>119</sup> que têm como temas a violência doméstica, as competências familiares, a importância da mulher na família e na sociedade, a participação das mulheres na tomada de decisões, a discriminação, a igualdade de género, entre outros. Tem também se procedido à realização de formações sobre empoderamento da mulher e desenvolvimento empresarial.

De facto, todas estas ações por parte do Estado têm contribuído para dar a conhecer à população o problema que é a violência na família e também quais as ferramentas a que se pode recorrer para a resolução do mesmo. Têm também dado a conhecer, particularmente, às mulheres o facto de elas serem detentoras de direitos e de poderem combater qualquer situação de violência da qual sejam vítimas. É igualmente importante o impacto que essa sensibilização tem na mudança de mentalidades das mulheres e principalmente dos homens, permitindo, deste modo, que encarem aquelas como suas iguais.

Não obstante a sensibilização que é levada a cabo, o número de casos de violência doméstica e violência conjugal continua a ser elevado, mesmo sem contar com aqueles que não são denunciados. Isto acontece porque nem todas as pessoas têm acesso a essas campanhas. Por exemplo, em algumas zonas do interior do país a população não tem acesso à televisão e consequentemente a informação por aí divulgada não chega até essas pessoas. Outra questão importante é o facto de que grande parte das mulheres não tem tempo de participar nas conferências e palestras realizadas, pois muitas delas passam o dia nas ruas a exercer a sua atividade comercial de forma a poderem ganhar o sustento para as suas famílias. É também preciso ter em conta que Angola é um país numa dimensão territorial e populacional considerável, sendo por isso necessário que as medidas de prevenção e sensibilização sejam compatíveis com essas dimensões. Assim sendo, é preciso que se realizem mais palestras, mais seminários, é preciso encontrar formas de sensibilizar quem não consegue

---

<sup>119</sup> Conferência Angolana sobre a Mulher e a Violência, Luanda, 27-28 de novembro de 2013; II Conferência Provincial sobre Violência Doméstica, Malange, 10 de dezembro de 2014.

aceder àquelas, talvez através de campanhas realizadas pelas ruas e em praças onde se encontram grandes aglomerados de mulheres e também de homens.

Os estabelecimentos de ensino deveriam também ter um papel mais ativo no que à violência conjugal diz respeito. É um dos locais, por excelência, para a captação da atenção das crianças e jovens para estas questões, devendo ser instruídas e expostas ao problema de forma cuidada e adequada às suas idades. Para além disso, esta exposição ao problema pode ser de grande utilidade para a vida dessas crianças e jovens, na medida em que elas próprias podem ser vítimas de violência ou podem estar expostas à violência interparental. Na verdade, a própria Lei Contra a Violência Doméstica prevê, no seu artigo 7º, a integração nos programas curriculares de ensino, de matérias que visem prevenir crimes de violência doméstica, proporcionando às crianças e aos jovens conceitos básicos sobre o fenómeno da violência e as suas diversas manifestações, origens e consequências; sobre os comportamentos parentais e o inter-relacionamento na vida familiar; sobre as relações de poder que marcam as interações pessoais, grupais e sociais e; sobre o relacionamento entre crianças, adolescentes, jovens e pessoas adultas.

No entanto, não existem a nível dos estabelecimentos de ensino iniciativas definidas para a abordagem desta temática. Deste modo, é preciso que estas instituições se questionem:

“se a sensibilização para o problema da violência doméstica não constitui domínio privilegiado na educação para a cidadania e para o desenvolvimento da consciência cívica dos adolescentes e jovens alunos. Parece-nos que o respeito pelas liberdades e direitos individuais e o desenvolvimento da consciência da igual dignidade e direitos entre homem e mulher se afiguram imprescindíveis para um pleno exercício da cidadania”<sup>120</sup>.

Assim sendo, cabe ao Estado assegurar a promoção e a adoção efetiva das medidas de prevenção e apoio ao problema. É preciso que seja uma atuação

---

<sup>120</sup> MARIA ELISABETE FERREIRA, *ob. cit.*, p. 74-75.



continua, pois, tal como refere Maria Elisabete Ferreira, “as mudanças de comportamento levam tempo e exigem um esforço continuado do Estado, ao longo de muitos anos”<sup>121</sup>. E é através da prevenção que se poderão observar, a médio ou longo prazo, mudanças significativas relativamente às mentalidades e aos valores que regem a sociedade angolana.

### **III.2.2. Intervenção Preventiva Secundária**

A intervenção preventiva secundária é aquela que ocorre em situações de pós-conflito, ou seja, quando já se verificou o comportamento violento entre os cônjuges. Trata-se de uma “intervenção repressiva, dissuasora, (...) que se traduz numa atuação do Estado que, tendo falhado a prevenção primária, se vê a braços com a ocorrência de comportamentos conjugais violentos, aos quais terá que dar uma resposta”<sup>122</sup>.

Umas das formas de intervenção estadual pós-conflitual são as sanções penais uma vez que, na maioria dos casos, os comportamentos violentos configuram ilícitos penais.

#### **III.2.2.1. Ilícitos penais aos quais se podia subsumir a violência doméstica antes da entrada em vigor da Lei nº 25/11, de 14 de julho**

Antes da entrada em vigor da Lei nº 25/11, considerava-se como comportamentos que configuram violência doméstica os crimes de ofensas corporais voluntárias simples (artigo 359º); ofensas corporais voluntárias de que resulta privação da razão, impossibilidade permanente de trabalhar ou a morte (artigo 361º); ofensas corporais qualificadas pela pessoa do ofendido (artigo 365º); ofensas corporais involuntárias (artigo 369º); ameaças (artigo

---

<sup>121</sup> *Ibidem*, p.75.

<sup>122</sup> *Ibidem*, p.76.

379º); estupro (artigo 392º) ou violação (artigo 393º); as injúrias (artigo 410º) e coação física (329º), estando todos previstos no Código Penal. Quanto à violência conjugal propriamente dita, aplicavam-se também estes artigos, ficando apenas de fora o crime de ofensas corporais qualificadas pela pessoa do ofendido, dado que o mesmo refere-se apenas a crime praticado contra pai, mãe ou outros ascendentes. Contudo, o facto de não existir no código um crime específico de violência doméstica, permitia a impunidade relativamente aos comportamentos que configuravam tal crime. Para além disso, outras condutas que hoje são consideradas violência doméstica não se subsumiam aos crimes acima referidos, como é o caso, por exemplo, do abandono familiar. Era também inexistente a preocupação com a violação da integridade psicológica das vítimas que, como várias vezes foi referido, é gravemente afetada seja qual for o tipo de violência sofrido pelas mesmas.

### **III.2.2.2. A Lei nº 25/11 – Lei Contra a Violência Doméstica**

Foi com a aprovação da Lei Contra a Violência Doméstica que os comportamentos violentos no seio familiar, e não só<sup>123</sup>, passaram a ser considerados crimes. A referida lei veio assim tipificar o crime de violência doméstica, não deixando, no entanto, de ressaltar a possibilidade de se recorrer à legislação penal quando tal se afigurar necessário. Com efeito, o artigo 6º estabelece que “quem praticar qualquer ato que configure violência doméstica (...), é punido nos termos das disposições da presente lei e da legislação penal em geral”.

Como vimos anteriormente, a lei em análise possui, antes de mais, uma componente preventiva, estabelecendo para o efeito medidas de prevenção e apoio nas áreas da educação, sensibilização e informação, da assistência social

---

<sup>123</sup> Vide o que supra se mencionou a propósito de se considerar também violência doméstica aquela que é praticada em outros locais diferentes da habitação e seio familiar, no ponto II.1.

e da formação de profissionais sobre as questões de género e violência doméstica. Todavia, cabe-nos agora debruçar sobre o tratamento que é dado a esta questão quando a componente preventiva não se mostrou eficaz.

Tal como foi referido no ponto II.2, a violência doméstica traduz-se, de acordo com o artigo 3º da lei em apreço, em qualquer “*ação ou omissão que cause lesão ou deformação física e dano psicológico temporário ou permanente que atente contra a pessoa humana*”, podendo classificar-se em: “a) *violência sexual* – qualquer conduta que obrigue a presenciar, a manter ou participar de relação sexual por meio de violência, coação, ameaça, ou colocação da pessoa em situação de inconsciência ou de impossibilidade de resistir; b) *violência patrimonial* – toda a ação que configure a retenção, a subtração, a destruição parcial ou total dos objetos, documentos, instrumentos de trabalho, bens móveis ou imóveis, valores e direitos da vítima; c) *violência psicológica* – qualquer conduta que cause dano emocional, diminuição de autoestima ou que prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento psicossocial; d) *violência verbal* – toda a ação que envolva a utilização de improperios, acompanhados ou não de gestos ofensivos, que tenha como finalidade humilhar e desconsiderar a vítima, configurando calúnia, difamação ou injúria; e) *violência física* – toda a conduta que ofenda a integridade ou a saúde corporal da pessoa e; f) *abandono familiar* – qualquer conduta que desrespeite, de forma grave e reiterada, a prestação de assistência nos termos da lei”<sup>124</sup>.

Podemos, então, verificar que a violência doméstica é um crime que abrange um conjunto alargado de condutas e é sobre as mesmas que se incide o diploma em análise. É também importante referir que para o nosso estudo interessa-nos, principalmente, a ocorrência dessas condutas no âmbito da relação conjugal.

---

<sup>124</sup> Lei nº 25/11 – Lei Contra a Violência Doméstica, artigo 3º nº 2.

### **III.2.2.2.1. O bem jurídico protegido, o tipo objetivo e o tipo subjetivo**

Em primeiro lugar cabe-nos analisar o bem jurídico protegido, o tipo objetivo e o tipo subjetivo do ilícito criminal.

De acordo com a definição e as diversas formas de violência doméstica supra citadas, tendemos a perfilhar a posição defendida por Paulo Pinto de Albuquerque no que diz respeito ao bem jurídico protegido. Deste modo, no nosso entendimento, são vários os bens jurídicos protegidos pela incriminação em causa<sup>125</sup>. Existem, no entanto, outros autores que adotam posições diferentes no que se refere a esta questão. Há autores que defendem que o bem jurídico protegido é a dignidade humana, posição com a qual não concordamos, pois, tal como afirma Cristina Cardoso,

“a dignidade humana, sendo um valor em que se funda e que atravessa todo o sistema jurídico, um atributo de toda a pessoa, uma síntese de todas as dimensões da pessoa humana, que tem tradução em diversos bens jurídicos protegidos pelo ordenamento penal, não está em condições de desempenhar o papel específico exigido a um bem jurídico, concretamente o tutelado pelo crime de violência doméstica”<sup>126</sup>.

Há quem defenda ainda que o bem jurídico tutelado é a saúde<sup>127</sup>, considerando-o “um bem jurídico complexo, englobando a saúde física, psíquica, mental e moral, o qual pode ser atingido por uma variedade de comportamentos que afetem a dignidade pessoal do cônjuge ofendido”<sup>128</sup>. Não discordamos desta

---

<sup>125</sup> Neste sentido, PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE – *Comentário do Código Penal à Luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2010, p. 464.

<sup>126</sup> CRISTINA AUGUSTA TEIXEIRA CARDOSO – *A Violência Doméstica e as Penas Acessórias*, Porto: Universidade Católica, 2012, p. 16. Tese de Mestrado, disponível na Internet em <http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/9686>.

<sup>127</sup> Também neste sentido, AMÉRICO TAIPA DE CARVALHO, considerações gerais sobre os artigos 152º, 152º-A E 152º-B, *Comentário Conimbricense do Código Penal, Parte Especial*, Tomo I, Dirigido por JORGE DE FIGUEIREDO DIAS, Coimbra Editora, no prelo; MARIA ELISABETE FERREIRA, *ob. cit.*, p. 103.

<sup>128</sup> CRISTINA CARDOSO, *ob. cit.*, p. 16.

posição, todavia, se nos voltarmos para diversas classificações e respetivas condutas do crime de violência doméstica previsto na Lei nº 25/11, podemos verificar que não está apenas tutelado o bem jurídico saúde, mesmo que se considere a sua complexidade. Para além da integridade física e psíquica, da liberdade pessoal, da liberdade e autodeterminação sexual e da honra<sup>129</sup>, existem ainda outros bens jurídicos tutelados pela referida lei. É o que se verifica no caso da violência patrimonial cujo o bem jurídico protegido é o património da vítima. A própria violência sexual para além de afetar o bem jurídico saúde, também afeta a liberdade e autodeterminação sexual.

Quanto ao tipo objetivo, o crime de violência doméstica inclui as condutas de agressão física, psicológica, sexual, patrimonial, verbal e de abandono familiar. Ainda neste âmbito cumpre-nos dizer que o agente do crime de violência doméstica deverá apresentar certas qualidades pessoais, exigindo-se, no caso de violência conjugal, que seja um dos cônjuges, ex-cônjuges ou pessoa que viva com outra em condições análogas às dos cônjuges. Os sujeitos passivos do crime serão o outro cônjuge ou ex-cônjuge e a pessoa com quem o agente mantenha uma relação análoga à dos cônjuges. A legislação angolana não especifica quem são os sujeitos passivos, fazendo apenas referência ao seio familiar ou outros onde também se verificam relações de afeto e proximidade, o que nos permite depreender quais poderão ser esses sujeitos<sup>130</sup>. No entanto, como já referimos, o nosso estudo debruçar-se-á principalmente no que diz respeito à relação conjugal.

Em relação ao tipo subjetivo do ilícito, o crime em análise só pode ser cometido dolosamente, podendo o dolo revestir qualquer forma. “O conhecimento correto da identidade e das características da vítima é aqui fundamental para a conformação do dolo do agente”<sup>131</sup>. É também preciso que

---

<sup>129</sup> Neste sentido, PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *ob. cit.*, p. 464.

<sup>130</sup> Como referimos no ponto II.1, existem outros locais, como infantários, asilos, hospitais, escolas e internatos, onde podem ocorrer atos violentos que são considerados violência doméstica. Assim, podem também ser sujeitos passivos, por exemplo, as crianças e jovens que frequentam aquelas instituições, como também os idosos que vivem em asilos.

<sup>131</sup> PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *ob. cit.*, p. 466.

este último “tenha conhecimento e vontade de praticar a conduta, quando os comportamentos que o integram traduzirem um crime formal, e o resultado, quando configurarem um crime material, ou seja, o dolo do agente é variável consoante as condutas que preenchem o tipo objetivo do ilícito”<sup>132</sup>.

#### **III.2.2.2.2. Do procedimento criminal**

O procedimento criminal pode ter início através de queixa – do lesado ou por quem tenha legitimidade nos termos da lei – ou através de denúncia que pode ser feita por qualquer pessoa ou autoridade que tenha conhecimento do facto criminoso<sup>133</sup>. Porém, é importante fazer aqui uma distinção: primeiro, o cidadão comum, tendo conhecimento da prática do crime de violência doméstica tem a faculdade, isto é, pode ou não denunciá-lo às autoridades; segundo, tanto as autoridades policiais como outros funcionários que tenham conhecimento do facto criminoso, no exercício ou por causa do exercício das suas funções, têm que obrigatoriamente denunciá-lo às autoridades competentes, neste caso ao Ministério público<sup>134</sup>. Desta feita, o crime de violência doméstica é agora um crime de natureza pública. O facto de ter sido atribuída esta natureza ao crime em apreço, demonstra a consciência de que tal crime se traduz num mal que se repercute na comunidade global, não se tratando de um assunto privado, que respeita em exclusivo à família em que ocorre<sup>135</sup>.

Instaurado o processo criminal, a lei estabelece que a pessoa ofendida adquire automaticamente o estatuto de vítima<sup>136</sup> para que possa usufruir do acesso aos espaços de abrigo, de um atendimento preferencial para a obtenção de prova pelas autoridades competentes, de um atendimento institucional,

---

<sup>132</sup> CRISTINA CARDOSO, *ob. cit.*, p. 22.

<sup>133</sup> Lei 25/11, artigo 24 n° 1 e 2.

<sup>134</sup> Código do Processo Penal, artigo 164°; Decreto-Lei n° 35007 (introduz alterações ao Código do Processo Penal), artigo 7°.

<sup>135</sup> Neste sentido, CRISTINA CARDOSO, *ob. cit.*, p. 26.

<sup>136</sup> Lei 25/11, artigo 11°.

público ou privado gratuito e da emissão da declaração da condição de vítima de violência doméstica. “O estatuto de vítima de violência doméstica cessa com o arquivamento do processo na fase de instrução preparatória, por despacho de não pronúncia ou após o trânsito em julgado da decisão”<sup>137</sup>.

A denúncia tanto pode ser feita junto das autoridades policiais ou do Ministério Público, cabendo a este último o exercício da ação penal<sup>138</sup>. No caso de a denúncia ter sido feita junto das autoridades policiais, as mesmas têm que remeter o caso, no prazo de 48 horas, a magistrado competente do Ministério Público para que este dê início à instrução preparatória<sup>139</sup>.

Nos casos em que há um perigo iminente para a vítima devem ser tomadas as medidas necessárias e adequadas para a proteção da mesma e o facto deve ser comunicado ao Ministério Público no prazo máximo de 24 horas<sup>140</sup>. Para além disso, se houver perigo de continuação da atividade criminosa, o agente do crime pode ser detido por mandado do Ministério Público<sup>141</sup>.

“Em caso de detenção de agente por crime de violência doméstica, em flagrante delito, o detido mantém-se privado da sua liberdade até ser presente ao magistrado competente para interrogatório ou a juízo para audiência de julgamento sumário”<sup>142</sup>.

Nos casos em que há arguidos presos, a instrução preparatória deve realizar-se no prazo máximo de quarenta dias em processo de querela<sup>143</sup> e de vinte dias nos restantes processos. Quando se trate de casos em que o arguido

---

<sup>137</sup> *Ibidem*, artigo 16º.

<sup>138</sup> Decreto-Lei nº 35007, artigo 6º.

<sup>139</sup> A instrução preparatória no direito processual penal angolano equivale ao inquérito no direito processual penal português.

<sup>140</sup> Decreto Presidencial nº 124/13, de 28 de agosto – Regulamento da Lei Contra a Violência Doméstica, artigo 14º alínea b).

<sup>141</sup> Lei nº 25/11, artigo 23º.

<sup>142</sup> *Ibidem*, artigo 22º.

<sup>143</sup> De acordo com o artigo 63º do Código do processo Penal, são julgados em processo de querela os crimes a que corresponder qualquer pena de prisão maior, que têm como moldura penal mínima a prisão de pena maior de dois a oito anos e máxima a pena de prisão maior de vinte a vinte e quatro anos (artigo 55º do Código Penal).

aguarda julgamento em liberdade, estes prazos serão aumentados para sessenta e trinta dias respetivamente<sup>144</sup>.

Finda a instrução preparatória, o Ministério Público formulará a acusação e requererá no mesmo ato, se for caso disso, a instrução contraditória<sup>145</sup> que tem como objetivo esclarecer e complementar a prova indiciária da acusação. A instrução contraditória poderá também ter lugar a requerimento do arguido ou por decisão do juiz<sup>146</sup>.

Nos processos que tramitam sob a forma sumária não há instrução contraditória mas o juiz poderá ordenar as diligências de prova necessárias para receber ou rejeitar a acusação e realizar o julgamento<sup>147</sup>. Por outro lado, nos processos de querela haverá sempre instrução contraditória<sup>148</sup> que deverá ter uma duração máxima de seis meses quando não houver arguidos presos e de três meses quando tal se verificar<sup>149</sup>.

Sendo assim, finda a instrução preparatória ou a instrução contraditória (quando houver lugar) o Ministério Público deduz a acusação nos termos do artigo 341º do Código do Processo Penal ou arquiva o processo se, de acordo com o artigo 343º daquele diploma, pela instrução se verificar que os factos que dos autos constam não constituem infração penal, ou que se extinguiu a ação penal em relação a todos os seus agentes.

Deduzida a acusação compete ao juiz emitir despacho de pronúncia ou de não pronúncia<sup>150</sup> de forma a saber-se se o processo vai ou não a julgamento.

Parece-nos importante esclarecer que referimos aqui tantos os processos de querela como os que revestem a prova sumária porque, como iremos ver mais adiante, as penas aplicáveis às infrações criminais que configuram violência doméstica variam consoante as condutas adotadas. Deste modo, as infrações que configurarem violência doméstica e cuja pena aplicável seja até

---

<sup>144</sup> Decreto-Lei nº 35007, artigo 22º.

<sup>145</sup> *Ibidem*, artigo 24º.

<sup>146</sup> Código do Processo Penal, artigo 327º alíneas b) e c).

<sup>147</sup> *Ibidem*, artigo 327º e Decreto-Lei 35007, artigo 38º.

<sup>148</sup> Decreto-Lei nº 35007, artigo 34º.

<sup>149</sup> Código de Processo Penal, artigo 334º.

<sup>150</sup> *Ibidem*, artigo 365º.



dois anos de prisão<sup>151</sup> serão julgadas em processo sumário. Por outro lado, as infrações em que a pena aplicável seja superior a dois anos serão julgadas em processo de querela. No entanto, como vimos supra, quando se trata de um caso de flagrante delito o processo revestirá a forma sumária, independentemente da pena aplicável.

É, portanto, desta forma que se processa a investigação e instrução criminal no que diz respeito à prática de crime de violência doméstica.

### **III.2.2.2.3. A desistência e os crimes que não admitem desistência em matéria de violência doméstica**

O nº 3 do artigo 24º da Lei nº 25/11 estabelece que “a vítima de violência doméstica pode, sem prejuízo dos casos em que a lei o proíba, desistir da queixa em qualquer fase do processo”. De facto é possível que a vítima desista da queixa, mas essa faculdade torna-se irrelevante quando se está perante crimes públicos que é o que acontece em relação a determinadas infrações que configuram violência doméstica. Assim sendo, “não admitem desistência, por constituírem crimes públicos em matéria de violência doméstica, os seguintes factos: a) a ofensa à integridade física ou psicológica grave e irreversível; b) a falta reiterada de prestação de alimentos à criança e de assistência devida a mulher grávida; c) o abuso sexual a menores de idade ou idosos sob tutela ou guarda e incapazes; d) a apropriação indevida de bens da herança que pelo seu valor pecuniário atente contra a dignidade social dos herdeiros; a sonegação, alienação ou oneração de bens patrimoniais da família, tendo em conta o seu valor pecuniário e; f) a prática de casamento tradicional ou não com menores de catorze anos ou incapazes”<sup>152</sup>.

Antes de passarmos à análise dos crimes acima descritos, cumpre-nos fazer referência a uma questão que nos suscitou alguma dúvida.

---

<sup>151</sup> *Ibidem*, artigo 67º.

<sup>152</sup> Lei nº 25/11, artigo 25º nº1.

Em primeiro lugar, a lei estabelece que a vítima deste tipo de violência pode desistir da queixa desde que não se trate de um caso em que a lei o proíba. Em segundo lugar, a mesma lei estabelece que “não admitem desistência, *por constituírem crimes públicos*<sup>153</sup> em matéria de violência doméstica”, os factos supra citados. Sendo assim, colocamos a questão de saber se, por seu lado, os factos que admitem desistência, em matéria de violência doméstica, são igualmente considerados crimes públicos. Não queremos com isto afirmar que o legislador não considera públicos os crimes que admitem desistência, no entanto, queremos evidenciar que essa dúvida pode surgir quando o preceito em questão está a ser analisado, daí que talvez a expressão *por constituírem crimes públicos* não esteja aí bem empregue. Com efeito, a referida expressão dá a entender que os factos citados não admitem desistência por serem crimes públicos o que, logicamente, pode significar que os crimes que admitem desistência não sejam públicos. De qualquer forma não podemos afirmar com certeza o que o legislador quis dizer ao utilizar aquela expressão.

Quanto ao primeiro facto, previsto na alínea a), podemos dizer que é ponto assente e faz todo o sentido que as ofensas à integridade física ou psicológica, infligidas de forma grave e que sejam irreversíveis, sejam consideradas crime público e que consequentemente não admitam desistência. Todavia, não podemos deixar de pensar nas situações em que se verifique um crime de ofensas à integridade física ou psicológica grave mas, ainda assim, reversível. Neste caso não se preencheria um dos requisitos, o que nos faz questionar se mesmo assim estaríamos perante um crime que não admite desistência, uma vez que a lei exige gravidade e irreversibilidade tratando-se, portanto, de dois requisitos cumulativos. No nosso entendimento, tendo em conta a *ratio* da norma, estaríamos, ainda assim, perante um crime que não admite desistência, até porque o artigo 3º da lei em análise estabelece que o dano psicológico pode ser temporário ou permanente.

---

<sup>153</sup> Itálico nosso.

Relativamente à falta reiterada de prestação de alimentos à criança e de assistência devida à mulher grávida é também compreensível a sua inserção neste grupo de crimes porque, como temos vindo a referir ao longo deste trabalho, trata-se de uma das formas mais frequentes da prática de violência doméstica/conjugal, afetando em grande medida a vida de um número considerável de mulheres e crianças. Compreende-se também o facto de que essa falta de prestação tenha que ser *reiterada*, pois não faria sentido incriminar-se uma pessoa porque faltou um ou dois meses com a prestação de alimentos do filho. É preciso também ter em conta as situações em que essa falta da prestação verifica-se por motivos alheios que não sejam imputáveis ao progenitor.

Faz também todo o sentido que o abuso sexual de menores ou idosos sob tutela e incapazes estejam, aqui, previstos. No entanto, entendemos que deviam também estar previstas as violações que ocorrem no seio da relação conjugal. É verdade que o Código Penal prevê o crime de violação contra qualquer mulher (artigo 393º), mas uma vez que o preceito em apreço está inserido na Lei Contra a Violência Doméstica, faria todo o sentido estar também previsto na mesma o ato de violação na relação conjugal. Na verdade, como referimos anteriormente, muitas mulheres sofrem ofensas sexuais por parte dos seus maridos e, na maioria das vezes, essas situações passam despercebidas pelo facto de, tanto os homens como as mulheres, encararem as relações sexuais como uma obrigação da relação conjugal. Ora, tal entendimento faz com que, quando sejam sexualmente abusadas, muitas mulheres não o encarem como uma violação. Por outro lado, está também aqui patente a ideia de as relações de intimidade do casal serem de foro privado, daí não se inserir nesta regra as violações no seio da relação conjugal.

No que concerne à alínea d) – apropriação indevida de bens da herança que pelo seu valor pecuniário atente contra a dignidade social dos herdeiros – pensamos que a mesma se aplica aos casos, não raros, em que, por exemplo, morre o cônjuge marido e a herança, de acordo com algumas regras

costumeiras<sup>154</sup>, é distribuída pela família do mesmo e não pela sua esposa e filhos. Há situações até que a esposa é desapropriada da sua própria casa, o que pode provocar-lhe muitos constrangimentos, dado que se vê obrigada a integrar-se noutros agregados familiares, ir para casa de irmãos ou até regressar à casa dos pais. Esta é uma prática que se verifica não só em Angola mas também em outros países africanos, daí que o Protocolo da SADC preveja no seu artigo 10º o direito da viúva a uma porção equitativa na herança do seu esposo, previsto também pelo artigo 21º do Protocolo de Maputo. Parece-nos ser esta a razão de ser da inserção desta norma no artigo 25º da lei em apreço.

No que respeita à sonegação, alienação ou oneração de bens patrimoniais da família, entendemos que estão aqui em causa, por exemplo, as situações em que um dos cônjuges (no caso de violência conjugal) sem autorização ou conhecimento do outro vende a casa da família ou outro bem patrimonial de valor. Aquando da nossa pesquisa no MINFAMU, tivemos a oportunidade de assistir a um caso em que o ex-marido vendeu a casa onde habitavam a ex-mulher e os filhos, casa essa que sempre tinha sido a residência da família e colocou todos os haveres pertencentes aos mesmos literalmente na rua. Situações destas acontecem com alguma regularidade e pela sua gravidade e situação precária em que ficam várias famílias, faz sentido a sua inserção no grupo de crimes em análise.

Por último, em relação à alínea f) – prática de casamento tradicional ou não com menores da catorze anos de idade ou incapazes – importa esclarecer que este preceito legal não está apenas a referir-se aos casamentos tradicionais. Quando o legislador utiliza a expressão *ou não* significa também que se refere a outro tipo de casamento. Ora, no nosso entendimento, o legislador não se refere, neste caso, ao casamento civil, dado que a ordem jurídica angolana só permite a realização de casamento de menores quando tenham idade igual ou

---

<sup>154</sup> De acordo com CHICO ADÃO (*ob. cit.*, p. 145), o primeiro na linha sucessória nestes casos é o filho mais velho da irmã mais velha do falecido, seguindo-se depois o seu irmão mais velho. Existem outros parentes na linha sucessória, sendo quase todos da família do falecido.

superior a 15 anos no caso das raparigas e 16 no caso dos rapazes<sup>155</sup>, tratando-se, estas, de situações excepcionais. Deste modo, estarão aqui em causa as situações de convivência entre um adulto e uma criança ou adolescente análoga à dos cônjuges e as situações em que verificou a celebração de casamento tradicional.

Analizados os crimes acima descritos, podemos dizer que é compreensível a razão de ser da sua inserção no artigo 25º da Lei Contra a Violência doméstica respeitante aos crimes que não admitem desistência.

#### **III.2.2.2.4. As penas aplicáveis aos crimes que configuram violência doméstica e o dever de indemnização imputável ao agente**

Quanto aos crimes de violência doméstica analisados no título anterior, é aplicada uma pena de dois a oito anos de prisão a quem cometer ofensa à integridade física ou psicológica grave e irreversível e a quem cometer abuso sexual a menores de idade ou idosos sob tutela e a incapazes, se pena mais grave não lhes couber nos termos da legislação em vigor. Com efeito, o artigo 394º do Código Penal estabelece uma pena de oito a doze anos nos casos de violação de menor de doze anos. Sendo assim, quando o crime for cometido contra menor de doze anos aplica-se ao caso a moldura penal prevista naquele diploma.

Quanto aos restantes crimes descritos, a lei estabelece uma pena de prisão até dois anos. Contudo entendemos que, pela sua gravidade, ao crime de prática de casamento tradicional ou não deveria ser aplicada uma pena mais elevada, dado que uma criança nesta situação está sujeita a todo o tipo de abusos, seja abusos sexuais, exploração de trabalho infantil, agressões físicas e psicológicas, entre outros.

Entretanto, as penas previstas não prejudicam o dever de indemnização imputável ao agente. De facto, à vítima de violência doméstica é reconhecido o

---

<sup>155</sup> Código da Família, artigo 24º n.º2.

direito a obter, do agente do crime, de forma célere, uma indemnização pelos danos sofridos, que deverá ser arbitrada tendo em conta a gravidade da agressão e a condição económica dos envolvidos<sup>156</sup>. De acordo com o n° 3 do artigo 30° da lei em apreço, se o pedido de indemnização civil não tiver sido deduzido no processo penal ou em separado, o tribunal pode arbitrar uma quantia a título de reparação pelos prejuízos sofridos pela vítima.

#### **III.2.2.2.5. Outras medidas de proteção da vítima**

Sempre que as autoridades competentes considerem que existe uma ameaça séria de atos de vingança ou fortes indícios de que a sua privacidade seja gravemente perturbada, é assegurada proteção adequada à vítima, à sua família ou às pessoas em situação equiparada. Assim sendo, essa proteção pode traduzir-se no encaminhamento da vítima para um espaço de abrigo temporário; na proibição do contacto entre a vítima e agente em locais que impliquem diligências na presença de ambos, nomeadamente nos edifícios dos tribunais e outros; na determinação de apoio psicossocial por período não superior a seis meses, salvo se circunstâncias excepcionais impuserem a sua prorrogação; na proibição ou restrição da presença do agente do crime no domicílio ou residência, em lugares de trabalho, de estudos e noutros frequentados regularmente pela vítima; na apreensão de armas que o agente tenha em seu poder, que permanecem sob custódia das autoridades na forma em que estas se estimem pertinentes e; na proibição do autor do uso e da posse de armas de fogo, oficiando à autoridade competente para as providências necessárias<sup>157</sup>. Quando o agente e a vítima vivem em economia comum, a medida de injunção a opor àquele é o seu afastamento da residência, sempre que tal medida se afigure necessária<sup>158</sup>. Estas medidas podem ser aplicadas pelo

---

<sup>156</sup> Lei n° 25/11, artigo 30° n° 1 e 2.

<sup>157</sup> *Ibidem*, artigo 12° n° 2.

<sup>158</sup> *Ibidem*, artigo 12° n° 3.

Ministério Público ou pelo juiz quando já tiver sido constituído arguido e num prazo máximo de 72 horas.

Apesar de estas medidas estarem legalmente previstas, é necessário dizer que são ainda de difícil aplicação prática. Em primeiro lugar porque é ainda muito raro o agressor afastar-se da residência, por um lado, porque se recusa a sair da própria casa e, por outro lado, porque a própria vítima não encara bem esta situação. Para além disso, as próprias autoridades policiais ainda não desenvolveram meios eficazes para controlar o cumprimento destas medidas por parte do agente. Podem até conseguir evitar o contacto entre vítima e agressor aquando das diligências, mas o afastamento da residência e proibição do uso e porte de arma é mais difícil de concretizar. Desta forma, é preciso que se encontrem melhores soluções para se fazer cumprir, de forma eficaz, estas medidas sob pena de, na prática, a vítima permanecer em perigo.

#### **III.2.2.2.6. Encontros reconciliatórios**

A lei em análise vem prever no seu artigo 21º a realização de “encontros reconciliatórios” entre o agente do crime e a vítima, que visam restaurar a harmonia familiar e social e a tutela dos legítimos interesses da vítima e do agente do crime de violência doméstica. A realização destes encontros pode verificar-se sem prejuízo de já terem sido adotados outros procedimentos e de já terem sido tomadas outras medidas, sendo que dependem também do consentimento expresso tanto da vítima como do agressor, da garantia de condições de segurança necessária e a presença de um mediador credenciado para o efeito<sup>159</sup>. Esta figura dos encontros reconciliatórios parece, em alguns aspetos, semelhante ao “encontro restaurativo” previsto pelo ordenamento jurídico português na Lei nº 112/2009, de 16 de setembro no seu artigo 39º. Trata-se também de um encontro entre o agente do crime e a vítima com vista a

---

<sup>159</sup> Estes mediadores são, normalmente, os coordenadores dos Centros de Aconselhamento do MINFAMU (artigo 21º do Regulamento da Lei 25/11).

restaurar a paz social. A lei portuguesa, ao contrário da lei angolana, define em que momentos poderá ter lugar o “encontro restaurativo”, podendo ser ou durante a suspensão provisória do processo ou durante o cumprimento da pena. Tal como a lei angolana, a lei portuguesa estabelece que estes encontros terão que ser realizados na presença de um mediador, mas especifica que se trata de um mediador penal. Na opinião de alguns autores portugueses, o “encontro restaurativo” traduz-se numa verdadeira mediação penal<sup>160</sup>, apesar de só ter lugar depois de decretada a suspensão provisória do processo ou depois da própria condenação. Deste modo, surge a questão de saber se o legislador angolano quis também adotar a mediação penal como forma de resolução de conflitos em matéria de violência doméstica. Não obstante o legislador angolano não utilizar a expressão “mediador penal”, a nosso ver entendemos que sim, mas a lei permite que a mediação tenha lugar independentemente de terem sido tomadas outras medidas ou realizados outros procedimentos, ou seja, podem ou não ter sido adotados. Esta opção apresenta tanto aspetos positivos como negativos. Por um lado, permite aos cidadãos entenderem

“que nem sempre as tradicionais respostas da justiça penal são as melhores, pois, muitas vezes, ao invés de apaziguarem o conflito acabam por o agudizar, o que necessariamente é mau para a vítima, para o agente e para a sociedade”<sup>161</sup>. “Se a intenção restaurativa tem como fundamento a pretensão de pacificar essa dimensão interpessoal do conflito, parece uma evidência a afirmação de que ela será tanto mais necessária quanto mais relevante for, no crime, essa dimensão interpessoal. O que dificilmente ocorrerá com maior intensidade do que na violência doméstica, que supõe um contexto de proximidade existencial específico entre o agente do crime e a sua vítima”<sup>162</sup>.

---

<sup>160</sup> Neste sentido, CRISTINA CARDOSO, *ob. cit.*, p. 31.

<sup>161</sup> *Ibidem*, pp. 31-32.

<sup>162</sup> CLÁUDIA SANTOS – “Violência doméstica e mediação penal: uma convivência possível?”, *Revista Jaguar*, nº 12, 2010, p. 75, *apud* Cristina Cardoso, *ob. cit.*, p. 32.



Por outro lado, a mesma opção pode transmitir à sociedade uma imagem de tolerância face à violência doméstica, que poderá pôr em causa todo o esforço para a interiorização do desvalor e inadmissibilidade deste tipo de conduta, daí o legislador português ter optado por apenas permitir o encontro restaurativo naqueles dois momentos acima referidos<sup>163</sup>. Relativamente ao caso angolano, pensamos que há ainda um percurso longo quanto a essa interiorização. Deste modo, entendemos que talvez fosse mais aconselhável, numa primeira fase e dependendo da gravidade do caso, serem impostos mais limites à realização desses encontros, até porque existem instituições estaduais como a OMA e o MINFAMU às quais muitas vítimas recorrem numa primeira fase onde, como veremos de seguida, se realizam alguns aconselhamentos familiares, tratando-se de casos que, não raras as vezes, têm que ser encaminhados para um processo criminal ou civil.

Concluimos assim que a opção pelos encontros reconciliatórios é positiva, reconhecendo que em muitos casos as vítimas não querem “a resposta da justiça penal tradicional, não pretendem a condenação do seu agressor, mas uma oportunidade para a alteração do seu comportamento e, enquanto vítimas, importa não mais as vitimizar, impondo-lhes um processo que não desejam”<sup>164</sup>.

Terminámos assim a exposição e análise dos aspetos que pensamos serem mais relevantes na Lei Contra a Violência Doméstica. Passaremos de seguida à apresentação de outros organismos a nível estadual que atuam no âmbito da violência doméstica/conjugal.

---

<sup>163</sup> Neste sentido, CRISTINA CARDOSO, *ob. cit.*, p. 31.

<sup>164</sup> *Ibidem*, p. 32.

### **III.3. O papel desempenhado pela OMA e pelo MINFAMU no âmbito da violência doméstica/conjugal e dos direitos da mulher em geral**

#### **III.3.1. A OMA – Organização da Mulher Angolana**

A OMA “é uma organização social, de âmbito nacional (...) que associa todas as mulheres, que independentemente das suas convicções políticas, filosóficas ou religiosas, pretendem lutar pela completa emancipação e por uma participação mais ativa em todos os aspetos da vida política, económica e social”<sup>165</sup>. Esta organização tem como principal objetivo a luta pela emancipação da mulher contra todas as formas de discriminação, pretendendo, deste modo, a sua plena participação na tomada decisões em todos os sectores da vida pública<sup>166</sup>.

Para que seja possível a realização destes objetivos compete à OMA, lutar pela integração das mulheres no desenvolvimento, pela sua promoção económica, social, profissional e cultural; lutar pela formação, informação e educação da mulher; proceder à recolha de dados estatísticos sobre a situação da mulher e da criança; promover e apoiar a realização de estudos sociais sobre a situação e as condições de vida e de trabalho das mulheres nas várias regiões do país; criar condições para a informação e apoio jurídico e legal às mulheres, a fim de que possam efetivamente exercer os seus direitos; (...) e participar com outras organizações femininas nacionais ou estrangeiras, tendo em vista a união de esforços e ações pela promoção e emancipação da mulher<sup>167</sup>.

De facto, são várias as competências atribuídas à OMA, mas nem sempre é possível levar a cabo todas essas atribuições, dado que se podem verificar constrangimentos sociais, culturais e financeiros à sua prossecução.

---

<sup>165</sup> Estatutos da OMA, artigo 1º, disponível na Internet em <http://www.mpla-alemanha.de>.

<sup>166</sup> *Ibidem*, artigo 2º nº1.

<sup>167</sup> *Ibidem*, artigo 3º.

“A OMA estrutura-se de acordo com as suas possibilidades, adaptando-se às condições concretas de cada região, nos seguintes escalões: a) nacional; b) provincial; c) municipal; d) comunal; e) bairro ou povoação”<sup>168</sup>.

Concentrando-nos na OMA Provincial de Luanda, onde foi realizada a nossa pesquisa, tivemos conhecimento de que são apresentadas, por dia, entre 17 a 20 queixas, sendo que a maioria são apresentadas por mulheres. A maior parte dos casos são relativos a situações de abandono familiar e fuga à paternidade. Depois de apresentadas as queixas, procede-se à recolha dos dados e faz-se uma marcação para que a queixosa e o respetivo marido ou pai dos filhos compareçam para uma reunião de aconselhamento familiar. Se após o aconselhamento ambas as partes chegarem a acordo – proposto pela funcionária ou funcionário que procedem ao aconselhamento – a situação fica resolvida. No entanto, em alguns casos, esse acordo não é devidamente cumprido (maioritariamente pelo cônjuge ou ex-cônjuge marido). Há outros casos ainda em que o cônjuge ou ex-cônjuge da vítima não assina a notificação para comparecer ao aconselhamento ou mesmo assinando, acaba por não comparecer. Perante estas situações, a OMA encaminha os casos para a entidade competente. É ainda importante dizer que, por vezes, algumas vítimas que apresentam a queixa acabam também por não comparecer ao aconselhamento. Isto pode acontecer por vários motivos, entre outros, o arrependimento de se ter procedido à queixa, o facto de a vítima já se ter “entendido” com o cônjuge, o facto de a mesma sofrer ameaças ou ser recriminada pela comunidade por ter apresentado queixa contra o cônjuge. Porém, se estiver em causa o bem estar de crianças, estes casos são também encaminhados para o INAC – Instituto Nacional da Criança.

Relativamente aos casos que comportam outros tipos de violência doméstica, como as agressões físicas ou outras, são encaminhados para a DNIC ou DPIC (Direção Nacional de Investigação Criminal e Direção Provincial de Investigação Criminal respetivamente), onde se dá início ao procedimento

---

<sup>168</sup> *Ibidem*, artigo 11º.

criminal. Normalmente a OMA pede para acompanhar estes casos até ao seu desfecho.

Da conversa que tivemos com uma das responsáveis da área jurídica da OMA Provincial de Luanda, percebemos que o problema da violência conjugal ocorre, não só, pelos diversos motivos que já tivemos oportunidade de mencionar, mas também pelo facto de algumas mulheres não se assumirem como pessoas capazes de dar seguimento à sua vida por elas próprias. É preciso que se imponham mais e que não se deixem afetar pelo facto de serem vítimas de algo. É verdade que não é um processo fácil porque grande parte das vezes a vítima continua emocionalmente ligada ao parceiro abusador ou tem convicções fortes em manter a sua família “unida” e, por isso, não quer correr o risco daquele ser preso. No entanto, é preciso que as vítimas reajam e que tomem as medidas necessárias, pois estes são passos importantes para a erradicação deste tipo de violência.

### **III.3.2. O MINFAMU – Ministério da Família e Promoção da Mulher**

O MINFAMU “é o departamento ministerial do Executivo angolano responsável pela definição, coordenação e execução da política nacional para a promoção da igualdade de género, defesa e garantia dos direitos da mulher e da família”<sup>169</sup>.

Deste modo, o MINFAMU tem como atribuições: “participar obrigatoriamente na definição de estratégias, políticas e programas de desenvolvimento de forma a garantir a proteção e promoção da mulher, bem como contribuir para a unidade e coesão da família; elaborar estratégias, planos e programas para a promoção da mulher em todos os sectores da economia e da sociedade nacional; promover a participação equitativa da mulher nos órgãos de tomada de decisão, desencadeando as ações necessárias para a sua plena

---

<sup>169</sup> MINISTÉRIO DA FAMÍLIA E PROMOÇÃO DA MULHER – *Relatório de Balanço de Execução do Plano Nacional* – III Trimestre, 2014.

integração na vida económica, científica, profissional, cultural e social do país; e promover de uma forma multidisciplinar, programas e ações visando a informação, sensibilização, educação e formação do meio urbano em questões sobre a família e a mulher (...)”<sup>170</sup>.

O Ministério da Família atua quer a nível central quer a nível local, onde se encontram as Delegações para a Família e Promoção da Mulher, que são órgãos descentralizados com dupla dependência, metodologicamente subordinados ao Ministério e administrativamente ao Governador Provincial.<sup>171</sup>

Podemos também encontrar a nível do MINFAMU os Centros de Aconselhamento Familiar, que são espaços constituídos por especialistas para o atendimento dos casos de violência doméstica e de aconselhamento às famílias no que diz respeito à resolução de conflitos familiares, cujo objetivo é a harmonização e a conciliação das famílias<sup>172</sup>.

Cabe, assim, aos Centros de Aconselhamento Familiar: “aconselhar as famílias sobre as suas funções, direitos e deveres, bem como o seu papel na conciliação da paz e tolerância na família; sensibilizar as famílias no sentido de se absterem de quaisquer atos de violência, incentivando o diálogo construtivo; estimular a realização de ações que protejam as mulheres e os jovens contra a violência na família e na sociedade; contribuir para a aplicação das leis, com base nas convenções e declarações internacionais às quais Angola aderiu, bem como na legislação nacional; trabalhar em estreita ligação com os órgãos de comunicação social para denunciar os casos de violência doméstica; esclarecer e informar as vítimas e os jovens sobre os seus direitos civis, políticos, sociais, económicos e culturais; e estabelecer acordos de cooperação com os órgãos de justiça para a resolução dos atos de violência perpetrados na família, particularmente contras as mulheres e os jovens”<sup>173</sup>.

---

<sup>170</sup> Estatuto Orgânico do Ministério da Família e Promoção da Mulher, artigo 2º, disponível na Internet em <http://www.minfam.gov.ao/Institucionais/Organograma.aspx>.

<sup>171</sup> *Ibidem*, artigo 17º.

<sup>172</sup> Regulamento da Lei nº 25/11, artigo 9º.

<sup>173</sup> *Ibidem*, artigo 10º.

Como podemos ver, o MINFAMU, trata das questões de igualdade de género e de violência doméstica tanto a um nível geral e abstrato, que se traduz na implementação dos programas e planos nacionais para a proteção das famílias e promoção das mulheres em geral, como também a um nível individual e concreto, dado que lida com casos concretos de violência doméstica.

Dos aconselhamentos que nos foi possível assistir, percebemos que alguns dos casos tinham já passado pela OMA e, tal como aí acontece, a maior parte das queixas apresentadas devem-se a casos de abandono familiar, fuga à paternidade e alguns de violência patrimonial.

O procedimento para os aconselhamentos decorre de forma semelhante ao que vimos para a OMA, tratando-se de uma reunião para que as duas partes cheguem a um acordo relativamente à situação de conflito. Também se verificam aqui os constrangimentos de que falamos a propósito da OMA, nomeadamente no que diz respeito à falta de comparência de uma das partes (também maioritariamente do cônjuge masculino) ou a desistência por parte da vítima.

Quando se torna mais difícil a resolução dos casos, pelo facto de não se chegar a acordo ou quando o mesmo não é cumprido, têm que ser encaminhados para as autoridades competentes como as autoridades policiais, o Ministério Público ou os tribunais (tanto a sala de crimes como a sala de família). Todavia, são precisos vários procedimentos para que o processo dê entrada no tribunal, principalmente quando a vítima não tem recursos financeiros para dar seguimento ao mesmo. Em primeiro lugar, a vítima tem que se dirigir à Administração da zona onde vive para que lhe seja passado um Atestado de Pobreza, que pode demorar ou não, dependendo da Administração. Depois disso a mesma tem que se dirigir à Ordem dos Advogados a fim de solicitar um defensor público para que possa dar finalmente entrada do processo. Estes procedimentos podem ser efetivamente demorados, o que não se coaduna com o carácter urgente de alguns casos. Para além disso, é preciso

ter em conta que as instituições públicas, como é o caso de algumas administrações, não estão preparadas para lidar com casos como estes, precisamente pela morosidade e pela falta de especialização dos funcionários em matéria de violência doméstica.

É precisamente pelo facto de existirem estes constrangimentos que as vítimas dirigem-se primeiramente à OMA e aos Centros de Aconselhamento do MINFAMU pois recebem um atendimento gratuito e mais célere, pelo menos, quando a situação fica resolvida.

## **Parte IV**

### **Considerações Finais**

#### **IV.1. A violência doméstica no seio da relação conjugal e a sua relação com o estatuto da mulher na sociedade**

Antes de mais queremos esclarecer que não é do nosso entendimento que a violência conjugal seja um problema de género. Ao longo desta dissertação fizemos várias vezes referência à mulher enquanto vítima e ao homem enquanto agressor. Contudo, nem sempre é assim que acontece dado que é possível verificar casos de violência conjugal praticada contra o homem que, na sua maioria, não são denunciados devido a preconceitos sociais como a superioridade e dominação masculinas<sup>174</sup>. De facto, tal denúncia poderia implicar uma atitude de discriminação social contra a vítima homem, podendo a sua auto estima ser inevitavelmente afetada<sup>175</sup>. Assim sendo, não poderemos deixar de reconhecer que, atualmente, o fenómeno da violência conjugal é cada vez menos unidirecional, dado que o cônjuge marido não é sempre o agressor<sup>176</sup>. Para além disso, a violência entre cônjuges é um fenómeno consideravelmente complexo, não fazendo sentido reduzi-lo apenas à questão de género<sup>177</sup>.

Mas ainda assim, como tivemos a oportunidade de ver, o número de vítimas mulheres é substancialmente mais elevado e, por vezes, nem corresponde à totalidade dos casos, dado que muitos não são denunciados. Desta forma, não podemos deixar de dizer que apesar de não explicar o fenómeno da violência conjugal em si, a questão do género pode também contribuir para a sua compreensão. Com efeito, entendemos que a violência

---

<sup>174</sup> Neste sentido, MARIA ELISABETE FERREIRA, *ob. cit.*, p. 50.

<sup>175</sup> *Ibidem*, p. 50-51.

<sup>176</sup> *Ibidem*, p. 53.

<sup>177</sup> *Ibidem*.



conjugal está de certa forma relacionada com o estatuto que a mulher ocupa na sociedade.

O estatuto ocupado pela mulher na sociedade angolana, tal como em outras sociedades, está associado às diversas desigualdades que persistem entre as mulheres e os homens. Tais desigualdades têm fundamento nas construções sociais sobre a família e sobre o género que, como vimos, vêm desde a sociedade tradicional e que continuam a verificar-se, apesar dos esforços que têm sido feitos para a mudança de mentalidades. Estas construções sociais traduzem-se no entendimento de que há uma divisão de papéis, tarefas e comportamentos que cabem especificamente aos homens ou às mulheres. Deste modo, é atribuído ao homem o papel de provedor da família, a quem se deve obediência e a quem a mulher e os filhos devem prestar contas. Por outro lado, a mulher é quem está incumbida dos afazeres domésticos e da criação dos filhos.

É este efetivamente o pensamento que vigora na sociedade angolana e são exatamente estes os papéis que podemos verificar ao observar qualquer família angolana. Mesmo com a entrada da mulher no mercado de trabalho, contribuindo também para o sustento da família, continua a caber à mesma o desempenho das funções domésticas como sendo exclusivamente uma tarefa sua.

É precisamente por persistir este tipo de mentalidade que tem sido um desafio fazer com que homens e mulheres sejam considerados como seres humanos e cidadãos iguais, detentores dos mesmos direitos e deveres. Trata-se de um desafio na medida em que continuam a verificar-se desigualdades no acesso à educação, à formação, ao emprego, à promoção no emprego, à ocupação de cargos de chefia em empresas, tanto públicas como privadas. É também visível a diferença que existe relativamente à representação nos órgãos de tomada de decisão.

Com efeito, as mulheres que enfrentam estes obstáculos quer na sociedade quer no seio familiar acabam por ser discriminadas e muitas vezes é

aí que a violência se verifica. Essa violência acontece, grande parte das vezes, porque sempre foi incutido à mulher que é à mesma que cabe sacrificar-se pelo bem estar familiar em detrimento das suas aspirações pessoais e muitas mulheres tentam romper com essas barreiras, passando a valorizar-se como seres individuais que são.

Também na lei que podemos encontrar desigualdade e discriminação. É o que acontece com a permanência do crime de adultério no Código Penal (artigo 401º) que atribui uma pena de prisão de dois a oito anos às mulheres e aos homens uma pena de multa de três meses a três anos. É evidente a desigualdade relativamente à moldura penal que, por sua vez, se traduz numa discriminação das mulheres em razão do sexo. Isto porque até hoje, o adultério praticado pelos homens é tolerado por se tratar de algo que é “cultural”, que é próprio do homem africano que, por natureza, é polígamo. Pelo contrário, o adultério praticado pelas mulheres é inadmissível e não tem justificação possível. Outro exemplo é o artigo 400º do mesmo diploma que prevê, no caso de estupro e violações de mulher virgem, a possibilidade de a vítima casar com o agente do crime, sendo o mesmo obrigado a pagar o dote. O casamento, por sua vez, põe termo à acusação da parte da ofendida e à prisão preventiva. Estamos aqui perante uma grave violação da dignidade da vítima dado que existe uma possibilidade de a mesma casar-se com o seu próprio agressor. Grave é também a ideia de se compensar o facto criminoso com o pagamento do dote que, como podemos imaginar, trata-se mais de uma reparação à família do que à própria vítima. Para além disso, está também aqui patente a ideia, já várias vezes referida, de que a mulher é vista como sendo propriedade do homem, seja ele seu pai ou seu marido. É verdade que não obtivemos conhecimento de nenhum caso destes, mas as normas encontram-se em vigor e não estando revogadas, estão à disposição de quem delas se quiser socorrer.

Toda esta conjuntura permite que ocorram situações de violência. Um exemplo que engloba várias aspetos aqui enunciados é um caso de que tivemos

conhecimento aquando da nossa pesquisa. Tratava-se de um casal com dois filhos. A esposa tinha um bom emprego e prosseguia com os seus estudos académicos e o marido não lidava bem com essa situação. Desta forma, para que se pudesse impor fazia constantes críticas quando a mesma tivesse que estudar, afirmando que tal impedia-a de realizar as tarefas domésticas que lhe competiam, chegando mesmo a agredi-la fisicamente em frente aos filhos. Era também o mesmo que conduzia o automóvel comprado pela esposa, não a deixando conduzir. Quando aquela resolveu abandonar a residência de ambos, passou a ser constantemente ameaçada, recebendo ordens para regressar a casa onde era o seu lugar. Ora, o caso em questão demonstra o facto de alguns homens não considerarem as mulheres como suas iguais, não permitindo também que as mesmas tenham mais sucesso profissional do que eles. E como vimos, a forma a que recorrem para demonstrarem o seu poder sobre as esposas é, muitas vezes, a violência.

Deste modo, podemos dizer que existe efetivamente uma relação entre a violência conjugal e o estatuto da mulher na sociedade pois, enquanto não se verificarem as mudanças necessárias no que diz respeito à questão da igualdade de género, não poderemos assistir à evolução daquele estatuto e, por conseguinte, a violência persistirá. No entanto, como já afirmámos, não podemos recorrer apenas à questão de género para explicar este tipo de violência.

Assim sendo, “uma sociedade mais igualitária em termos sociais – em especial na dimensão do género (relações homens/mulheres) – terá provavelmente menor grau de violência associada ao desequilíbrio dessas relações”<sup>178</sup>. Como vimos, a Constituição, o direito internacional, a lei e as políticas em Angola têm avançado em matéria de igualdade formal, apresentando já ferramentas para que este fenómeno possa ser combatido. “Mas o desequilíbrio de poder ainda é muito vincado, no que à maioria da

---

<sup>178</sup> Teresa Pizarro Beleza – *Lei, Igualdade e Violência*, p. 2 disponível na Internet em <http://www.fd.unl.pt/Anexos/3910.pdf>, fevereiro de 2011.

população diz respeito. O quadro ideológico de obediência e submissão (da mulher ao marido), ou de “complementaridade”, na sua versão mais moderna, torna difícil o rompimento com tradições de posse, poder e parcial legitimação da violência”<sup>179</sup>.

## **IV.2. Contributos para um melhor tratamento da questão da violência conjugal em Angola**

### **IV.2.1. No ordenamento jurídico português**

Só recentemente é que Angola se debruçou efetivamente sobre a problemática da violência doméstica, principalmente com o surgimento da Lei Contra a Violência Doméstica aprovada em 2011. Portanto, há bem pouco tempo a violência doméstica não era considerada um crime.

Estando este país numa fase inicial no que diz respeito ao tratamento deste fenómeno cumpre-nos, neste capítulo, dar conta de alguns instrumentos que podemos verificar em outros países e que podem contribuir para apresentar mais e melhores soluções para o problema.

Começaremos por referir alguns instrumentos que podemos encontrar a nível do ordenamento jurídico português, nomeadamente no que diz respeito à Lei nº 112/2009, de 16 de Setembro que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica e à proteção e assistência das suas vítimas.

Quanto à referida lei, podemos começar pelo artigo 25º, referente ao “acesso ao direito” e que garante “à vítima, *com prontidão*<sup>180</sup>, consulta jurídica a efetuar por advogado, bem como a *célere e sequente*<sup>181</sup> concessão de apoio judiciário, com natureza urgente (...)”. Antes de mais é preciso esclarecer que as vítimas de violência conjugal, em Angola, têm direito ao apoio jurídico

---

<sup>179</sup> *Ibidem*.

<sup>180</sup> Itálico nosso.

<sup>181</sup> Itálico nosso.

devido<sup>182</sup>. O que para nós é aqui relevante é a questão da prontidão e celeridade relativamente a este apoio. O que nos chama a atenção é o facto, anteriormente referido, de que por vezes o processo para a obtenção do apoio jurídico e judiciário se revele um tanto moroso. Como referimos a propósito dos Centros de Aconselhamento Familiar do MINFAMU, são muitas vezes as próprias vítimas que têm que levar a cabo os procedimentos para que lhes seja atribuído um advogado, o que pode demorar significativamente, pois nem todas as instituições públicas estão preparadas para lidar com a urgência deste tipo de casos. Deste modo, é preciso que o Estado preveja uma forma deste processo ser o mais célere possível. Uma dessas formas poderá ser a integração, em parceria, da Administração Local na Rede Mulher Angola da qual, para além da OMA e do MINFAMU, fazem parte outras organizações de mulheres. Desta forma, nas situações em que as vítimas precisem de algum documento, nomeadamente do Atestado de Pobreza que é necessário para a obtenção de defensor público, o processo seria mais célere. Para além disso, a própria Administração Local poderia, no âmbito das suas competências e atribuições, divulgar a existência dos centros de aconselhamento nas respetivas áreas territoriais, tal como está previsto no artigo 55º da Lei nº 112/2009.

Outro instrumento que nos parece importante é o que está previsto no artigo 32º da referida lei. Trata-se do recurso à videoconferência ou à teleconferência aquando da prestação dos depoimentos da vítima, se o tribunal, a requerimento da mesma, o entender necessário. O recurso a estes instrumentos permite que os depoimentos ocorram sem constrangimentos, pois, por vezes, a vítima pode não se sentir confortável em prestar declarações na presença do agressor ou também o seu estado de saúde pode não o permitir.

As declarações para memória futura previstas no artigo 33º da Lei nº 112/2009 – que se traduzem na possibilidade de, a requerimento da vítima ou do Ministério Público, o juiz proceder à inquirição daquela no decurso do inquérito, a fim de que o depoimento possa, se necessário, ser tomado em conta

---

<sup>182</sup> Lei nº 25/2011, artigo 17º.

no julgamento – são também um instrumento importante dado que permite, entre outras coisas, evitar a revitimação da vítima.

Outro contributo para o melhor tratamento da questão da violência conjugal em Angola diz respeito à “tutela social” prevista na secção III da lei em apreço. Com efeito o artigo 41º prevê a cooperação das entidades empregadoras relativamente a esta matéria, tendo em vista, sempre que a dimensão e a natureza da entidade empregadora o permitam, considerar de forma prioritária o pedido de mudança do trabalhador a tempo completo que seja vítima de violência doméstica para um trabalho a tempo parcial ou o pedido de mudança do trabalhador a tempo parcial para um trabalho a tempo completo ou de aumento do seu tempo de trabalho. O artigo 42º vem também prever a transferência do trabalhador, vítima de violência doméstica, para outro estabelecimento da empresa desde que preenchidos os respetivos requisitos. A possibilidade de alteração do tempo de trabalho e de transferência para outro local de trabalho torna-se relevante, principalmente, no caso de vítimas que sofrem perseguições e ameaças por parte do agressor. Assim, este último terá menos hipóteses de controlar a vida das vítimas.

Também importante é a questão da transferência escolar dos filhos menores das vítimas para os estabelecimentos de ensino perto da área territorial onde se situa a casa de abrigo<sup>183</sup>. É preciso que as crianças não saiam mais prejudicadas ainda deste tipo de situação.

Por último, cumpre-nos destacar um organismo de grande importância para o combate à violência doméstica em Portugal. Trata-se do Grupo Violência que se funda na colaboração e articulação, em rede, de várias entidades que se enquadram em três vértices: a Justiça, a Saúde e esfera Social.

“Para além de todo o trabalho desenvolvido pelo Grupo, enquanto tal, e expresso em diversas ações de divulgação e discussão, esta rede permitiu também que todas as entidades se articulassem e

---

<sup>183</sup> Lei nº 112/2009, artigo 74º.

coordenassem, obtendo resultados e ganhos que estão muito para além da mera soma das partes.

Da troca de experiências que a rede permite, é possível confrontar perspetivas de um mesmo problema, o que leva a um conhecimento mútuo aprofundado, de onde resultarão soluções alternativas e complementares que se traduzirão em ganhos efetivos e reais no combate a esta criminalidade.

Neste momento cada um conhece o outro e sabe o que tem a esperar desse outro. Sabe o quando notificar, encaminhar, intervir. A angústia da solidão e de alguma impotência, tende a ser ultrapassada. Porque, para um problema, poderá haver desde logo uma resposta na rede. E para isso é necessário que a rede seja dinâmica, que todos se articulem com todos”<sup>184</sup>.

De facto, esta articulação em rede parece-nos ser a forma mais adequada para se intervir no âmbito deste tipo de violência. Um fenómeno complexo como é a violência conjugal, em particular, e a violência doméstica, em geral, merece um tratamento das mais variadas áreas, mas não um tratamento individual. Deverá ser um tratamento em conjunto pois, só assim se poderá ter uma visão multifacetada do fenómeno, permitindo-se encontrar a melhor solução para cada caso.

Tendo a consciência de que possam existir outros instrumentos igualmente importantes no combate à violência conjugal, resolvemos apresentar aqui aqueles que nos parecem poder ser implementados num futuro próximo. Quanto à intervenção em rede, tal como foi apresentada, talvez possa levar um pouco mais de tempo até ser implementada, tendo como um dos principais obstáculos a extensão do território.

---

<sup>184</sup> MARIA PAULA GARCIA – *Violência Doméstica/Familiar: Enquadramento Judicial – da legislação à intervenção*, disponível na Internet em [www.violencia.online.pt/artigos/show.htm?idartigo=454](http://www.violencia.online.pt/artigos/show.htm?idartigo=454).

#### **IV.2.2. No ordenamento jurídico espanhol**

Também em Espanha tem-se implementado um conjunto de medidas que passam por várias áreas e que têm como finalidade não só combater a violência doméstica como também a discriminação em razão do género<sup>185</sup>. Na verdade, neste país, no caso de violência doméstica “a vítima é sempre (e só) uma mulher”<sup>186</sup>.

Pretendemos destacar no ordenamento jurídico espanhol a “chamada “ordem de proteção”, que se traduz numa intervenção rápida e completa tendente a proteger a vítima, pois em 72 horas após a apresentação do pedido, o juiz marca uma audiência urgente, em que estarão presentes a vítima ou o seu representante, o Ministério Público, o agressor e respetivo advogado, podendo o juiz escolher as medidas que considere mais adequadas ao caso”<sup>187</sup>. Essas medidas poderão ser de cariz penal, não sendo diferentes daquelas que são aplicadas tanto em Portugal como em Angola – “privação da liberdade, ordem de afastamento, proibição de contacto com a vítima, proibição de regressar a casa da vítima ou do casal, apreensão de armas ou objetos perigosos que tenham sido ou possam ser utilizados em agressões”<sup>188</sup>. A novidade é relativamente às medidas às medidas de cariz civil que serão tomadas na mesma audiência. Tais medidas traduzem-se, nomeadamente, na atribuição do uso da casa de morada de família, no regime de guarda e de visitas dos filhos e no regime de prestação de alimentos<sup>189</sup>. “Com esta medida o juiz resolve muitos dos problemas práticos com que a vítima se depara, ou seja, procura não só por termo à violência, atuando sobre o agressor, como também regular

---

<sup>185</sup> Neste sentido CRISTINA CARDOSO, *ob. cit.*, p. 14.

<sup>186</sup> JOSÉ FRANCISCO MOREIRA DAS NEVES – “Violência Doméstica – Bem Jurídico e Boas Práticas”, *Revista CEJ*, nº 13, 1º Semestre, 2010, p. 48.

<sup>187</sup> CRISTINA CARDOSO, *ob. cit.*, p. 14.

<sup>188</sup> *Ibidem*.

<sup>189</sup> *Ibidem*.



aspectos práticos relacionados com os filhos, com o alojamento e subsistência da vítima”<sup>190</sup>.

O facto de o juiz poder tomar todas estas medidas numa só audiência vai também permitir que a vítima não tenha que se encontrar outras vezes com o agressor para a resolução de todas aquelas questões, o que também contribui para o bem estar e proteção da mesma.

Mais uma vez podemos perceber que o combate a este tipo de violência não passa apenas pelo direito penal. É preciso que a resposta a este fenómeno seja dada de forma transversal e abrangente<sup>191</sup> de modo que se coadune com a complexidade do mesmo.

---

<sup>190</sup> *Ibidem*.

<sup>191</sup> Neste sentido, CRISTINA CARDOSO, *ob. cit.*, p. 15.

## **Conclusão**

O que pretendemos com esta dissertação foi apresentar uma visão geral do problema da violência conjugal em Angola, não deixando de fazer alusão à violência doméstica em geral, na qual aquela se insere. Pretendemos também demonstrar qual a relação que existe entre a violência conjugal e o estatuto da mulher na sociedade pois, apesar da violência conjugal não se traduzir apenas numa questão de género, pensamos ser importante expor os entraves que se apresentam à evolução desse estatuto, bem visíveis na sociedade angolana.

Sendo assim vimos que a violência conjugal pode traduzir-se numa ação ou omissão perpetrada por um cônjuge contra o outro (ou entre ambos reciprocamente), podendo ter como resultado lesões físicas e psicológicas permanentes ou temporárias.

Vimos também que estamos perante um fenómeno cíclico que está aliado a fatores sociais, económicos, políticos e culturais. Estes fatores quando interagem uns com os outros podem contribuir para o surgimento e perpetuação da violência.

Tivemos também oportunidade de constatar que a violência conjugal afeta de forma negativa não só as vítimas como também o agressor, a sociedade e outros membros da família, nomeadamente os filhos do casal, surgindo assim o problema da exposição à violência interparental. Concluimos assim que as crianças que assistem à violência entre os progenitores são também vítimas de violência doméstica.

Apesar de a violência conjugal não ser praticada apenas contra as mulheres, foi possível verificar que na maioria das vezes é isso que acontece. Deste modo, para além de todos os fatores que podem estar associados a este tipo de violência, não podemos deixar de dizer que, em Angola, os fatores culturais têm um grande impacto relativamente a esta temática, dado que o

poder tradicional e o direito consuetudinário contribuíram também para a construção de estereótipos relativos ao género que se perpetuam até à atualidade. Com efeito, aquando da análise da violência conjugal no direito costumeiro, verificamos que existem normas costumeiras e práticas tradicionais que não se coadunam com os direitos e princípios constitucionais referentes à pessoa humana. Contudo, é preciso dizer que também foi possível fazer um paralelismo com o direito estadual na medida em que certos comportamentos são considerados violência conjugal por ambos, como por exemplo a agressão física e o abandono de lar, apesar das ressalvas apresentadas<sup>192</sup>.

É neste contexto que se coloca a questão relativamente à possibilidade ou não de coabitação do direito estadual com o direito costumeiro. Concluímos que tanto um como o outro não se podem ignorar, dado que é ponto assente que Angola apresenta uma Ordem Jurídica Plural, nela se inserindo a ordem jurídica estadual e a ordem jurídica tradicional. Deste modo, tem que haver uma adaptação recíproca entre aqueles dois direitos, sendo fundamental que os mesmos tenham como fio condutor para as suas normas, a pessoa humana com todos os direitos e deveres que lhe assistem.

Nos últimos anos, o Estado angolano tem vindo a intervir em matéria de violência doméstica. A legitimidade para esta intervenção verifica-se a nível constitucional, com a consagração dos direitos, liberdades e garantias dos cônjuges enquanto cidadãos e seres humanos, bem como a nível internacional, através da transposição para a ordem jurídica nacional de acordos e convenções que se debruçam não só sobre aqueles direitos, como também sobre a própria questão da violência conjugal no âmbito geral da violência contra as mulheres.

Duas das formas de intervenção do Estado nesta matéria são a intervenção preventiva primária e a intervenção preventiva secundária. A primeira visa uma atuação na área da prevenção mediante a sensibilização, informação e educação por forma a que se evite o surgimento de novos casos de violência. A segunda insere-se num momento pós-conflitual, visando

---

<sup>192</sup> Vide o que foi dito a respeito no ponto II.2.4, pp. 37-38.

proteger a vítima e punir os comportamentos que configuram o crime de violência doméstica.

Relativamente a esta última, o Estado tem intervindo através da aplicação da Lei Contra a Violência Doméstica (Lei nº 25/11), sem prejuízo de outras normas constantes do Código Penal e do Código do Processo Penal. Tal lei vem apresentar o regime jurídico de prevenção da violência doméstica, de proteção e assistência às vítimas<sup>193</sup>.

Para além dos organismos estaduais, como os órgãos de polícia criminal, o Ministério público e os tribunais, existem outras entidades a nível do Estado que têm uma participação ativa no que à violência conjugal diz respeito. Neste âmbito destacam-se a OMA e o MINFAMU que atuam não só no plano da prevenção como também na resolução de casos concretos de violência.

Concluímos, neste âmbito, que o problema da violência doméstica, pelo menos formalmente, tem vindo a ser devidamente tratado. No entanto, na prática o problema está longe de ser atenuado, uma vez que se continua a verificar um número elevado de casos.

Isto acontece pelos mais variados motivos, entre outros, o facto de existirem falhas no plano da prevenção, o facto de não se verificar uma aplicação eficaz da legislação existente e o facto de existirem entraves a nível da investigação criminal, desde logo porque estamos perante um crime que ocorre no âmbito das relações familiares, o que traz certos constrangimentos como, por exemplo, a escassez de testemunhas, o facto de a própria vítima se sentir com medo, vergonha, culpa e não ter certeza de como agir.

Desta forma, é preciso que se analise toda a atuação do Estado e da própria sociedade civil em torno deste fenómeno para que se perceba que outras medidas devem ser aplicadas, que medidas não têm tido uma aplicabilidade efetiva e quais são os obstáculos que se colocam à aplicação das mesmas. É preciso também que as várias áreas que atravessem este problema –

---

<sup>193</sup> Lei nº 25/11, artigo 1º.

Psicologia, Sociologia, Medicina, Direito, Economia – se unam de forma a que se consiga obter um estudo mais completo e aprofundado sobre o mesmo.

Outro aspeto também importante no que à violência conjugal diz respeito passa pelo comprometimento da sociedade por esta causa. É preciso que as pessoas sejam solidárias e se entreguem verdadeiramente ao combate a este tipo de violência. Quando falamos em solidariedade não nos estamos a referir apenas às vítimas, mas também solidariedade para com quem dedica o seu tempo a tentar atenuar este problema. Não basta que nos horrorizemos com os casos que ouvimos na televisão ou que lemos numa decisão do tribunal. É preciso por em prática essa solidariedade e o nosso lar é o local por excelência para o fazermos. É o local onde pais e filhos podem falar sobre os problemas que afetam a sociedade, é local onde podemos ensinar às novas gerações que mulheres e homens são iguais; que podemos ensinar aos jovens rapazes que “só é possível chamar a atenção para as questões de género e reforçar o apoio a favor da mudança social, se os homens e os rapazes se envolverem, por exemplo, em medidas que visem eliminar a violência contra as mulheres e superar os estereótipos”<sup>194</sup>; que não cabe apenas às mulheres a responsabilidade pela maior parte do trabalho doméstico e que esta “partilha desigual das responsabilidades tem um impacto negativo nas suas oportunidades nos domínios da educação e do emprego e limita a sua participação na vida pública”<sup>195</sup>; que “a visão estereotípica dos homens como responsáveis pelo sustento da família limita a sua participação na vida familiar”<sup>196</sup>; que a tradição e a cultura apesar de terem uma grande importância para o país e para o seu povo não podem servir de justificação para se desrespeitar a pessoa humana; que devemos dizer não à violência e; que devemos considerar os outros como nos consideramos a nós próprios.

---

<sup>194</sup> Declaração e Plataforma de Ação de Beijing – quinze anos após a sua adoção, Departamento de Informação das Nações Unidas, DPI/2552A, Fevereiro de 2010, disponível na Internet em [www.unric.org/pt](http://www.unric.org/pt).

<sup>195</sup> *Ibidem*.

<sup>196</sup> *Ibidem*.

Quando houver, efetivamente, predisposição humana para se transmitir e fomentar estas ideias, pode ser que daqui a cinquenta ou cem anos as coisas sejam um pouco diferentes.

## **Bibliografia**

ADÃO, CHICO – *Direito Costumeiro e Poder Tradicional dos Povos de Angola*, Luanda, 1ª ed., Mayamba Editora, 2010.

ALBUQUERQUE, PAULO PINTO – *Comentário do Código Penal à luz da Constituição e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2010.

ANDRADE, ALEXANDRA – *Violência Doméstica: Estudo da Participação e Opinião dos Magistrados do Departamento de Investigação e Ação Penal do Porto*, Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2012 disponível na Internet em <http://bdigital.ufp.pt/handle/10284/3618> (Tese de Mestrado).

BELEZA, TERESA PIZARRO – *Lei, Igualdade e Violência*, disponível em <http://www.fd.unl.pt/Anexos/3910.pdf>, fevereiro de 2011.

CARDOSO, CRISTINA AUGUSTA TEIXEIRA – *A Violência Doméstica e as Penas Acessórias*, Porto: Universidade Católica, 2012, disponível na Internet em <http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/9686> (Tese de Mestrado).

DIREÇÃO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL – *Relatório Anual de 2014*.

ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DROGAS E CRIMES – *Manual sobre Respostas Policiais Eficazes à Violência Contra as Mulheres*, Nações Unidas, Nova Iorque, 2011.

FEITOR, SANDRA INÊS – *Análise Crítica do Crime de Violência Doméstica*, Lisboa, 2012, disponível em <http://www.fd.unl.pt/Anexos/5991.pdf>

FERREIRA, MARIA ELISABETE – *Da Intervenção do Estado na Questão da Violência Conjugal em Portugal*, Coimbra, Edições Almedina, 2005.

GABINETE DAS NAÇÕES UNIDAS DE VIENA: Centro para o desenvolvimento Social e Assuntos Humanitários – *Estratégias de Combate à Violência Doméstica* – Manual de Recursos, Lisboa, Direção-Geral da Saúde, 2003, disponível na Internet em <http://www.dgs.pt>.

GARCIA, MARIA PAULA – A Violência Doméstica/Familiar: Enquadramento Judicial – da legislação à intervenção, disponível na Internet em [www.violencia.online.pt/artigos/show.htm?idartigo=454](http://www.violencia.online.pt/artigos/show.htm?idartigo=454).

MATIAS, MANUEL, PAULINO MAURO – *O Inimigo em Casa: Dar voz aos silêncios da violência doméstica*, 1ª ed., Prime Books, 2013.

MINISTÉRIO DA FAMÍLIA E PROMOÇÃO DA MULHER – *Programa Conjunto de Género: Relatório de Estudo sobre a Violência Baseada no Género em Angola*, Luanda, Dezembro de 2007.

MINISTÉRIO DA FAMÍLIA E PROMOÇÃO DA MULHER – *Relatório de Balanço de Execução do Plano Nacional* – III Trimestre de 2014.

MINISTÉRIO DA FAMÍLIA E PROMOÇÃO DA MULHER: DIREÇÃO NACIONAL PARA OS DIREITOS DAS MULHERES – *Dados Estatísticos sobre a Participação nos Órgãos de Tomada de Decisão do ano de 2012*.

NEVES, JOSÉ FRANCISCO MOREIRA DAS – “Violência Doméstica – Bem Jurídico e Boas Práticas”, Revista CEJ, nº 13, 1º Semestre, 2010.

WALILE, AVELINO – *A problemática da Violência Doméstica em Angola: o caso de Benguela*, Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2012 disponível na Internet em <http://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/3385> (Tese de Mestrado).



## **ANEXOS**

## **ÍNDICE**

<b>Introdução.....</b>	<b>9</b>
------------------------	----------

### **Parte I – Enquadramento Social, Cultural e Económico**

<b>I.1 Enquadramento Social, Cultural e Económico.....</b>	<b>12</b>
--	-----------

### **Parte II – A Violência Doméstica no Seio da Relação Conjugal em Angola**

<b>II.1 A Violência Doméstica.....</b>	<b>20</b>
<b>II.2 A Violência Conjugal.....</b>	<b>21</b>
<b>II.2.1 A mulher enquanto vítima.....</b>	<b>25</b>
<b>II.2.2 Fatores que podem contribuir para a violência conjugal.....</b>	<b>27</b>
<b>II.2.3 Efeitos da violência conjugal.....</b>	<b>37</b>
<b>II.2.3.1 Exposição à violência interparental.....</b>	<b>38</b>
<b>II.2.4 A violência conjugal no direito costumeiro: compatibilidades e incompatibilidades com o direito estadual.....</b>	<b>44</b>
<b>II.2.4.1 Considerações acerca da violência conjugal no direito costumeiro.....</b>	<b>56</b>

### **Parte III – A Intervenção do Estado na Questão da Violência Conjugal**

<b>III.1 A legitimidade da intervenção do Estado.....</b>	<b>62</b>
<b>III.1.1 Na Constituição da República de Angola.....</b>	<b>62</b>
<b>III.1.2 No Direito Internacional.....</b>	<b>65</b>
<b>III.2 Espécies de intervenção do Estado.....</b>	<b>70</b>
<b>III.2.1 Intervenção preventiva primária.....</b>	<b>70</b>

<b>III.2.2 Intervenção preventiva secundária.....</b>	<b>73</b>
<b>III.2.2.1 Ilícitos penais aos quais se podia subsumir a violência doméstica antes da entrada em vigor da Lei nº 25/11, de 14 de Julho.....</b>	<b>73</b>
<b>III.2.2.2 A Lei nº 25/11 – Lei Contra a Violência Doméstica.....</b>	<b>74</b>
<b>III.2.2.2.1 O bem jurídico protegido, o tipo objetivo e o tipo subjetivo.....</b>	<b>76</b>
<b>III.2.2.2.2 O procedimento criminal.....</b>	<b>78</b>
<b>III.2.2.2.3 A desistência e os crimes que não admitem desistência em matéria de violência doméstica.....</b>	<b>81</b>
<b>III.2.2.2.4 As penas aplicáveis aos crimes que configuram violência doméstica e o dever de indemnização imputável ao agente.....</b>	<b>85</b>
<b>III.2.2.2.5 Outras medidas de proteção da vítima.....</b>	<b>86</b>
<b>III.2.2.2.6 Encontros Reconciliatórios.....</b>	<b>87</b>
<b>III.3 O papel desempenhado pela OMA e pelo MINFAMU no âmbito da violência doméstica/conjugal e dos direitos da mulher em geral.....</b>	<b>90</b>
<b>III.3.1 A OMA – Organização da Mulher Angolana.....</b>	<b>90</b>
<b>III.3.2 MINFAMU – Ministério da Família e Promoção da Mulher.....</b>	<b>92</b>

#### **Parte IV – Considerações Finais**

<b>IV.1 A violência doméstica no seio da relação conjugal e a sua relação com o estatuto da mulher na sociedade.....</b>	<b>96</b>
<b>IV.2 Contributos para um melhor tratamento da questão da violência conjugal em Angola.....</b>	<b>100</b>
<b>IV.2.1 No ordenamento jurídico português.....</b>	<b>100</b>
<b>IV.2.2 No ordenamento jurídico espanhol.....</b>	<b>104</b>
<b>Conclusão.....</b>	<b>106</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>111</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>113</b>